UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Tese de doutoramento

**Entre guardas e casarões: um pouco da história do
interior do RS – uma perspectiva arqueológica**

Neli Teresinha Galarce Machado

Orientador: Prof.a. Dra. Margarida Davina Andreatta

São Paulo, primavera de 2004

“Sou o que os historiadores procuram lá nas ruínas mas não sabem os doutores que essa saga não termina que ainda restam descendentes da terra dos sete santos e que o passado está presente em tudo aquilo que canto.(...) Guarani fui batizado e ora pago minhas penas sobre o símbolo sagrado da velha cruz de Lorena, porém não sabe quem narra a história do vencedor que a lança fez-se guitarra e o guerreiro payador (...)” (Pedro Ortaça)

Dedico este trabalho a todos que acreditam que resgatar o passado através da arqueologia, mesmo que difícil, ainda é uma tarefa interessante.

“como fronteira com as terras sob domínio português, à margem esquerda do Ibicui, na Serra Geral, era sempre guardado por um contingente armado procedente de São Miguel, o qual acampava onde hoje se encontra a Vila, próximo à entrada da Picada que, saindo do lugar denominado Campestre (Água Negra e Cerro de São Miguel), se bifurca para a cidade de Santa Maria da Boca do Monte, ao sul e para a Boca do Monte, ao poente. Como ponto comercial, era importante, por isso que toda a exportação dos produtos das Missões, rumo ao sul e Leste, era encaminhado para a serra de São Marinho, onde se achava a principal descida do Plateau central, nessa direção, para os campos de domínio português (...).” Notícia descritiva da região Missioneira, Evaristo de Castro, 1888.

ÍNDICE

ÍNDICE	4
ÍNDICE DE FIGURAS	6
AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	30
<i>O CAMINHO DO PERAU VELHO – DOS JESUÍTAS AO BOTICÁRIO – SÃO MARTINHO DA SERRA</i>	30
1.1 São Martinho da Serra no contexto histórico	33
1.2 Século XVII - São Martinho da Serra é palco de um novo processo – As reduções missionárias - A redução de São Miguel	39
1.3 Contexto econômico brasileiro e gaúcho – Século XVII	56
1.4 A região de São Martinho da Serra no contexto do século XVIII	59
1.5 O contexto de instalação da guarda de San Martin	61
1.6 Século XIX – De vila à freguesia – freguesia à município	76
1.7 Século XX – Município à distrito	79
1.8 Contrabando em São Martinho da Serra	86
1.9 Século XX - Pesquisas arqueológicas	88
2.0 As prospecções de Milder	90
2.1 Descrição das camadas arqueológicas do casarão e da guarda	95
CAPÍTULO II	98
<i>DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS – SÍTIO GUARDA DE SAN MARTIN</i>	98
1.1A relação entre a guarda e o boticário	98
1.2As estruturas da Guarda	101
1.3Evidências arqueológicas	102
CAPÍTULO III	122
<i>SÉCULO XIX – UM NOVO MODELO DE VIDA PARA O INTERIOR DO ESTADO – CASARÃO DOS MELLO</i>	122
1.1A construção do casarão	122
1.2As construções - Casas de moradia de São Martinho	123
1.3 Um modelo de urbanização no interior do Rio Grande do Sul – São Martinho da Serra.	123
1.4A Situação do Casarão	130

<i>CAPÍTULO IV</i>	<i>144</i>
<i>DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS – SÍTIO CASARÃO DOS MELLO</i>	<i>144</i>
Outros tipos de cultura material proveniente do sítio arqueológico	154
Cerâmica afro-brasileira	155
Comentários acerca do uso de cachimbos pelos africanos e descendentes	156
<i>CAPÍTULO V</i>	<i>161</i>
<i>REFLEXÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DO RS - AS</i> <i>ARQUEOLOGIAS PÓS DESCOBRIMENTO: ARQUEOLOGIA MISSIONEIRA,</i> <i>ARQUEOLOGIA URBANA, ARQUEOLOGIA RURAL E ARQUEOLOGIA SEMI</i> <i>RURAL</i>	<i>161</i>
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	<i>219</i>
<i>Anexo 1 Material sobre Educação Patrimonial</i>	<i>231</i>
<i>Projeto Educação Patrimonial em São Martinho da Serra – RS</i>	<i>231</i>
<i>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</i>	<i>242</i>

ÍNDICE DE FIGURAS

Mapa 1 Localização do município de São Martinho da Serra.	31
Mapa 2 processo de ocupação do território gaúcho.	37
Mapa 3 Os tratados políticos e delimitadores.	54
Figura 1 Croqui da guarda espanhola de San Martin.	59
Figura 2 A fronteira meridional no mapa de Jose de Saldanha - 1801	61
Mapa 4 estrutura fundiária do RS.	84
Mapa 5 Divisão municipal e rede urbana do RS.	86
Figura 3 - 4 visão da área onde ocorreram as sondagens (decapagens) e visão geral da área.	90
Figura 5 – 6 visão geral da área onde se encontrou o muro da guarda e em foco: a estrutura (denominada Muro).	90
Croqui 1 intervenções arqueológicas em 1995 e 1997.	91
Croqui 2 malha que se estabeleceu para escavar.	91
Figura 7 antigo casarão do farmacêutico Miguel Salém. (já destruído, só resta uma parte da parede lateral).	94
Croqui gerais: Nivel arqueológico acima do material construtivo e nivel arqueológico abaixo do material construtivo. In: Revista do Cepa, 1997.	95
Figura 8 – 9 a estratigrafia da área escavada em 1995.	102
Figura 10 evidências arqueológicas cerâmicas de alguns sítios pesquisados.	103
Figura 11 - 12 colher de sopa e cadeado (já bem deteriorado).	103
Figura 13 - 14 (cima para baixo): medalha, dedeira de costura e bomba de chimarrão; tralha eqüestre - parte do freio	104
Figura 15 - 16 ponta de lança (baioneta) e parte da empunhadura do sabre.	104
Figura 17 - 18 estribo e parte de um cinto.	105
Figura 19 – 20 (esquerda para direita): bijouteria (brinco, anel), parte de um cinto masculino, medalhas e outro acessório masculino (cinto); projéteis e cartuchos estourados.	105
Figura 21 pederneiras crioulas em calcedônia.	106
Figura 22 - 23 recipientes de medicamentos ou de perfumes (debaixo) com selo do fabricante: pílulas bristol (New York); Pasquier, Água de florida Murray.	107
Figura 24 - 25 gargalos e fragmentos de recipientes de medicamentos ("denterina e Serpentina Salém"), medicamentos fabricados pelo boticário Miguel Assad Salém.	108
Figura 26 a 29 vidros de perfumes ou remédios.	108
Figura 30 a 35 reconstituição de fragmentos de recipientes (vidro escuros). A garrafa ao lado pode representar de forma real o fragmento. Acervo LEPA/desenho J. Kiefer.	109
Figura 36 a 38 reconstituição de fragmentos de recipientes (vidro escuro). A garrafa ao lado pode representar de forma real o fragmento. Acervo LEPA/desenho J. Kiefer.	110
Figura 39 – 40 tipos de louças comum (transfer printing) na coleção. Acervo LEPA.	113
Figura 41 – 42 tipos de louças comum (pearlware e shell edge) na coleção. Acervo LEPA.	113
Figura 43 a 45 fragmento de louça em transfer printing com decoração em azul, cena bucólica; fragmentos de louça em creamware: um caco de uma tampa e o fundo de um recipiente de leite. Acervo LEPA	113
Figura 46 – 47 terrina em shell edge; peças do antigo jogo "tejo".	114
Figura 48 – 49 tipos de louças comum na coleção, selo do fabricante Jhonson Bros e davenport. Acervo LEPA.	114
Figura 50 – 51 tipos de louças comum na coleção. Bordas em shell edge azul e policrômicas. Tigela floral. Acervo LEPA.	114
Figura 52 Fundo de louças brancas e creamware. Acervo LEPA	115
Figura 53 a 55 reconstituições de fragmentos das louças da coleção arqueológica: malgas. Desenho J. Kiefer	116

Figura 56 a 58 reconstituições de fragmentos de louças arqueológicas da coleção, baseados no fundo das pequenas malgas. Desenho J. Kiefer	116
Figura 59 – 60 reconstituições de um prato fundo de louça branca ironstone. Desenho J. Kiefer	117
Figura 61 - 62 reconstituições de uma tigela funda em cremware e de uma terrina em shell edge em relevo com flores em relevo. Desenho J. Kiefer	117
Figura 63 - 64 reconstituições de uma tigela funda de uma malga em creamware. Desenho J. Kiefer	117
Figura 65 – 66 reconstituições de duas tigelas. Desenho J. Kiefer	118
Figura 67 – 68 reconstituição de uma tigela em transfer printing com motivos florais. Desenho J. Kiefer	118
Figura 69 – 70 reconstituições de uma tigela funda a partir da borda e de uma tampa de açucareiro ou manteigueira. Desenho J. Kiefer	118
Figura 71 tipos de botões em osso. Acervo LEPA	119
Figura 72 tipos de tinteiros - grês. Acervo LEPA	119
Figura 73 Mostuário de louças do LEPA.	121
Figura 74 visão geral do município de São Martinho da Serra. Foto tirada em 2000 por André Soares da torre da igreja.	124
Figura 75 a 77 Os Mello. Acervo Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra.	131
Figura 78 – 79 casarão dos Mello, antes (1997) e depois da cobertura de proteção (1999). Foto Saul Milder.	134
Figura 80 - 81 parede lateral do casarão (equipe organizando a primeira intervenção nos fundos) e foto 4 (ao fundo vê-se a antiga porta da senzala - 1999). Foto Saul Milder.	135
Figura 82 - 83 parede lateral da antiga senzala e visão parcial da entrada da antiga senzala ao fundo (1999). Foto Saul Milder.	135
Figura 84 - 85 detalhe das janelas triangulares da antiga senzala (2000) e sondagem realizada dentro da senzala abaixo da janelas (2001). Foto Neli Machado.	135
Figura 86 - 87 detalhe de uma parede interna do casarão (pau-a-pique); porão após limpeza. Foto Neli Machado.	136
Figura 88 – 89 visão geral das paredes do fundo da casa. Foto Neli Machado	136
Figura 90 - 91 visão geral das paredes laterais. Observa-se o padrão construtivo. Foto Neli Machado.	136
Figura 92 - 93 visão parcial das paredes internas da casa.	136
Figura 94 - 95 Visão parcial das paredes internas.	137
Figura 96 – 97 Visão parcial do interior da casa (F –G)	137
Figura 98 visão parcial da parede externa de um dos lados do casarão.	138
Figura 99 - 100 detalhe da paredes externas.	138
Figura 101 - 102 Detalhe das aberturas – janelas.	139
Figura 103 - 104 aberturas.	139
Figura 105 -106 visão externa da abertura.	139
Figura 107 – 108 visão do porão.	140
Figura 109 cravo de metal.	140
Figura 110 tijolo	140
Croqui 3 atividades no casarão e disposição das peças.	141
Figura 111 a 116 tipos de selos, em alguns é possível identificar o fabricante: Bakers, Ironstone, Fabrica de louças Santa Cruz, Taubaté.	145
Figura 117 a 119 tipos de louças vidrada.	146
Figura 120 - 121 Shell Edge Azul: bordas	149
Figura 122 – 123 Shell edge verde	149
Figura 124 a 136 exemplos da variedade de motivos decorativos da coleção em transfer printing.	151
Figura 137 – 138 reconstituições gráficas de tampas e fundos de tigelas ou xícaras.	151
Figura 139 a 142 exemplos de fragmentos com motivos florais.	152
Figura 143 a 148 foto de uma malga, reconstituição gráfica de uma tampa e reconstituições gráficas de bacias ou tigelas.	153

<i>Figura 149 a 156 Blue Banded: louças decoradas com bandas coloridas horizontalmente em azul</i>	153
<i>Figura 157 – 158 Chaleira de ferro e tampa de uma moringa de barro torneado. Acervo LEPA.</i>	154
<i>Figura 159 - 160 Alguns metais do casarão. Fragmentos de panela, puxadores de móveis (gavetas), parafusos, fechadura, parte da proteção do fogão a lenha, parte de máquina de costura. Restos biológicos, a maior parte é de gado vacuum.</i>	155
<i>Figura 161 a 164 Fragmentos de cerâmica afrobrasileira. Fabricação escrava, os fragmentos foram encontrados na parte do quintal, próxima a senzala.</i>	155
<i>Figura 165 - 166 Cachimbo moldado encontrado também na área do quintal.</i>	155
<i>Tabela 1: Sítio Casarão dos Melo - Senzala / Adega / Sondagem</i>	160
<i>Figura 167 - 168 Alunos do curso de História e bolsistas do LEPA, num trabalho com estudantes das escolas municipais e estaduais. Projeto "Arqueólogo por um dia". (2000) Acervo LEPA.</i>	241
<i>Figura 169 – 170 Alunos das escolas municipais e estaduais orientados por bolsistas de iniciação científica do LEPA. Palestras e conversas sobre o Patrimônio Histórico e como funciona a pesquisa em arqueologia. (2001- 2002) Acervo LEPA.</i>	241
<i>Figura 171 – 172 estudantes martinenses no LEPA, participando da segunda etapa do "Arqueólogo por um dia". (2002) Acervo LEPA.</i>	241

AGRADECIMENTOS

Ao fim de um trabalho acadêmico e científico algumas situações vêm a mente. Situações muitas vezes de desespero e angústia, outras de satisfação e tranquilidade.

Durante todo o processo de elaboração de um trabalho muitas pessoas passaram e ficaram em nossas vidas.

Outras simplesmente estiveram e se foram.

Mas todo o processo de pesquisa não surgiu de repente, foi se forjando. Eu fui me construindo ora como professora, às vezes como pesquisadora e muito mais como pessoa.

E todo esse processo foi sendo aos poucos elaborado com ajuda de muitas pessoas.

É com muito amor que através desta página de agradecimentos, única, que a academia nos libera, é que pretendo pedir desculpas e agradecer a todas os amigos que estiveram comigo.

Uma lembrança... ao pais, que mesmo sem entender direito o que faço esse casal de missioneiros soube educar alguém muito persistente;

Meus melhores fragmentos... irmãs, que sempre cada uma de seu jeito me ajudaram.

Meus amigos de antes... e que agora mesmo distantes, ainda são aqueles com os quais sempre contarei para ouvir aquela música e tomar um amargo gostoso.

Meus amigos de agora...obrigada por estarem comigo.

Aos meus primeiros professores (1979), lá do Zona Norte, São Luiz Gonzaga.

Aos meus professores da USP, São Paulo (2002).

Aos meus colegas da Univates, especialmente André Jasper, Juarez Ferla, Sirlei Gedoz, Luis Fernando Laroque e Maribel Girelli e ao pessoal do Museu de Ciências Naturais.

Aos meus primeiros e melhores bolsistas, por todo o apoio, atenção e carinho, especialmente Patrícia Schneider e Jones Fiegenbaum.

Aos meus colegas do LEPA, Átila da Rosa, Lucio Lemes, Carlos Augusto Zimpel Neto, Tania Tomazia e Márcia Volkmer, pela atenção e ajuda e, em especial, à Juliana Santi.

As minhas queridas ajudantes Doreci e Edilma, por darem aquele apoio na lidas domésticas.

À professora e geógrafa e muito mais amiga Catarina Galarce, por todas as vezes que leu meus escritos.

Ao artista plástico e camarada Jairo Kiefer, pela brilhante colaboração nos desenhos.

Ao meu passado acadêmico que está presente hoje: o pessoal do Instituto Anchietano de Pesquisas, por todas as perguntas feitas: como vai a tese, especialmente ao prof. Pedro Schmitz, prof. Jairo Rogge, prof.a Juliane Puhl e a querida Ivone Verardi.

Ao meu melhor amigo e companheiro Saul Milder, por todas as insistências, discussões, conversas e amargos chimarrões. Pelas centenas de horas de campo. Por confiar a mim seu projeto.

À população de São Martinho da Serra, que sempre recebeu bem a “turma da arqueologia”.

À minha querida orientadora Margarida Davina Andreatta, pela confiança e por ser um dos meus melhores exemplos profissionais.

À dedicada arqueóloga Marisa Coutinho Afonso, pelas conversas sobre a vida e arqueologia, um de meus referenciais.

À professora Neida Ceccim Morales, da Universidade Federal de Santa Maria, curso de História, por confiar a mim suas entrevistas não publicadas.

Ao professor e muito mais educador, Maurício Fronza da Silva, que está em minha vida, pelas longas horas de ausência e por cuidar do melhor de nós dois...

E ao meu melhor...durante a gestação da tese, gerei o melhor de mim...João Pedro. Minha força e meu novo modo de ver a vida.

A todos minhas desculpas pelas inúmeras ausências, maus humores e meu eterno apreço e gratidão.

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é a cultura Material de Sítios arqueológicos históricos do século XIX no RS: Sítio Guarda de San Martin e Casa dos Mello – Município de São Martinho da Serra.

Os principais objetivos foram contextualizar a história do RS a partir do século XVII: um contexto indígena, missioneiro, espanhol, português rural e urbano; identificar personagens e relacioná-los ao contexto: sorocabanos-tropeiros, sesmeiros, militares, políticos, estancieiros, escravos, comerciantes, imigrantes libaneses, profissionais liberais; caracterizar o cenário/cotidiano do século XIX em regiões do centro e fronteira; a partir das campanhas de escavações de 1995, 1997, 1999 e 2001 (em São Martinho da Serra), identificar as técnicas de escavações em arqueologia histórica (caracterizar e identificar a aplicabilidade dessas técnicas e interpretações); identificar como os grupos que ocuparam São Martinho ao longo do tempo foram se apropriando, modificando e alterando a paisagem rural e urbana. Dessa forma, deixando suas marcas na cultura material e estruturas alterando, principalmente, a paisagem. Identificar e analisar aspectos sobre a formação do RS, as guerras, as definições de fronteira (política, urbanização, maçonaria...).

Os dois sítios tiveram sua cultura material estudada (louças, vidros, cerâmica, indígena, cerâmica dos negros escravos, metal – tralha militar, doméstica, pessoal, eqüestre, chaves - , e as pederneiras). Além dos espaços físicos e estruturais (um dos quartéis da guarda, a dispersão das casas e as casas, as ruas, a senzala e a cozinha).

PALAVRAS-CHAVES

Cultura Material – Interior do Rio Grande do Sul – Arqueologia Histórica

ABSTRACT

The object of this thesis is the material culture of historical archaeological sites from the XIX century in Rio Grande do Sul: Site guarda de San Martin and House of the Mello – Both located in São Martinho da Serra.

The main purposes were contextualize the history of Rio Grande do Sul beginning from XVII century: an indigenous context, a perspective of the people living in the missionary regions as well as the Spanish and Portuguese in urban and rural areas; identify characters and associate them to the context: tropeiros from sorocaba, farmers, militaries, libanese immigrants, liberal professionals; characterize the everyday setting of the XIX century in central and frontier regions; about the excavations in 1995, 1997, 1999 and 2001 in São Martinho da Serra identify the techniques of historical archaeology excavations (characterise and identify the applicability of these techniques and interpretations); identify how the groups that occupied São Martinho through time started to change the rural and urban landscape by leaving their marks on the material culture and structures; identify and analyze aspects of the Rio Grande do Sul history (the wars, frontier definitions, politics, urbanization, freemasonry...).

The two sites had their material culture studied (china, glass, Indian ceramics, black slaves ceramics, military, domestic and personal material, the horses equipment, keys and some specific stones. As well as the physical and structural spaces (one of the headquarters, the houses and their dispersion, the streets, the house of slaves and the kitchen).

KEY-WORDS: Material culture – Rio Grande do Sul interior – Historical Archaeology

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta tese é a cultura Material de Sítios arqueológicos históricos do século XIX no RS: Sítio Guarda de San Martin e Casa dos Mello – Município de São Martinho da Serra.

Os principais objetivos foram contextualizar a história do RS a partir do século XVII: um contexto indígena, missioneiro, espanhol, português rural e urbano; identificar personagens e relacioná-los ao contexto: sorocabanos-tropeiros, sesmeiros, militares, políticos, estancieiros, escravos, comerciantes, imigrantes libaneses, profissionais liberais; caracterizar o cenário/cotidiano do século XIX em regiões do centro e fronteira; a partir das campanhas de escavações de 1995, 1997, 1999 e 2001 (em São Martinho da Serra), identificar as técnicas de escavações em arqueologia histórica (caracterizar e identificar a aplicabilidade dessas técnicas e interpretações); identificar como os grupos, que ocuparam São Martinho ao longo do tempo, foram se apropriando, modificando e alterando a paisagem rural e urbana.

Dessa forma, deixando suas marcas na cultura material e estruturas alterando, principalmente, a paisagem; identificar aspectos sobre a formação do RS, as guerras, as definições de fronteira (política, urbanização, maçonaria...).

O trabalho teve como bases teóricas e metodológicas, as principais noções de autores das escolas da Nova História Cultural (principalmente elementos teóricos da história da vida privada), bem como autores que tratam do tema cultura material e suas representações (algumas idéias são de Orser, Deetz, Miller, Lima, Funari - dentro de suas especificidades e tendências diferenciadas). Foram utilizadas algumas definições dos pesquisadores para corroborar nossa tese principal, considerando os discursos teóricos para interpretar o espaço construído e a coleção arqueológica.

As questões importantes que foram alvos de interpretações ou discussões, estiveram ligadas aos sítios arqueológicos e às coleções da guarda de San Martin – RS lbm 10, considerando a localização, a dimensão, o histórico do sítio, o histórico das campanhas, a coleção arqueológica e as publicações. O sítio Casarão dos Mello – RS lbm 11, com a localização, a dimensão, o histórico do sítio, histórico das campanhas, a coleção arqueológica e as publicações.

Os dois sítios tiveram sua cultura material estudada (louças, vidros, cerâmica indígena, cerâmica dos negros escravos, metal – tralha militar, doméstica, pessoal, eqüestre, chaves - , e as pederneiras). Também os espaços físicos e estruturais (um dos quartéis da guarda, a dispersão das casas e as casas, as ruas, a senzala e a cozinha) foram objeto de estudo.

Os atores e “construtores” dos sítios arqueológicos (os guaranis – soldados, Rafael Pinto Bandeira, Maneco Pedroso, João Batista de Oliveira Mello, João Manoel de Oliveira Mello, Júlio de Castilhos, Salém e os negros escravos), foram igualmente alvos de análise ou citação.

Como reflexões teóricas básicas, buscamos e discutimos questões como: o comportamento de consumo – esse consumo era considerável ou simplesmente para sobrevivência? O que atesta o consumo fútil e desnecessário? A burguesia gaúcha – existe uma só ou para o interior ela é diferente – quem é o burguês do interior? A economia do século XIX para a região central, contexto de guerra, a urbanização – São Martinho – o urbano se moldando aos poucos – o pequeno vilarejo que serviu de acampamento para soldados índios e para postos militares, transforma-se em uma vila com elementos que atestam o início de uma cidade: lojas maçônicas, escolas, jornais, casas de médicos e farmacêuticos, cemitério, casas de comércio, prefeitura, câmara de vereadores, igreja, clube republicano, comarcas de juizes, casarões em estilo português, o status ou necessidade, descarte – o que

era descartado e por quem que condições e onde? Dificuldade de acesso ao mercado ou as mercadorias poderiam ser um elemento que dificultasse o descarte? Lixeiras ou áreas de descarte – como definir? Universo doméstico – como era o cotidiano doméstico de uma dona de casa no interior do RS (talvez com um pouquinho de urbana já se configurando). A cultura material pode dizer alguma coisa? Que mulher consumidora era esta? Os sítios e seus ocupantes – os soldados guaranis da guarda deixaram um pouco de cerâmica, restos de alimentação, pedrneiras e armas. O boticário Salém deixou evidências de sua estada como vidros de remédios, vidros de venenos, vidros de perfumes, tinteiros de vidro e gres, louças de todos os tipos (fina e barata), jóias como anéis e brincos, elementos de cavalaria e armas, bomba de chimarrão. A louça pode ser um referencial econômico e cronológico? Qual a representação da cultura material, no interior do RS e essa representação pode ser considerada? Os espaços e uso – ocupação de áreas: pode-se ver uma estratigrafia?

Dessa forma, o trabalho se estruturou em capítulos. O primeiro trata do contexto histórico que vai do século XVII ao XIX, priorizando as missões e a instalação da guarda. Avaliou-se os processos históricos e relacionou-se ao contexto sócio-político-econômico nacional e platino, pois neste momento dá-se a criação da guarda militar, a guerra guaranítica, a passagem de personagens importantes da história como Rafael Pinto Bandeira, Maneco Pedroso, a criação do posto de registro, a trincheira de proteção bélica, a distribuição de sesmarias, a guerra do Paraguai (um dos filhos do sesmeiro, primeiro dono do casarão dos Mello participou ativamente na guerra de 1864, participando mais tarde da Guarda nacional), a instalação do clube republicano no casarão, as várias lojas maçônicas, a câmara de vereadores também instaladas no casarão escavado.

Ainda nesse capítulo, no desenrolar do século XVIII, São Martinho foi importante, devido à sua posição geográfica, porém no século XIX, o crescimento da cidade foi dificultado devido a esse posicionamento. A urbanização que já vigorava em Santa Maria da Boca do Monte, Cruz Alta, Rio Pardo ficou atrasada para São Martinho. Mesmo a cidade possuindo casas comerciais, lojas maçônicas, uma burguesia emergente, uma estrutura política e econômica, não podemos auferir uma importância urbanística, pois os casarões eram pobres e a vila pequena.

Analisaremos o espaço urbano, a cidade, a distribuição das casas e as casas (modelos arquitetônicos). Esta parte começa a ser contextualizado a partir de 1801 com a delimitação de fronteiras.

A importância do estudo reside na identificação de um espaço urbano, mesmo que em menor dimensão em comparação a outras cidades importantes do RS. São Martinho é de certa forma, um referencial de como as cidades foram se transformando no interior do RS, considerando as peculiaridades de cada uma.

São Martinho tem uma trajetória peculiar, num momento foi importante politicamente, e em outro foi rebaixado de município para vila, único caso no Brasil. Mesmo, a cidade no século XIX, tendo a importância política que os pesquisadores denotam, podemos ver que vereadores, prefeitos e outros personagens ilustres não residiam na vila de São Martinho, mas nos arredores (Júlio de Castilhos, Santa Maria ou Cruz Alta).

Na história tradicional do RS, no que se refere à urbanização, verifica-se que o interior do RS e o processo de estabelecimento das pequenas cidades, pouco é relatado. A vida no interior e nas cidades importantes do RS do século XIX (Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira do Sul) era diferente, no que tange à instalação das

casas de moradias e comerciais, distribuição do espaço e vias de acesso ao grande mercado. As redes de comércio envolviam outras formas de aquisição, por exemplo.

Neste primeiro capítulo serão privilegiados os sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos e pretende-se relatar e pontuar alguns aspectos referentes a ocupação do espaço a partir dos sítios, percorrendo os períodos históricos.

- 1º sítio: Ibm 12 (sítio Marafiga, distrito de Água Negra), localizado na subida da serra, este sítio foi escavado (num procedimento de salvamento) em dezembro de 1999. Retiraram-se duas urnas funerárias. Dentro de uma das urnas foram encontrados contos de colar e cunhas de ferro;
- 2º e 3º sítio: localizados na entrada da cidade (Santa Maria-São Martinho) a leste, os sítios Lava-pés (Ibm 07) e Boca da Picada (Ibm 08) foram escavados na década de 70 e 80 pelos professores José Proença Brochado (UFRGS) e Vitor Hugo da Silva (UFSM). Nesses sítios coletaram-se centenas de fragmentos de cerâmica guarani;
- 4º sítio: localizado próximo ao Casarão dos Mello (500m) e próximo ao lajeado Lava-pés (100m), o sítio Pedrazzi (Ibm 13) foi escavado em 1995 pela equipe do LEPA/UFSM, coletaram-se fragmentos de cerâmica e lítico guarani. O 4º sítio resultou numa monografia de especialização (O Tupiguarani em São Martinho da Serra. UFSM/CCSH/Dep. História, 1996);
- 5º sítio: Glaucia Secchin (Ibm 10): localizado na parte central da cidade. Este sítio, (na propriedade dos Secchin), foi escavado em 1995 e 1997 pela equipe do LEPA. Os trabalhos iniciaram com coletas superficiais, abertura de trincheiras (13 m), dividiu-se a área (24 m²) em 24 quadrículas (nem todas sofreram intervenção) que foram decapadas e o material plotado. Na segunda intervenção foi aberta

uma trincheira próxima à cancha de bocha do proprietário. Registrou-se uma área com muros de pedras (88 m²), que foi escavada cuidadosamente em toda a extensão. A área foi considerada, após a escavação e com a ajuda do croqui (Guarda de São Martinho realizado durante a tomada da Guarda em 1775 por um membro do exército de Rafael Pinto Bandeira), como sendo um dos quartéis desta guarda. Este local após o abandono foi utilizado como casa do boticário Salém no século XIX.

- 6º sítio: Casarão dos Mello (lbn 11): os primeiros trabalhos aconteceram em 1998, com algumas sondagens no quintal do casarão. A lixeira (ainda utilizada pelo vizinho do casarão como depósito) foi foco de intervenção. Em junho de 2000, realizaram na área atividades de sondagens e a partir da lixeira abriu-se outras quadrículas. Em junho e outubro de 2001 realizou-se uma intensa intervenção na área da antiga senzala e cozinha, na entrada da senzala, no porão e no quintal foram abertas 19 quadrículas de 1x1 m a fim de verificar a dispersão das evidências.

No capítulo segundo, documentos arqueológicos, sítio Guarda de San Martin serão tratados aspectos como a relação entre a guarda espanhola e o boticário, as estruturas da guarda e as evidências arqueológicas.

A casa, os espaço e grupos domésticos (tropeiros, escravos, políticos, comerciantes, militares e civis, serão estudados no terceiro capítulo, onde identificaremos os grupos domésticos de São Martinho. Os primeiros a habitarem a casa (Casarão dos Mello) são uma família de tropeiros sorocabanos (1812). Essa mesma família, os Mello, vai passar de colonos a políticos importantes com fluentes relações políticas. Fisicamente, podemos considerar os Mello como a mistura de portugueses e negros, diferente da imagem construída pela história

tradicional gaúcha, que mostra os latifundiários como representantes da etnia branca.

Os Mello possuíam escravos, pois no conjunto de estruturas construídas, há a senzala, um pequeno espaço (40 m²) para escravos domésticos. (A senzala ou quarto dos escravos domésticos passou por intervenções arqueológicas).

Outro elemento aludido é a história das imigrações, aqui a dos imigrantes libaneses do século XIX. A migração também é nosso objeto pois temos os tropeiros vindo de SP.

Trataremos da questão dos personagens e associações com os objetos/personificação da cultura material/a cultura material e as profissões. Alguns personagens são fundamentais para o entendimento e o encaixe no tempo histórico contextualizado.

No século XIX, temos João Batista Mello, esse personagem tem dinheiro, poder, boas relações e status, porém, não tem uma unidade residencial adequada aos latifundiários que ocupavam cargos importantes do século XIX. A casa e o conjunto de tralha doméstica são pobres e de baixa qualidade.

O cotidiano de uma cidade se moldura com elementos decisivos, como o boticário Salém que é um personagem representativo, pois é o primeiro médico da vila. É um pesquisador, um imigrante sírio libanês, tem boas relações e contatos, porém seu lixo também é pobre e diversificado.

Para completar o processo de aquisição e consumo, ninguém melhor para configurar do que o Mascate, ele é nossa peça chave, pois é quem comercia os produtos, quem colabora com a produção do lixo. Não há mercado próximo (nem em Santa Maria ou Cruz Alta), então ele

é responsável pela venda e encomenda das mercadorias desde a perfumaria até tecidos para roupas.

O Mello – esse personagem tem dinheiro, poder, boas relações e status, porém, não tem uma unidade residencial adequada aos latifundiários que ocupavam cargos importantes do século XIX. A casa e o conjunto de tralha doméstica são pobres e de baixa qualidade.

O primeiro representante da família Mello, foi o tropeiro Antonio Mello Rego (1820), pai do Coronel João Batista de Oliveira Mello (comandante superior da Guarda Nacional), casou e teve João Manoel de Oliveira Mello (oficial na Guerra do Paraguai e deputado Provincial).

Ainda no capítulo terceiro as formas de ocupação e reorganização do espaço na tentativa de diferenciação entre o que é estrutura arquitetônica original e o que sofreu alteração, partindo do pressuposto que a casa teve várias ocupações, foi sendo alterada para suprir as necessidades de cada momento, também será abordada. A preocupação neste ponto é descrever o tipo de modelo arquitetônico do século XIX para o interior do RS. Detalhando desde a cota negativa até a parte estrutural visível.

Este capítulo tem como enfoque central a última intervenção arqueológica no sítio Casarão dos Mello (RS IBM 11), ocorrida em novembro de 2002. Neste momento o foco de atenção foi a área da senzala e do pátio central, que compõe a estrutura habitacional do casarão.

Outro fato de extrema importância, é que pouco se sabe das condições reais dos negros e das relações cotidianas dos coronéis e negros na região central do RS, dentro de uma perspectiva arqueológica. No RS, é a primeira vez que se tem a escavação de uma senzala como ponto de partida para uma pesquisa sobre a utilização

dos espaços e a organização das áreas nobres (o casarão propriamente dito) e as áreas marginais (porão e senzala).

Foram realizadas prospecções no casarão dos Mello, desde 1998 que revelaram um interessante processo de ocupação e reocupação de espaços domésticos e arquitetônicos ao longo de dois séculos. Foi também prospectada a área da antiga senzala do casarão, do porão e da adega.

Foi possível identificar as seguintes estruturas: o casarão, o porão ou adega, a senzala e cozinha, as áreas de despejo, as áreas de captação de água – poço, a área de convívio dos negros escravos e a antiga cozinha dos escravos do casarão.

O tipo ou estilo arquitetônico do casarão, considerando a organização das peças da habitação e os elementos que compõem a construção, apresentam-se como uma construção típica do início do século XIX, em estilo missioneiro. A utilização de pedras (rochas de arenito silicificado e basalto) de diferentes tamanhos misturados com tijolos manuais e preenchidos com cacos de telhas em canaleta e adobe, identificam o mais puro estilo missioneiro do interior do RS.

Esse casarão pode ser considerado um excelente referencial de como as construções perpassam os anos e são remodelados ou modificados conforme seus moradores ou suas funções. Nos registros históricos e nos orais, temos que a área do casarão faz parte do início de distribuição de sesmarias para a região central do RS.

Outro registro é que o primeiro morador, e talvez o que construiu, tenha sido um tropeiro sorocabano (Mello). Outro dado é que o casarão teve um morador ilustre, também Mello, coronel que lutou na Guerra do Paraguai, esse mesmo militar também participou da extinta Guarda Nacional e foi um dos primeiros deputados provinciais do RS.

Mais para o final do século XIX esse casarão serviu de Clube Republicano, após Loja Maçônica, depois Câmara de Vereadores e, por fim, teve algumas atribuições do tipo comercial (pensão e padaria). O último ocupante morreu nos anos 80.

No capítulo quarto os documentos arqueológicos do sítio do Casarão dos Mello serão analisados.

Para o quinto e último capítulo algumas reflexões sobre pesquisas e trabalhos de arqueologia histórica são realizadas.

O grande impulso nas pesquisas referentes à arqueologia histórica tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, deu-se a partir dos anos 80 com a intensificação das pesquisas sobre as Reduções Jesuíto-Guaraníticas. Neste sentido, a pesquisa representou um avanço na questão de preservação dos patrimônios históricos, através da investigação científica que visa não só o resgate e preservação do que está sob o solo, mas também o que esta acima dele.

Podemos constatar que as pesquisas referentes à arqueologia histórica despertam tanto no público como nas autoridades um interesse especial, o que dá a ela todo um prestígio que merece ser lapidado e conservado. Assim o uso de um embasamento teórico e prático tanto da História como da Arqueologia, fazem da Arqueologia Histórica um campo para a interdisciplinaridade. O uso da documentação escrita apoiada a documentação arqueológica fortalece cada vez mais os resultados desta nova área de conhecimento.

A Arqueologia Histórica, por situar-se mais próxima a contemporaneidade, oferece aos pesquisadores ao mesmo tempo novas problemáticas e novas perspectivas. Por exemplo, os sítios históricos, como é o caso de São Martinho, podem estar localizados, ou podemos dizer inseridos dentro da realidade da população atual, o que

prejudica o pesquisador porque neste caso a perturbação é mais constante. Por outro lado, no entanto, por situar-se próxima a realidade da população as contribuições da história oral são bastante úteis.

A proposição de realizar um estudo na região de São Martinho possui certa sustentação devido a uma série de características:

- a) produção bibliográfica circunstancial;
- b) coleções documentais circunstanciais e específicas concentradas em arquivos de fácil acesso;
- c) coleções de cultura material que podem servir como referências.

Os dois sítios a serem estudados possuem significativas evidências relativas ao cotidiano do século XIX. As coleções são formadas por objetos de farmacopéia, perfumaria, artigos de toucador, armarinho e respaldam-se também nas tralhas domésticas, eqüestres e agrícolas. O legado belicoso é amplamente registrado pela farta coleção de aparatos ligadas à armaria (partes de armas de fogo). As coleções de artefatos relacionados à culinária também são amplas, podendo revelar os costumes à mesa, bem como o *status* de seus moradores, quando explorados os milhares de fragmentos de louça e vidraria refinada.

Nesse sentido, acreditamos que sítios históricos revelam um manancial de dados que ultrapassam qualquer evento escrito. Tanto o casarão quanto o sítio da guarda vêm a identificar que as evidências arqueológicas, as micro estruturas e as macro estruturas quando relacionadas correspondem a uma dinâmica que vai além do documento histórico.

Conceitos como formas de deposição e área de despejo no casarão dos Mello e Guarda de San Martin são referenciados. Verifica-

se nas pesquisas em arqueologia histórica que alguns pesquisadores partem da premissa que os sítios históricos podem ser interpretados conforme os sítios pré-históricos. Porém alguns fatores tornam as comparações confusas.

Discussões relacionadas a disposição das áreas de despejo em sítios históricos e as várias interpretações dos arqueólogos e acerca de um modelo sobre despejo e áreas onde se depositam os objetos descartados são pontos importantes a serem analisados. Partimos do pressuposto de que o lixo localizado mais longe da estrutura habitacional é o mais antigo, pois as estruturas habitacionais vão sendo abandonadas e ocupadas como áreas de descarte. A lixeira (aqui tratada como uma área específica para depósito de coisas descartadas), geralmente é localizada longe das residências, pelo menos nesse tipo de grupo social como é o caso de São Martinho. Os indivíduos geralmente aproveitam as estruturas como as áreas muradas para depósitos.

No caso do sítio da guarda, observando a estratigrafia, verifica-se que o lixo está depositado desde o acampamento dos guaranis (soldados da guarda), século XVIII até o do Salém, século XIX. Verificamos que Salém construiu sua casa na guarda, a qual estava abandonada, sendo um bom lugar para o depósito do lixo. Já no casarão verificamos a dispersão das áreas de despejo por todo o sítio (quase 1 hectare).

A estratigrafia é outro elemento a ser tratado. Além de outras questões referentes a deposições, pois em sítios históricos as lixeiras não apresentam uma lógica deposicional. Observamos que numa lixeira é sempre o produto final que aparece e conseqüentemente o descartado, então, a priori não podemos “atribuir” comportamento a cacos de louça, sendo assim, é mais difícil ver relações de poder numa estratigrafia do lixo. Por exemplo, se encontrarmos louça chinesa numa

lixreira de um casarão do século XIX, não é possível, necessariamente, ser atribuída ao último morador nem ao primeiro.

Outro problema que será abordado são as questões referentes a trabalhos de outros arqueólogos e o porquê da ênfase dentro dessas pesquisas da amplitude dimensional de sítio, que segundo, alguns “deve-se perceber todo o espaço construído arqueológico e suas representações para a arqueologia histórica”. No entanto, o que vemos é uma ilha de trabalhos (Simanski, Gomes, Andrade, Sousa, Ognibeni, Macedo, Milder) onde a escavação se restringe a apenas algumas áreas e muitas vezes os sítios históricos são enormes.

Em relação à cultura material - louças, frascos, armas, bijuterias, objetos de metal de uso doméstico algumas discussões acerca de análises são levantadas, bem como definições das coleções. Neste capítulo serão descritas as análises das coleções de evidências arqueológicas, que são um conjunto de aproximadamente 12 mil peças. A cultura material em si, foi analisada e classificada, vamos descrever detalhadamente as peças, dando ênfase ao metal (cadeados, chaves, fragmentos de arco de barril, bomba de chimarrão, tesoura, dedal, anel, serigote, moedas, brinco, suporte de espoleta, lâminas de armas brancas, lança farroupilha, cabo de sabre, cartuchos, projéteis, bainha de sabre), louça (*padrão blue or green edged ou shell edged, willow, italian Scenery, peasant style, anelar, royal rim, spatterware, decoração carimbada ou estampada, padrão milkmaid*) e vidro (recipientes de óleo, tintas, perfumes, remédios e bebidas) .

O caminho das mercadorias, as especulações arqueológicas (revisão bibliográfica no que tange a rotas comerciais – Portos); possibilidades de vias comerciais; contrabando – quem fazia e como; quem comprava – por encomenda ou por simples oferta; poder aquisitivo do comprador de São Martinho; aquisição – por necessidade,

por status, por gosto; processo de descarte, também são alvos de análise.

No que tange à questão da louça, que pode ser representação do cotidiano, partimos do foco de que a louça não é um elemento reflexo da realidade. Em regiões distantes dos grandes mercados como São Martinho, verificamos que a louça simples era apenas mais um elemento da tralha doméstica. Analisaremos a presença massiva da louça barata, tanto num sítio quanto no outro e as várias funções e formas. Em nenhuma das duas áreas há conjuntos de mesa, sendo uma variedade de peças, diferente do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Outro elemento levantado é que a louça não é o indivíduo e não representa a realidade cotidiana. Por exemplo, no que se refere à parte quantitativa de cacos de louça é verificado que, com a quebra de apenas um prato pode resultar num conjunto de 5 a 500 fragmentos de variados tamanhos. Assim como é possível identificar e elencar comportamentos cotidianos de grupos sociais diferenciados a partir de fragmentos de louças, frutos muitas vezes de acidentes caseiros.

Dessa forma, iremos trabalhar só com peças (peças inteiras e reconstituições). A louça também não será vista como referencial cronológico de um sítio; há casos de lixos atuais com louças de família (as do século passado ganhas de herança). No lixo do casarão verificamos a presença de louças brancas, policromas, malgas coloridas e anelares, louças grosseiras, porcelanas, faianças finas, fundos de garrafas do século XVIII e pederneiras.

Portanto, a composição de uma lixeira é muita diversificada e de cronologias diversas até porque é ocupada por diversos grupos sociais e de longa duração.

Outro aspecto abordado se refere à forma e função de objetos de louça, tão relatada em trabalhos de arqueologia histórica. Atribuir a

peças uma única função pode ser usado para grupos sociais da burguesia emergente do Rio de Janeiro, mas à burguesia emergente de São Martinho, torna-se complicado. Por exemplo, uma faca não só servia para cortar, em regiões do interior, como também fazia o mesmo papel que um garfo, portanto atribuir comportamento social a peças é, às vezes, equivocado, dependendo da região.

Quanto a associação do grupo humano ao objeto, no caso do casarão dos Mello, na lixeira do casarão aparecem muitas peças finas e outras grosseiras, sabemos que em meados do século XIX, havia escravos no casarão. Isto serve como elemento de indicação, onde a louça grosseira pode ter sido utilizada pelos escravos.

Outras elucubrações em relação à cultura material é possível fazer, como a relação do tinteiro e o boticário. Focalizaremos também a variedade de peças inteiras e selos (*Spode & Copeland, Adams & Cooper, Baker & Son, C J Mason, Davemport, Enoch Wood & Sons, H Adams & Co, Santa Cruz (Taubaté), J Meir, J Miller, J Meir & Son, Glasgow, Royal Ironstone China, Wedgwood, Royal Patterns e outros*) nos dois sítios. Isto é mais um indicador que registra a presença de um mercado consumidor não preocupado com estilos e conjuntos de mesa, mas sim um consumidor que comprava as peças disponíveis no mercado. E o responsável por essa distribuição foi o mascate.

Discutiremos questões sobre análise de cacos, não somente a despretensiosa análise tipológica, mas sim as análises relacionadas ao comportamento de consumo dos moradores das casas também são meta. É certo que em alguns sítios e regiões é possível identificar alguns aspectos, mas em regiões de difícil acesso (mesmo tendo importância histórica como é o caso de São Martinho) torna-se complicado, devido a determinadas circunstâncias a serem averiguadas.

Sobre o capitalismo do século XIX, neste momento desenvolveremos questões relativas a um capitalismo complexo. Partindo da premissa de que o capitalismo não é uniforme, existem regionalismos (no Brasil as situações são diferentes, pois o capitalismo emergente do Rio de Janeiro se estabelece de forma diferente da região em foco).

Assim, a tese vai se moldando na forma de texto passível de críticas.

CAPITULO I

O CAMINHO DO PERAU VELHO – DOS JESUÍTAS AO BOTICÁRIO – SÃO MARTINHO DA SERRA¹

“Os anos chegavam e se iam. Mas o trabalho fazia Ana esquecer o tempo. (...) De quando em quando chegavam notícias do Rio Pardo pela boca dum passante. Contaram um dia a Maneco Terra que Rafael Pinto Bandeira tinha sido preso, acusado de ter desviado os quintos e direitos da Coroa de Portugal e de ter ficado com as presas apanhadas nos combates de São Martinho e Santa Tecla. (...)”²

Antes mesmo de São Martinho da Serra se configurar politicamente em município – século XX, este espaço já era habitado e usufruído por populações indígenas organizadas. Conforme registros arqueológicos, é possível identificar vestígios de uma ocupação permanente nas paragens da serra da boca do Monte³.

São inúmeros conjuntos de fragmentos de cerâmica tipicamente guarani e peças líticas bem trabalhadas, provavelmente componentes da cultura material do cotidiano de grupos que estiveram na região.

Torna-se fácil descrever a exuberante paisagem da serra. Imaginemos: se povos tão aperfeiçoados e bem adaptados como os guaranis, por algum tempo escolheram a região para viver, é provável que a região favorecesse todos os elementos para as famílias passarem bem por um período. Além do aspecto, podemos associar a característica cultural dos guaranis de serem povos guerreiros e bons

¹O município de São Martinho da Serra situa-se na borda da porção mais ao sul do Planalto Meridional do Rio Grande do Sul a aproximadamente 400 metros de altitude.

² VERÍSSIMO, Érico. O tempo e o vento. O continente I. São Paulo: Globo, 1997, p. 113.

³Conforme Macedo (1999), vários sítios arqueológicos foram localizados e a cronologia está situada por volta de 8.000 AP.

negociadores, esta região seria um lugar ideal, pois o vale representa caminhos de acesso para a serra e para a região dos pampas.

Mapa 1 Localização do município de São Martinho da Serra.
In: Maptel, 2003.

Alguns sítios arqueológicos como o sítio Pedrazzi⁴, estão localizados em uma planície favorável a produção agrícola. Foram encontrados muitos vestígios como lascas, núcleos e cerâmica. Outros sítios como Dalla Lana (RS SM 1), Lava-pés (RS lbm 7) e o Boca da Picada (RS lbm 8) também estão localizados em áreas que facilitam uma boa morada, próximo a todos os recursos necessários a sobrevivência humana.

Atualmente, turistas quando chegam a serra (450 metros de altitude), ficam deslumbrados com a beleza natural da região. São mais de setenta cascatas (enormes cachoeiras, algumas com mais de 100 m de altura), em meio a uma floresta rica em plantas exóticas como bromélias e orquídeas.

⁴Este sítio (RS IBM 11) foi estudado por Machado (1996) em sua monografia de especialização.

Por pertencer ao Planalto dos Campos Gerais, fazer parte da formação Serra Geral e da bacia do rio Uruguai com o grande rio Ibicui Mirim e seus afluentes é que encontramos uma área propícia ao plantio (área úmidas, típicas da floresta subtropical), além de possuir bons afloramentos rochosos, disponíveis para obtenção de matéria-prima.

Outro aspecto que sempre chamou a atenção é o fato do difícil acesso ao monte, devido a grande quantidade de vales e pequenos rios, estes seriam obstáculos naturais entre a depressão central e o planalto. No século XVIII, esse fator favoreceu e prejudicou os exércitos espanhóis e portugueses na tomada das Missões Guaraníticas do Noroeste do RS.

Assim, é possível para qualquer pessoa, imaginar a paisagem e nela inserir grupos humanos vivendo por centenas de anos.

Outros aspectos que foram registrados por levantamentos arqueológicos são as estruturas subterrâneas escavadas pelos moradores do local para se adaptar ao frio intenso, comum a este tipo de região. Essas estruturas ainda não passaram por nenhum estudo arqueológico mais detalhado. Porém sabe-se que conforme os artefatos encontrados pelos moradores, estes podem estar associados a grupos de horticultores, os quais em outras áreas similares do RS constróem estruturas similares. Na literatura mais usual os pesquisadores associam a grupos pertencentes a tradição arqueológica Humaitá.

Para caracterizar seus respectivos territórios nacionais pertencente á região geográfica do Rio da Prata, no período colonial, os historiadores argentinos, uruguaios e brasileiros usam expressões como “tardia ocupação, caráter periférico e fronteiroço da colonização, população dispersa e escassa, predomínio do latifúndio pecuário”. Osório (1990:19)

1.1 São Martinho da Serra no contexto histórico

Para a realização do histórico sobre o Rio Grande do Sul levantamos várias bibliografias como Bandeira, Barcellos, Beschoren, Cesar, Dacanal, Gonzaga, Docca, Domingues, Dreys, Ferreira Filho, Flores, Fortes, Gutfreind, Haubert, Isabelle, Jacques, Kliemann, Laytano, Lessa, Love, Maestri Filho, Porto, Picollo, Quevedo, Saint-Hilaire, Santos, Silva. Dentre todas preferimos utilizar as abordagens de Sandra Pesavento, por se tratar de uma bibliografia mais completa.

Segundo Pesavento (1985) “O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial. Foi descoberto no início do século XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil, típicas da fase pré-colonizadora, que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Destas viagens, resultaram registros e descrições da costa gaúcha, assim como a generalização do nome ‘Rio Grande de São Pedro’ para toda a área. Entretanto, a região permaneceu inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante da América portuguesa se desenvolviam os engenhos de açúcar. Desvinculado da agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional, o Rio Grande do Sul carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial.”

Segundo Guilhermino Cesar, o *Rio de São Pedro*, mais tarde Rio de São Pedro do Sul, é como aparece escrito, no mapa de Gaspar de Viegas (1534), pela primeira vez, o nome do atual Rio Grande do Sul. (1970)

Para Cesar, o sul do Brasil confundia-se, no espaço indiviso, com as possessões espanholas o Uruguai, a Argentina e o Paraguai de hoje. Numa superfície de tais proporções, ainda desconhecida, por onde apenas vagavam tribos indígenas, o europeu só muito timidamente

ensaíou o povoamento e, ainda assim, de forma tardia. Por trás dele, a empurrá-lo, vigiavam interesses políticos daquelas dinastias rivais. Mas, para o seu proveito pessoal, o que ele principalmente buscava eram minas e metais nobres, especiarias, riquezas fabulosas à semelhança das que a África e a Ásia haviam dado, constrangidas, aos conquistadores de seus mares, no Renascimento. (1970)

A expedição de Martim Afonso, ao percorrer a banda oeste do Atlântico Sul, não deixou povoadores, como fez em São Vicente e Cananéia. A região de imediato, não oferecia riquezas. Os navegantes sequer acharam coisa de valor que pudessem levar dali, salvo um conjunto de informações com as quais enriqueceram a ciência geográfica do tempo. (Cesar, 1970)

Iniciado o povoamento na costa paulista, como houvesse falta de gente para lhe dar calor, os povoadores ali chegados desceram mais tarde até à região da Laguna, em busca de mão-de-obra indígena para suas lavouras. Numa ação paralela à política portuguesa de ocupação, os Jesuítas do Rio de Janeiro, cujo intento era a catequese, o resgate de almas, percorreram muito cedo, em missões, o litoral sul-catarinense. Descendo às cercanias de Porto Alegre (1606-1607), entraram em contato com o Anjo, chefe indígena tão feroz quanto poderoso. Contudo, essa penetração missionária não prosseguiu, por vários motivos. O principal foi o receio de um conflito de jurisdição com outros padres da Companhia de Jesus, instalados no Paraguai, de onde se espraíavam a caminho do Rio Uruguai, em direção ao Rio Grande e ao Paraná, nos quais criariam numerosas aldeias com os seus catecúmenos. (Cesar, 1970)

Ainda segundo Cesar, 1970, enquanto se suspendia a catequese iniciada, assim, pelos padres do Colégio do Rio de Janeiro, os do Paraguai fizeram longas incursões pelo território do Tape, fundaram aldeias e ergueram templos em diversos pontos do Rio Grande do Sul.

De tal sorte que, a partir de 1626, duas linhas de força, uma litorânea, outra interiorana, entraram em competição, repetindo as querelas, os conflitos e incompreensões que na península ibérica haviam separado dois povos da mesma origem latina e crista.

Em 1680, um fato contribui para acirrar tais rivalidades. D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, chefia uma expedição marítima que funda, à margem esquerda do Rio da Prata, bem defronte de Buenos Aires, a Colônia do Santíssimo Sacramento. Portugal ergue ali uma fortaleza, que, apesar de todas as suas vicissitudes (diversas vezes tomada, destruída e reconstruída), ao longo do tempo, até 1777, quando passou em definitivo ao domínio da Espanha, assinalou a presença viva dos portugueses no grande estuário, próximo do ponto de escoamento da produção colonial oriunda do Peru (minas de prata e ouro), e das Missões jesuíticas (couros, erva-mate e gêneros do país).

Quanto a essas últimas, tiveram, no caso, mais importância direta para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O comércio da prata e seu contrabando beneficiaram diretamente as nações européias. Mas a pecuária e a extração da erva-mate tiveram uma importância também transcendente no processo inicial do povoamento.

Ao lado, da concentração, no Oeste, de uma grande massa de índios, cristianizados ou semi-cristianizados, que foram em suas aldeias uma fácil presa dos bandeirantes, quando em grandes expedições, os descobriram. Alguns bandeirantes como Raposo Tavares, invadiram as Missões Guaranis, aprisionando índios, que foram levados para as fazendas do interior paulista.

Pouco a pouco, à proporção que o Nordeste açucareiro se estabiliza, o Centro do Brasil, graças ainda aos Bandeirantes, é devassado, dando origem a novos focos de irradiação da cultura

portuguesa. Em fins do século XVII, descobertas as Minas Gerais, abre-se o ciclo do ouro e dos diamantes, e quando isso ocorre o espaço sul-rio-grandense já se transformara.

Dessa forma, um dos primeiros cuidados dos jesuítas, logo que a ordem de Loyola deu começo às Missões, foi promover o assentamento, nas aldeias, em regime, portanto, de vida sedentária, das tribos nômades que estanciavam em ambas as margens do Rio Uruguai. Para isso, foi preciso desenvolver a agricultura, a pecuária, pequenas indústrias caseiras, a extração da erva-mate e de madeiras. Quanto ao gado, trazido de Assunção, foi distribuído, em plantéis, numa dilatada porção do território missioneiro, cujas condições de clima e revestimento florístico se mostraram especialmente favoráveis à multiplicação de vacuns, cavalares e muares. Criou-se, em consequência, no Oeste, um atrativo permanente; e, pouco a pouco, dada a existência de vastas pastagens naturais, o gado se derramou em todas as direções, nas Vacarias do Mar e na Vacaria dos Pinhais. Em razão das similitudes do clima, da mesma abundância de pastagens, tanto a Província de Buenos Aires, quanto a Banda Oriental do Uruguai, experimentaram idênticos benefícios, passando a formar na vanguarda dos grandes fornecedores de matéria-prima de origem animal a mercados sul-americanos e outros. (Cesar, 1970)

Para Cesar, 1970, sem o charque da área platina e sul-rio-grandense, dificilmente a Ilha de Cuba, com a sua numerosa escravaria, e o nosso Nordeste açucareiro teriam alcançado, na economia pré-capitalista, tão grande influência no movimento de trocas. E as minas do interior do Brasil, por outro lado, muito se beneficiaram da pecuária sulina. Daqui seguiram, no século XVIII, numerosas tropas de gado vacuum e de muares, a caminho do planalto curitibano e da Feira de Sorocaba, de onde eram conduzidas para Minas Gerais, parte ficando em São Paulo e outra sendo absorvida

pelos fazendeiros do vale do Paraíba onde iniciaria mais tarde, no início do século XIX, o *rush* do café.

Fato talvez único em nossa História, no Rio Grande do Sul o gado bravo e seus efeitos, criando relações econômicas, atraiu o povoador, que aqui veio “extraí-lo” (é o termo) dos rincões onde havia prosperado à lei da natureza. Fazendeiros paulistas, com fome de terra, penetraram pelo Norte, atingiram o Campo do Meio, plantaram suas casas e currais desde o Rio Pelotas até Cruz Alta e São Martinho. O mesmo ocorreu no Nordeste, em campos da Vacaria. E, bem mais tarde, quando a Espanha já havia expulsado os Jesuítas dos Sete Povos das Missões do Uruguai, ali foram ter os descendentes daqueles paulistas - como foi o caso de Gabriel Ribeiro de Almeida e outros conquistadores de 1801.

Mapa 2 processo de ocupação do território gaúcho.

Fonte: <http://www.scp.rs.gov.br>

Conforme Pesavento (1985) o Rio Grande do Sul não se enquadrava no plano geral europeu, o qual estava em pleno processo de transição do feudalismo para o capitalismo, proporcionando uma primeira acumulação de capitais. Um dos mecanismos que contribuíram para que este processo se desse foi a exploração colonial. A exploração colonial assentava-se basicamente em produção já existente nas áreas coloniais (as riquezas minerais, por exemplo) ou em formas de produção agrícola aqui instaladas segundo os interesses e necessidades do capitalismo nascente (caso do açúcar). Daí a sua tardia integração ao sistema colonial.

Foi ao longo do século XVII que deu-se as primeiras tentativas de expansão rumo ao sul. Durante o Domínio Espanhol (1580-1640), os holandeses não somente ocuparam o nordeste brasileiro como também apoderaram-se daquelas zonas da África fornecedoras de mão-de-obra negra, ocasionando a falta de escravos para o restante do Brasil não holandês. Tal ocorrência fez com que São Paulo, área desvinculada do processo agroexportador e que, na ausência de recursos para compra de mão-de-obra negra, já utilizava o índio nas atividades de subsistência, se lançasse no apresamento dos selvagens. (Pesavento, 1985)

Assim, São Paulo tornou-se uma área especializada no apresamento dos índios para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras. Esgotadas as possibilidades de caça aos índios mais próximos, as bandeiras paulistas que se constituíram lançaram-se contra as “reduções” indígenas estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus, na região de Itatins e Guairá, à margem esquerda do rio Paraná, em território castelhano. (Pesavento, 1985)

Assim, o espaço missioneiro representou uma importante fonte de mão-de-obra, onde os índios já se achavam aldeados pelos jesuítas e preparados para o trabalho branco e a obediência. Sendo atacadas

as reduções do Paraguai, os padres, para fugirem dos paulistas, penetraram em território rio-grandense, em 1626, estabelecendo reduções na chamada zona do Tape. Esta área estendia-se pela bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado com os contrafortes das serras do Mar e Geral e com o rio Uruguai, por outro.

A fundação das reduções jesuíticas do Tape representou uma dilatação das missões do Paraguai para o Rio Grande do Sul, e, portanto, uma penetração que se fazia sob bandeira castelhana. Antes dos padres da Província do Paraguai os jesuítas portugueses já haviam penetrado no Rio Grande do Sul, a partir de 1605, estabelecendo reduções desde o Mampituba até a zona do Gravataí. Todavia, tanto por falta de apoio das autoridades jesuítas da Província do Brasil, com sede em Salvador, quanto pela hostilidade dos bandeirantes este ciclo português de penetração missionária no Rio Grande não deixou marcas duradouras. Já em relação aos jesuítas que penetraram sob bandeira espanhola, estes ocuparam a área que se estendeu pela zona de Ijuí, Piratini, Jacuí, Taquari, Ibicuí, Guaíba, Rio Pardo, fundando reduções, onde dedicaram-se a agricultura e formaram estâncias de criação de gado trazido da província argentina de Corrientes.

1.2 Século XVII - São Martinho da Serra é palco de um novo processo

– As reduções missioneiras - A redução de São Miguel⁵

Na primeira metade do século XVII, aportam na antiga província do Paraguai (Brasil Meridional) os “senhores de preto”, os jesuítas, com o objetivo de integrar os indígenas ao sistema de governo espanhol. A região dos Tapes, antiga denominação para a região a qual a serra de São Martinho fazia parte, foi um dos primeiros pontos a serem “vistos” pelos padres.

⁵ Para a realização deste histórico, selecionamos o livro de PEDRAZZI e COSTA. São Martinho da Serra: terra e gente. Santa Maria, 1999. Por acreditarmos ser uma das referências mais completas sobre a história de São Martinho da Serra.

O monte de São Martinho foi selecionado pelos jesuítas por lá estarem grandes grupos de guaranis, “a espera da palavra de Deus”.

São fundados vários agrupamentos – as reduções. A região da frente missionária do Tape ocupou a parte da serra do mesmo nome - Tape, no centro-leste do Rio Grande do Sul. As reduções do Tape ocuparam as bacias do Alto Ibicuí e do Jacuí.

No Alto Ibicuí temos: Nuestra Señora de la Candelária foi o marco da penetração do Tape, fundada em 1626; surge com o mesmo nome em 1628 na nova frente do Uruguai, é transferida em 1637, para a margem ocidental do Uruguai; Santo Tomás (1632); San José (1632); San Miguel (1632); San Cosme y Damián (1632).

Na Bacia do Jacuí, estavam as reduções: Santa Tereza (1632), Santa Ana (1633), San Joaquin (1633), Natividad (1633), Jesús María (1632) e San Cristóbal (1634).

Assim, a região de São Martinho da Serra, por volta do início da década de 1630, teria sido alvo de interesse dos jesuítas para o estabelecimento de mais um povoado: a redução de São Miguel.

O Padre Paulo de Benavides, em seus escritos anuais cita São Miguel, junto com Santo Tomé, São Cosme e Damião e Natividade de Nossa Senhora. Estas, conforme registro estariam localizadas a três léguas de distância de São Miguel, onde hoje é o município de Santa Maria.

Por volta de 1632, os jesuítas Pedro Romero, Cristóvão de Mendoza e Paulo de Benavides, os dois primeiros espanhóis e o último, português, fundam a Redução de São Miguel. No local já existia um aldeamento de índios Tapes, conhecido como “*Itaiacecó*” (pedra que cai, pendente) e chefiado pelo cacique Guaimica.

Em 1999 foi realizado um salvamento Arqueológico pelo LEPA

(Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas) o qual foi avisado, através do Laboratório de Paleobiologia e Estratigrafia, da existência de uma urna funerária que havia sido encontrada pelo agricultor, Tolentino Marafiga, no distrito de Água Negra, município de São Martinho da Serra, distante 27 quilômetros de Santa Maria-RS.

Em 2002 foi publicado um artigo nos Cadernos do CEOM do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, escrito por André Soares e Saul Milder⁶, relatando sobre as atividades neste período.

Os dados a seguir são baseados neste artigo.

Esta área tem projeto de pesquisa cadastrado no IPHAN, abrangendo este município e mais os municípios de Itaara e Santa Maria.

O resgate foi realizado o mais rápido possível, pois outros projetos estavam em andamento. O local encontra-se na propriedade do Sr. Eloir Canabarro, com as seguintes coordenadas GPS Zona 29J 29° 35' 54.4" Sul e 53° 51' 40.0" West, na altitude de aproximadamente 230-270 metros. E uma elevação distante entre 300 e 500 metros do curso d'água mais próximo, o rio Ibicuí-Mirim, em um cerro que se apresenta como divisor de águas na região.

O raio de visão do local estende-se por mais de cinco quilômetros, circundado por morros por um lado e uma vasta planície agrícola por outro. Estes morros pertencem a formação Serra Geral e Formação Botucatu, compostos de basalto e arenito. Trata-se de uma encosta de uma estrutura geológica erodida e aplainada, onde os solos são predominantemente arenosos devido a contribuição da área fonte Botucatu.

⁶ SOARES, André; MILDER, Saul. Arqueologia da Morte: enterro de índio, vida de jesuíta, história que se escreve em cacos. In: Cadernos do CEOM, representações do corpo e da morte. n. 16, 2002.

O solo é areno-argiloso com um bom aporte de matéria orgânica, tomando uma tonalidade escura. A composição predominante de areia proporciona a dinamização dos artefatos, causando uma intrusão dos materiais em camadas inferiores, em relação direta com o peso, a forma e as dimensões dos artefatos. A umidade do terreno e o uso agrícola constante permitiram o desenvolvimento de diversas perturbações na composição original do conjunto arqueológico.

Como perturbações de caráter geológico podemos mencionar a dinâmica do solo e as intrusões (elúvio e ilúvio) nas relações areia-argila. Estas movimentações modificam tanto o local do enterramento quanto proporcionam uma dinamização das urnas no sentido descendente, ao contrário da tampa.

Neste sentido, a estratigrafia apresenta-se perturbada tanto pelo uso atual (agrícola) como pela movimentação dos sedimentos, o que tomou a estratigrafia homogênea e pouco confiável.

As perturbações de caráter biológico podem ser observadas do ponto de vista da fauna e flora. Na primeira, enquadraram-se os vermes e insetos fossadores que, em virtude do alto grau de matéria orgânica no local, instalaram-se na urna em condições próximas às ideais para a sua proliferação. Idêntico processo observou-se se em relação as raízes e hidrófilas diversas que encontraram na cerâmica o manancial de água que a areia drenou para a subsuperfície.

Neste sentido, percebemos a dimensão de bio e geoturbadores que dificultavam a leitura estratigráfica e pós-deposicional do enterramento, uma vez que o resgate foi realizado somente no local da urna, já encoberta pela plantação de milho que crescia. O tempo era limitado e o papel bastante claro: o resgate da urna para evitar a

destruição desta e obter alguma informação adicional sobre a ocupação do local.

Segundo o Sr. Tolentino, a área do achado estava marcada pelos restos da tampa que ficaram no local. Abriu-se uma sondagem para identificar o lugar, preservando a urna. A estratégia era realizar uma quadrícula subdividida em quadrantes, que exporiam a estratigrafia se ainda existisse. O interior da urna poderia ser menos minuciosamente escavado, pois já havia sido anteriormente examinada pelo agricultor.

Foi escavado uma quadrícula de 1,5 x 1,5 metros de maneira que duas pessoas pudessem entrar no quadrante e carregá-la para fora sem riscos de quebra ou amassamento. Os fragmentos da tampa mostravam grande erosão e, devido à altura que ainda restava da urna, 48 centímetros de altura e 52 de diâmetro máximo, pensou-se que a urna não resistisse a movimentação.

A ação do arado havia quebrado a tampa da urna e o lábio superior, a menos de 20 centímetros do solo atual. Desta forma, as estruturas no entorno imediato da urna, abaixo desta profundidade, estariam em seu local original, salvo as perturbações acima descritas.

Ao norte da grande urna, no limite da quadrícula de 1,5 x 1,5 metros, encontramos outra urna funerária, a profundidade de 50 centímetros. Suas medidas são as seguintes: 24 centímetros de altura e 28 de diâmetro máximo. Coberta com uma tampa, já completamente fragmentada, embora com suas partes mantidas *in situ*, iniciou-se o trabalho de escavação desta segunda urna funerária. Decapou-se o entorno imediato desta, documentando com fotografias o processo de retirada dos anexos e a tampa que cobria.

Um aspecto que deve ser salientado é que, no local imediato em um raio de 50 centímetros, acompanhamos a retirada de todos os

anexos - pedaços de outros recipientes cerâmicos - a fim de ter um controle o mais perfeito possível de sua posterior reconstrução gráfica. A escavação contou com uma boa documentação fotográfica, considerando os limites de tempo que impediriam o desenho e o caráter da escavação.

Devido à urgência do agricultor e as disponibilidades da equipe, retiramos a segunda urna inteira para escavação no laboratório. Trata-se de uma panela do tipo Yapepó, ou panela de cozinhar, segundo a terminologia de La Salvia e Brochado (1989), de porte médio, com tratamento de superfície corrugado.

O material resgatado consiste em duas vasilhas da Tradição arqueológica Guaraní, associada à cultura dos índios Guaranis identificados no período de contato e colonial. Como foram utilizadas para enterramento secundário, podemos falar em urnas funerárias Guaranis.

A urna maior, com as dimensões já citadas (48 centímetros de altura por 52 de diâmetro máximo, sem altura ou diâmetro de boca devido a destruição da mesma), já não apresentava material em seu interior.

Estas peças são duas lâminas de metal, uma peça plana (com forma muito próxima a um cabo), que após a primeira análise pode-se identificar como uma faca com cabo partido e uma lâmina espessa, de seção retangular e gume em forma de bisel (cunha?).

Na segunda urna, de 23 centímetros de altura por 28 de diâmetro de boca, as perturbações foram causadas pelas raízes de milho e bioperturbações (larvas e insetos fossadores). Cabe salientar que isso apenas afetou o interior da urna, perturbando o registro arqueológico nos limites interiores da vasilha. Como já citado, as raízes destruíram o material orgânico do interior da urna e alteraram a

disposição dos artefatos nela presentes. Da mesma forma, os poucos vestígios ósseos que configuram a panela como enterramento estavam em adiantado estado de decomposição pelos efeitos dos bioperturbadores.

Contudo, pôde-se resgatar diversos fragmentos cerâmicos utilizados como anexo funerário composto por outra pequena vasilha fragmentada com uma dispersão limitada ao contexto do recipiente maior. As suas condições de preservação possibilitaram sua remontagem no laboratório. Esta pequena vasilha corrugada possui 12 centímetros de altura e 14 centímetros de diâmetro. Deve-se observar que o conjunto da vasilha menor estava colocado imediatamente nas laterais da urna que continha os ossos, com sua disposição ao longo da circunferência da vasilha.

A vasilha menor, que estava quebrada no complexo funerário, foi agregada em suas partes maiores ao lado da vasilha que continha os ossos, e o restante no interior. Cabe salientar que, remontada, a pequena vasilha mostrava uma quebra principal no fundo, radial, que poderia ser uma quebra proposital no momento do enterramento.

A montagem completa desta pequena vasilha demonstra que todos os seus cacos que estavam dentro do enterramento foram colocados intencionalmente, uma vez que havia uma tampa para cobrir o enterramento. Ao mesmo tempo, como foi possível reconstruir a vasilha a partir dos fragmentos que estavam no interior e exterior da urna, pode-se inferir que esta estava inteira no momento da morte do indivíduo, uma vez que, no enterramento, foi passível de reconstrução. Este elemento é ainda mais consistente pela quebra dos fragmentos em quebras 'recentes' que permitiram o encaixe perfeito dos fragmentos para a reconstrução do pequeno vasilhame.

Foram escavadas nesta segunda urna mais de 40 contas de colar, de vidro azul opaco, com referencial no século XVI. O número final é impreciso porque mantivemos um bloco testemunho de terra dentro da urna, para futuras análises de solo.

As urnas funerárias são sobejamente conhecidas na literatura arqueológica do sul do país. A presença de material histórico nestes enterramentos, assim como a existência de possíveis dois enterramentos levantam diversas possibilidades de interpretação a respeito deste sítio.

Em primeiro lugar, são duas placas reconhecidamente Guaranis. O local do sítio faz parte do encontro da Depressão Central com a Serra Geral (Serra Grande ou Serra de São Martinho), na qual encontramos datações próximas ao ano 100/200 d.C., que também são as datações mais antigas para os Guaranis no Rio Grande do Sul.

O enterramento da urna maior pode ser do tipo primário ou secundário, mas as dimensões sugerem que seja secundário, apenas com as partes principais do morto. Estes enterramentos, em nível pré-histórico, estão documentados desde o Paraná até o Rio Grande do Sul.

Em segundo lugar, o local do achado é reconhecido historicamente como pertencente a região do Tape, que é uma subdivisão da Província Jesuítica do Prata. As especulações sobre o local exato das reduções da primeira fase ainda persistem, mas o município de São Martinho da Serra disputa, juntamente com São Pedro do Sul, o lugar da redução de São Miguel (1ª fase). Deve-se lembrar que tanto São Miguel de Itaiacecó como Natividad estão situadas às margens do Vacacai, sendo que a descrição geomorfológica é condizente com o local escavado.

Por um lado, as escavações em São Pedro do Sul são complementadas pela informação histórica fragmentada, adicionada pelo encontro de peças históricas como lâminas de faca e contas de

colar, além do local ser conhecido como "Pedra Grande" ou Itaiacecó, ou Pedra que Cai.

Por outro lado, São Martinho da Serra tem tradição oral como passagem dos jesuítas, que não chega a ser nenhuma novidade do estado do RS, mas possui um monte com o nome de Cerro de São Miguel, além dos achados recentes e de outros sítios Guaranis nas proximidades. Além disso, a distância entre os dois municípios, em linha reta, é menor que 30 quilômetros, o que não chega a ser um empecilho em termos reducionais.

Para completar, as datações realizadas por luminescência opticamente estimulada, no Laboratório de Vidros e Cristais Iônicos do Instituto de Física da USP, dispuseram as seguintes datações, retiradas a partir de amostras da cerâmica pertencente aos enterramentos: (01 – urnas 1530 A. D. 80 cm profundidade; 02 - urnas 1620 A. D. 80 cm profundidade; 03 – urnas 1835 A. D.; Superficial (20 cm).

Em relação ao material encontrado dentro das urnas, as lâminas de faca, cunhas de ferro e contas de colar de vidro do século XVIII são, inegavelmente, materiais históricos, que no contexto local serve bem como material de cooptação das chefias indígenas no período reducional.

As passagens sobre os objetos que compõe os presentes para os caciques são quase incontáveis. Para se ganhar um cacique basta uma faca, uma cunha ou uma camisa, segundo Schmidel (1554).

Nestes enterramentos, as contas de colar. Estaríamos frente a um enterramento de um homem (ou mulher) de prestígio, com todo seu ajuar funerário.

Sobre as urnas, uma foi escavada de forma assistemática e outra de forma sistemática. Sobre o enterramento da primeira urna pouco

podemos dizer, além de que é pouco provável que utilizassem este tipo de urna para enterrar apenas as peças de metal. Além disso, lâminas de metal e contas de colar são mais do que presentes, são indicativos de prestígio dentro da sociedade Guarani. Interessante observar que estes objetos, utilizados para cooptação das lideranças, estivessem em um enterramento típico do período pré-colonial, mostrando a zona de transição entre o contato e a redução, quando os caciques eram enterrados dentro das igrejas ou no cemitério.

Outros elementos como os anexos funerários são estudados, por um lado, as contas de colar e as peças de metal estavam dentro das urnas, fora delas temos uma tampa feita a partir de uma vasilha grande (parede de 20 mm de espessura) de um corrugado extremamente desgastado. A curvatura do fundo sugere um cambuchi (panela) de fundo cônico, do qual estamos remontando, com algumas dificuldades.

A tampa da segunda urna, a menor, merece mais destaque por tratar-se de uma grande tigela de beber, cambuchi caguaba, pintado de branco com friso vermelho no lábio, ainda em fase de montagem. Possui 38 centímetros de diâmetro de boca e aproximadamente 30 centímetros de altura. Tem pintura de branco no bojo, além de um friso vermelho no lábio. Apresenta ainda um resto de pintura vermelha sobre branco no ombro, sendo que a pintura está limitada até a cintura.

Além desta tampa, a segunda urna possuía fragmentos da vasilha menor em torno, espalhados regularmente no interior e ao lado da urna. Esta pequena vasilha, que foi toda remontada, é uma pequena vasilha corrugada de borda extrovertida.

Detalhe interessante é o fato da tigela maior cobrir completamente e com folga a urna menor, não havendo a necessidade de agregar outra vasilha com função de cobertura, descartando-se esta hipótese. Por outro lado, a forma como esta

pequena vasilha estava quebrada, a partir do fundo e radial, sugere que a quebra foi intencional antes do enterramento, caso contrário faltaria peças no conjunto.

Outra hipótese: o proprietário das urnas, pessoa de prestígio e reconhecido pelos europeus, foi enterrado segundo os moldes tradicionais, com seus bens de importância que afirmam seu status tribal. Os presentes ofertados não garantiram a conversão do provável cacique, caso contrário ele não teria sido enterrado nos padrões encontrados.

Por que o segundo enterramento? Não são raros os casos de acúmulo de funções de cacique e pajé, e a cerâmica pintada sinaliza a manutenção dos rituais de enterramento. A presença de ossos poderia sugerir também duas pessoas enterradas, aumentando a intriga. Por outro lado, a pequena vasilha, própria para remédios e infusões, estaria dentro da relação entre pajé e médico-feiticeiro.

Neste caso, teria-se a segunda urna como aquela que carrega os objetos importantes que pertenceram ao finado. A relação entre o morto e seus objetos pode ser rastreada no período colonial e atual, mas as informações do período de contato são poucas. Se for realizada uma analogia direta entre os Guaranis coloniais e os contemporâneos, observaremos que os objetos do morto são enterrados com ele por razão de sua morte, mas o principal fator desta atitude encontra-se na crença de que as diversas almas do morto podem perseguir aquele que se apossar de seus bens. Como levantou-se a hipótese de tratar-se de um pajé, pode-se acreditar que o temor ao seu espírito seja o suficiente para evitar roubo ou violação do túmulo, mesmo que fossem objetos importantes.

Assim sendo, considerando-se a hipótese de que o personagem era um pajé-cacique, o fato do enterramento fora da casa seria viável

e desejável, não havendo ninguém que tivesse coragem de roubar-lhe os pertences.

Outras hipóteses podem ser levantadas, mas acredita-se menos prováveis. Por exemplo, a de que os artigos foram obtidos por terceiros através de trocas. Excluimos esta probabilidade porque estes objetos são de difícil aquisição e não seriam permutados. Bens de consumo ou de prestígio podem ser trocados, mas o circuito de alcance neste momento histórico já estaria reduzido pelas incursões bandeirantes. Os limites de abrangência do *tekohá* e das regiões estavam circundadas pelo avanço *encomendero* e bandeirante.

Outra chance seria a de que estes objetos estivessem sem tanta valia e obtidos *a posteriori* como objetos de troca. Neste caso, não pertenceriam a um ajuar funerário deste porte, com duas urnas.

Os achados, por um lado, comprovam um período de contato entre europeus e guaranis na depressão central. Por outro, mostram que houve uma manutenção nos moldes de enterramento segundo aqueles anteriores ao cristianismo. Ao mesmo tempo, estes dois enterramentos comprovam as hipóteses de prestígio, hierarquia e diferenças de status nos ajuares funerários.

Novas escavações sistemáticas deverão responder outras questões, como uso masculino/feminino das vasilhas para enterramento, prestígio do proprietário, faixa etária do defunto, entre outros elementos fora da organização social, como paleoepidemiologia, paleopatologias, longevidade, mas então serão outras histórias.

Os dados acima descritos foram citações do artigo dos pesquisadores, porém até o momento ainda não houveram outras escavações no local. Permanecendo uma série de dúvidas, mas a

certeza e comprovação de que este local tenha sido parte de um contexto missioneiro.

A posição geográfica da Redução de São Miguel aparece assinalada em um dos mapas mais antigos da região (Mapa do Paraguai - 1645/1649). Esta carta, conhecida como “Mapa de Carrafa” é imprecisa. Sua confrontação com mapas modernos não permite estabelecer com segurança o lugar exato onde teria existido a redução. Porém, Rego Monteiro a definiu como estando *“à margem direita do rio Ibicuí, proximidades de São Martinho da Serra”*. (1939)

Um ano após a fundação, São Miguel já contava com 843 catecúmenos batizados, 408 adultos e 435 crianças tendo capacidade para abrigar cinco mil almas. Morreram, nesse período, 95 pessoas.

Conforme levantamentos, verificou-se que em 1634 a vila de São Miguel, por ordem do Padre Romero, Superior das Reduções, recebeu do vilarejo de San Juan de Veras de las Siete Corrientes (hoje Corrientes, Argentina), mil e quinhentas cabeças de gado⁷, que vieram diretamente para São Miguel, de onde foram distribuídas, 99 para cada redução vizinha. (Pedrazzi e Costa, 1999)

Em 1638, notícias sobre as bandeiras paulistas, chegaram a São Miguel, onde estava o Padre Orégio. Resolveram, então, os jesuítas, tal como haviam feito em Guairá, fugir novamente, levando os índios para lugar mais seguro.

Como era uma prática comum, antes da partida, a pedido dos padres, os índios teriam “incendiado toda a aldeia, para que ninguém pensasse em voltar”, como acontecera na vizinha redução de São

⁷ O gado vindo para São Miguel era de pelagem escura, pertencente à raça andaluza e ibérica de Sanson. Suas características zootécnicas seriam: grande corpulência, boa alçada, sistema ósseo grandemente desenvolvido, cabeça volumosa e aspas bastante grandes. As condições do meio ambiente os teriam transformado na raça crioula, mais aperfeiçoada que a primitiva. Esse gado seria conhecido pelo nome de “Franqueiro”. (Pedrazzi e Costa, 1999)

Cosme e Damião.

Em 1657, vinte anos depois de abandonarem as terras do Tape, os jesuítas começaram a voltar. Na volta, os jesuítas descobrem que o gado, abandonado à sua sorte na apressada fuga de 1638, havia se multiplicado. Aproveitando as pastagens situadas entre as bacias do Jacuí e do Ibicuí, os animais se reproduziam livremente e se deslocaram ao longo da margem do rio Negro (Uruguai), em direção ao Atlântico, formando grande concentração de gado selvagem - também chamado alçado ou chimarrão - à qual se denominava de "Primeira Vacaria do Mar".

Alegando direitos que teriam por haverem recebido grandes levadas de índios do Tape, os jesuítas requerem e obtêm do governo do Paraguai, a doação das terras do vale do rio Uruguai e aí estabelecem suas estâncias de criação de gado.

Para povoar essas grandes estâncias, o gado era trazido das vacarias. Em pouco mais de três meses, apesar da grande distância, foram trazidas mais de seis mil cabeças. (Pedrazzi e Costa, 1999)

Assim em fins do século XVII e raiar do século XVIII as terras de São Martinho da Serra faziam parte da enorme Estância de São Pedro, pertencente ao povoado missioneiro de São Lourenço.

Através de levantamentos históricos verificou-se que provavelmente existiram na região duas estâncias jesuíticas com o mesmo nome de São Pedro. A primeira tinha sua base sobre o rio Ibicuí-Mirim, junto à foz do Toropí (atual município de São Pedro do Sul). A outra, pertencente à missão de São Lourenço, fazia divisa com a primeira. (Pedrazzi e Costa, 1999)

Segundo Pedrazzi e Costa a segunda estância iniciava nos campos próximos ao atual município de São Martinho da Serra

(Durasnal de São Martinho) e se estenderia pela Coxilha Grande, ao longo das cabeceiras dos rios Taquarembó e de outros tributários do Guaçupí e continuaria adiante, cobrindo o município de Júlio de Castilhos, onde teria sua sede, terminando no município de Tupanciretã, seu último posto - Posto de Santa Maria - que os índios chamavam de "Tupanciretã". (1999)

Conforme os registros levantados pelos autores aqui citados teria sido estabelecida no final do século XVII (1660 a 1690) e foi descrita, em 1786/1788, pelo geólogo e astrônomo português, Dr. José de Saldanha *"Abundante de gado, cavallhada e de algumas manadas de carneiros. Fornece as rezes para consumo da guarda de São Martinho, pela comodidade do livre caminho do Albardão Grande, para suas transposições"*. (1999)

Outras citações como esta a seguir apresenta alguns aspectos da organização da guarda: "La noticia de la ruptura entre Portugal y España llegó a las costas del Brasil en un tiempo récord para la época: 15 de junio. A mediados del mês siguiente, Corrêa da Câmara dio patente de corso a do Canto y Pedroso para que con sus respectivas cuadrillas, de 20 hombres cada una, atacaran las diseminadas guardias españolas, saquearan las antiguas reducciones y arreasen el ganado que campaba en sus vastas *estancias*. Pedroso y sus hombres se dirigieron en primer lugar a la Guarda de San Martín. A la vista de fuerzas superiores, la pequeña guarnición española abandonó el puesto, cumpliendo las ordenes que tenían. Cuando Borges do Canto llegó a San Martín y la encontró guarnecida por los suyos, siguió adelante. Por un indio, viejo conocido suyo, se enteró de que 30 españoles dirigían una tropa de 300 guaraníes para construir un fortín en Chuniveri. En el amanecer de una fría mañana de agosto, en pleno invierno austral, los 20 portugueses se interpusieron por sorpresa entre indios y español." (Silveira (1909: 87-110) e Cesar (1998: 163-174).

Na segunda metade do século XVIII, o sul do Brasil continuava sendo disputado por Portugal e Espanha.

O Tratado de Tordesilhas fora traçado e gerava conflitos e contestações de ambas as coroas. E para resolver esses problemas foi elaborado, em 1750, o Tratado de Madri.

Mapa 3 Os tratados políticos e delimitadores.

Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br>

O artigo se baseava especialmente na troca da Colônia do Sacramento (hoje na República Oriental do Uruguai), pertencente a Portugal, pelo território missioneiro, espanhol, os Sete Povos das Missões, onde viviam trinta mil índios, com suas estâncias, nas quais pastavam milhares de cabeças de gado.

Os bandeirantes desceram à procura dos índios aldeados no Rio Grande do Sul, atacando as missões para disputarem a posse da mão-de-obra indígena.

Por volta de 1640, registrou-se o fim do apresamento de índios. A partir desta data, os paulistas não mais desceram ao Rio Grande com intenções de prear índios. Isto se deu, basicamente, porque com o fim do Domínio Espanhol os portugueses conseguiram expulsar os holandeses da África, restabelecendo-se a normalidade do tráfico negreiro. Com isso, desativou-se a atividade de caça ao índio, que havia sido uma mão-de-obra alternativa ao negro escravo.

Os jesuítas, por seu lado, retiraram-se para a outra margem do Uruguai, levando os índios mas deixando o gado que criavam nas reduções. Estes rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria del Mar”. Estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcho: a preia do gado xucro. (Pedrazzi e Costa, 1999)

Com o fim do Domínio Espanhol, Portugal teve seu império Colonial reduzido e voltou-se para o Brasil, base de sustentação principal do Reino, o império português sofreu perdas no Oriente e na África face a concessões feitas a holandeses e ingleses. Objetivando lucrar mais com a exploração de sua colônia, voltou-se para áreas ainda não exploradas, como o extremo-sul; em especial, a zona do Prata.

Assim, os comerciantes lusos começaram a pressionar a Coroa para que fundasse um estabelecimento português no Prata. A intenção lusitana era furar o monopólio espanhol na área, recolhendo a prata de Potosi e oferecendo em troca artigos coloniais (açúcar e negros, por exemplo) e manufaturados ingleses.

Por trás dos interesses lusos no contrabando do Prata, estava a presença britânica, buscando mercados. Concretizando estas ambições, em 1680 foi fundada, fronteira a Buenos Aires, a Colônia de

Sacramento. Várias vezes cercado, tomado e reconquistado, o núcleo português no Prata representou um interesse estratégico-militar de conservação da área.

Economicamente, além da preservação do vantajoso comércio ilícito, implicou o conhecimento, por parte dos portugueses, das imensas reservas de gado da “Vacaria del Mar”.

Nas pastagens passou a se desenvolver uma intensa atividade de caráter predatório. Caçava-se o gado xucro para dele extrair o couro, que era exportado para a Europa por Buenos Aires ou Sacramento. A preação do gado foi objeto da atenção de diferentes grupos sociais: portugueses de Sacramento, índios aldeados que vinham vaquear para os padres, “acioneros” de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires. Esses índios preavam os animais com permissão das autoridades espanholas. Havia ainda aqueles indivíduos que, “sem rei, sem fé e sem lei”, vaqueavam por conta própria, vendendo os couros a quem lhes pagasse mais. Até os ingleses estabeleceram na área um entreposto ligado à “South Sea Company”, para lucrarem com o negócio da courama. (Pesavento, 1985)

Os padres também estabeleceram, junto às reduções, estâncias para criar o gado. Além da extração do couro, exportado por Buenos Aires, os povoados missioneiros tinham sua base econômica assentada na produção da erva-mate.

Durante o século XVIII, as reduções, em território rio-grandense, vieram a constituir uma linha de expansão rumo ao sul, as quais se entrechocavam na fronteira pela disputa do gado, da terra e do comércio platino.

1.3 Contexto econômico brasileiro e gaúcho – Século XVII

Ainda no século XVII, o contexto colonial brasileiro sofreu um processo de renovação. A decadência do açúcar foi compensada

pela descoberta das minas na zona das Gerais. Interiorizou-se o pólo econômico de atração da colônia portuguesa. A mineração, atividade altamente especializada, concentrando densas massas populacionais, com grande poder aquisitivo e localizadas à distância do litoral, fez com que surgisse um mercado interno no Brasil. É neste momento que assumiram relevância os rebanhos de gado no sul do país, conectando-se o Rio Grande do Sul à zona das Gerais, como economia subsidiária da economia central de exportação. (Pesavento, 1985)

Começaram a descer paulistas e lagunistas para a região sul, objetivando prear esse gado xucro para levar até a zona mineradora. Em especial, Laguna, fundada em 1676 pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, tornou-se o foco de irradiação da descida para o sul, num movimento espontâneo que, contudo, teve o incentivo da coroa portuguesa. Enquanto que o interesse popular fixava-se na preia do gado, a perspectiva da Coroa orientava-se para o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento. O Rio Grande, no caso, apresentava-se possuindo uma função estratégica, como ponto de apoio para a conservação do domínio luso no Prata.

O tropeio do gado fazia-se em termos de fornecimento de animais para o corte gado em pé e para o transporte na região das minas. Neste último caso, não se objetivava o rebanho bovino mas sim o muar. Foi preciso penetrar na área platina, buscando a criação de mulas que se fazia em território argentino e que abasteciam as minas de Potosi.

O tipo social por excelência deste período - o tropeiro - era necessariamente um chefe de um bando armado. Esta fase do tropeio foi marcada pela abertura de vias de comunicação do Rio Grande do Sul como restante do país estrada do litoral, 1703; estrada da serra,

1727 ao longo das viagens dos tropeiros⁸.

O Rio Grande português da época constituía-se numa estreita faixa de terra entre Laguna e Sacramento. Os campos apresentavam-se sem divisa e sem dono na fase do tropeio. Os bandos realizavam as “arriadas” (arrebanho do gado solto) e reuniam os animais em currais e invernadas. A partir destes pontos de concentração de gado, os rebanhos eram levados até São Paulo, pagando imposto nos registros, onde se exercia o fisco da Coroa. Nas feiras de Sorocaba, o gado era vendido a outro grupo de tropeiros, que realizava o transporte dos animais até as Minas. O incremento tornado pelo negócio do gado, associado ao seu abate para extração do couro, acabou por apressar a devastação do rebanho. (Pesavento, 1985)

Para compreender a formação do Rio Grande do Sul deve-se associar o ciclo pastoril, interiorano, ao ciclo da exploração agrícola intensiva, litorâneo. E, se no primeiro avultou o gado alçado, isto é, rústico, conforme vimos antes, no tocante à agricultura predominaram as lavouras à européia, ao lado da plantação da mandioca, de que se fazia a “farinha de guerra”. Entre Laguna e a entrada da Barra do Rio Grande, essa farinha da terra foi que matou a fome do pioneiro. Mas, a partir de 1750, com a fixação dos “casais de numero” - ilhéus dos Açores e da Madeira - para cá transportados, como colonos, o plantio do trigo tornou-se comum em torno da Vila de Rio Grande, como em toda a Depressão Central, à margem dos rios da bacia oriental. Aí predominou, numericamente, a pequena propriedade, enquanto, para o poente, as estâncias ocupavam léguas de sesmaria. Consoante a legislação do tempo, doava-se terra, de ordem do Rei, a pessoas que a pudessem povoar e defender, com seus escravos e agregados, em caso de agressões vindas das colônias espanholas. Como, de resto, sucederia um sem número de vezes. Já é hora de vermos, portanto, como se

⁸ Um dos primeiros moradores de São Martinho foi Antonio Mello Rego, pai do Coronel João Batista de Oliveira Mello.

organizaram, ao longo dos anos, a vida econômica e a defesa do Rio Grande do Sul. (Cesar, 1970)

Como é sabido, a fundação oficial do Rio Grande do Sul é posterior à da Colônia do Sacramento. A expedição militar disso encarregada, sob o comando do Brigadeiro José da Silva Pais, desembarcou no Rio de São Pedro a 19 de fevereiro de 1737. E no dia seguinte começaram a construção da fortaleza Jesus-Maria-José na hoje cidade de Rio Grande.

1.4 A região de São Martinho da Serra no contexto do século XVIII

Na região de São Martinho da Serra estiveram os demarcadores, entre eles José Saldanha, que deixou dados importantes sobre a área.

Por volta de 1754, estoura a Guerra Guaranítica.

Após o massacre, os dois exércitos marcharam rumo às Missões, cruzando a região onde, trinta anos depois, surgiria o povoado de Santa Maria da Boca do Monte e chegando à Boca da Picada, único caminho conhecido para as Missões.

Figura 1 Croqui da guarda espanhola de San Martín.
Desenhado por um soldado do exército de Pinto bandeira em 1775.

Em 1756, parte do exército chega ao Passo do Ibicuí, na subida da Serra de São Martinho. Um contingente de trezentos homens começa a trabalhar para tornar praticável a estreita Picada de São Martinho na Serra Geral, para permitir a passagem das carretas e canhões, enquanto o exército aguarda, acampado.

Segundo o Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha e no diário de José Custódio de Sá Faria:

“Dia 25 de abril de 1756: às oito horas, rumamos pela direita e marchamos para o campo da estância de San Martin, onde chegamos pelas 13 horas. Andamos 2 1/2 léguas (14.850 metros, segundo Francisco Salles, caminho nordeste, até que achamos a dita estância pela qual passamos e vimos ser de quatro ranchos, dos quais um tinha servido de capela e na frente deles se achavam três grandes cruces de pau; e junto dos ranchos tinham os índios plantado há muitos anos uma quantidade de pés de pessegueiros, cujas árvores faziam excelente sombra. Estavam mais abaixo da dita lomba, mais quatro ou cinco outros ranchos.”

“Dia 26 de abril: marchamos pelo campo de Guacohyupe, onde chegamos às dez horas, em um arroio com muito mau passo” - certamente o atual rio Guaçupi, no chamado Passo da Capoeira, atual Passo dos Mangini. Lá existe um secular cemitério no qual provavelmente foram enterrados índios e alguns soldados, mortos em emboscadas feitas por índios, referidas no diário de Sá e Faria. (Pedrazzi e Costa, 1999)

Em novembro de 1756, Dom Pedro Cevallos chega de Buenos Aires. Cerca de setecentas famílias de índios haviam acompanhado o exército de Gomes Freire no seu retorno. Para sustar esse êxodo, mandou instalar uma guarda no Passo do rio Ijuí-mirim e outra, com 50

homens, na entrada do Monte Grande, lugar de passagem obrigatória para o Jacuí - a primeira Guarda de São Martinho, conforme afirma Aurélio Porto (1959).

Na serra de São Martinho um ponto estratégico de defesa é providenciado – Guarda de San Martin.

Figura 2 A fronteira meridional no mapa de Jose de Saldanha - 1801

Detalhe. Mappa Corographico da Capitania de S. Pedro additado com o território que posteriormente se ultima. Demarcação de Limites foi conquistado na Guerra de 1801. Com projeção da costa ate Monte Vídeo e com os terrenos adjacentes dos Governos limitrophes. Por José de Saldanha, tenente coronel engenheiro, e Astrônomo das Demarcação de Limites de 1777. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional ARC 23-13-3. In: Golin (2002)

1.5 O contexto de instalação da guarda de San Martin

Os constantes tratados para delimitar as áreas de atuação das duas coroas na região platina, geravam o descontentamento dos comerciantes, principalmente, dos portugueses que viam através do Tratado de Madrid, de 1750, o afastamento dos produtos ingleses, que através do contrabando intensivo em Sacramento chegavam a suas

mãos. O que em segunda instância obrigava estes a negociarem ilicitamente com atravessadores espanhóis, que perambulavam pela região trazendo os produtos que chegavam ao porto de Buenos Aires. (Macedo, 1999)

Assim o contrabando intensivo permitiu uma grande mobilidade do elemento humano e um contato maior entre os vários grupos humanos que na região estavam estabelecidos, os portugueses, os espanhóis, os jesuítas, os guaranis reduzidos e as tribos nômades de Charruas e Minuanos.

Segundo Macedo, desenvolveu-se no período colonial, um contrabando intensivo na região central do estado, que tinha como objetivo suprir as populações de suas necessidades básicas, e sedentas de novos produtos, tendo em vista que as coroas ibéricas encontravam-se em estado de inércia, as novas tecnologias já em exportação pelas nações do norte da Europa, principalmente a Inglaterra, que dominava agora o comércio ultramarino, e *por* consequência o comércio platino. (1999)

Conforme a geografia e o contexto de penetração dos produtos ingleses, acabaram por desenvolver as ligações terrestres entre as principais áreas de ocupação. E a região central colocava-se como ligação entre a zona das missões e o litoral sul, onde estava estabelecida a Colônia do Sacramento de possessão portuguesa, pontos para onde convergiam as mercadorias que entravam pelo Rio da Prata.

Para Macedo, no aspecto político-econômico, Portugal via na prática do contrabando uma maneira de levar para seus cofres parte da prata extraída das minas de Potosi no Peru. No aspecto material era a maneira pela qual os estancieiros da região central podiam ter acesso as manufaturas de melhor qualidade, de origem inglesa e que

entravam pelo Rio da Prata. (1999)

Os espanhóis viam a região central do estado do Rio Grande do Sul, os Campos Neutrais, como terra de ninguém área de domínio dos contrabandistas, que usavam a picada de São Martinho como acesso direto e o comércio de troca nas Missões, principalmente de gado por erva-mate, tabaco e outros produtos cultivados nos povoados Missioneiros.

A solução encontrada pela coroa espanhola, foi a instalação de uma Guarda de controle. No entanto passado alguns anos de sua instalação começou a se apresentar como mais uma alternativa aos contrabandistas, principalmente os índios minuanos, vizinhos diretos da Guarda de São Martinho e tradicionais apesadores de gado, desde o final das Reduções da primeira fase. (Macedo, 1999)

Segundo a descrição de José de Saldanha, ao passar pela Guarda de São Martinho no ano de 1787, os índios Minuanos quando tinham necessidade recorriam a Guarda levando cavalos, vacas peles e boleadeiras para trocar por erva, metais, tabaco, bebidas alcoólicas etc.

Alguns autores, colocam a Guarda como uma espécie de aduana, onde deveriam controlar o contrabando, no entanto a distância das principais povoações espanholas obrigava aos soldados da Guarda também a ceder ao contrabando devido a falta de suprimentos.

Felix de Azara ao passar pela região entre 1800 e 1801, alerta a Buenos Aires, dos perigos dos contrabandistas na região central e que estes minavam e corroíam os povoados missioneiros. Segundo ele tais contrabandistas serviam a coroa portuguesa e desestruturam a resistência espanhola na região. (Macedo, 1999)

O perigo alertado por Felix de Azara, tinha nos Minuanos seu principal símbolo, pois estes, aliados dos portugueses saqueavam principalmente os estabelecimentos dos espanhóis na região.

A partir de 1801, quando os portugueses tomam em definitivo a Guarda e começam a ser definidos os limites geográficos do atual Rio Grande do Sul, o contrabando na região não se extingue e sim toma novos moldes.

Durante quase todo o século XIX, a picada de São Martinho, continuou a ser usada como caminho para as tropas de gado que subiam e desciam da serra. O cercamento dos campos criou a figura do peão e do tropeiro, que na região serviam também como contrabandistas. (Macedo, 1999)

Macedo escreve que o trafico de gado na subida da serra passa a ser institucionalizado, o governo provincial, a fim de conter ou oficializar o caminho, por onde as tropas muitas vezes roubadas das estâncias, determina o cercamento da estrada para que o gado não se perdesse pelos peraus. A estrada foi alargada e ficou definido a partir de 1889, cobrança de um pedágio com o fim de repor os gastos com o recondicionamento da picada. (1999)

Em 1801, começam as ofensivas portuguesas a fim de, invadir os Sete Povos das Missões. A Guarda de São Martinho, devido a sua posição estratégica, considerada a “Chave das Missões”, é tomada em primeiro lugar pelas tropas portuguesas lideradas por Maneco Pedroso, tomando a Guarda e todos seus recursos logísticos.

A Guarda então fica sob o poder dos portugueses, assumindo como comandante o capitão Francisco Barreto da Fonseca Pereira Pinto, comandante da Guarda de Santa Maria, localizada na coxilia de mesmo nome hoje localidade de Passo da Ferreira.

Depois de servir como ponto de partida para o ataque as Missões, imediatamente dá-se início a efetiva ocupação da região.

Em 1807, o Rio Grande foi promovido a Capitania Geral independente do Rio de Janeiro, e subordinada direta ao Vice-Rei do Brasil. Desde 1801, com a expansão do território português até o Rio Uruguai, permitiu que se aumentassem os latifúndios e que se desenvolvesse a atividade pecuária.

Por volta de 1812, começa então a doação de sesmarias na região, são doadas em torno de dez a doze propriedades. Os primeiros a serem contemplados são os militares portugueses, entre eles Antonio Gonçalves Padilha, João Batista de Oliveira Mello, José Ferreira Bicudo etc.

A partir disso, começa então a se esboçar no local a Vila de São Martinho.

Segundo descrição de Saint Hilaire, viajante francês, que passa por Santa Maria em 1821, diz que a região é habitada em seus arredores por estancieiros.

Avé-Lallemant em 1858, ao passar por São Martinho descreve, como uma vila muito modesta com umas vinte e oito casas e com mais ou menos duzentos e cinquenta habitantes, entre eles quatro alemães. A Igreja é modesta e fica no alto de uma colina. As forças armadas consistiam num subtenente e dois soldados.

Durante os anos de 1835 a 1845, quando ocorreu a Revolução Farroupilha, São Martinho foi palco de várias batalhas, pois por apresentar-se como uma das principais estradas da região, existia no local um posto da guarda do Império, desta forma o constante choque entre as tropas legalistas e rebeldes encontraram ali um de seus principais palcos. São inúmeros os documentos existentes no Arquivo

Histórico do Rio Grande do Sul, *que* tratam sobre os episódios da Revolução Farroupilha que se desenrolaram *na* Serra de São Martinho.

"...Já participei a V. Ex.^a de haver subido a serra de São Martinho uma partida de rebeldes que pelo ofício do Comandante daquele lugar V.Ex.^a estará ciente do mesmo que ocorreu.... No dia 12 pelos meus bombeiros soube que a 3 léguas da vila pela estrada real de São Martinho uma força composta de 4 fortes esquadrões, além de 60 homens que guarneciam o passo do Ijuí e de vários grupos animados com estes acontecimentos muito pronto se lhes reuniu; a Infantaria destes municípios está absolutamente descoberta e por isso não duvido que alguma força tenha a bater o tenente Coronel Loureiro que se achava em São Gabriel. Eu, tendo-me de reunir com o comandante de São Martinho... Neste, como já me ficava dificultoso contramarchar para ganhar a estrada real para esse ponto, encaminhei-me a este lugar, onde reuni os extraviados de São Martinho e sigo a reunir-me com V.Ex.^a." (Manuel Leite de Azevedo, Anais do Arquivo Histórico do RS, CV - 2412).

A transcrição do documento acima, nos traz informações sobre a importância da estrada real de São Martinho no período e das manobras militares desenvolvidas na região, e que resultaram nesta ocasião no "extravio" da Guarda.

Tudo indica, principalmente as evidências materiais que um dos prédios foi o objeto de intervenções arqueológicas de Milder.

As chamadas guardas eram postos militares entre elas, a Guarda de São Pedro, na sede da estância do mesmo nome, hoje em terras do município de Júlio de Castilhos e a Guarda de São Martinho, nas proximidades da cidade de São Martinho da Serra.

O período de estabelecimento foi após a passagem de Gomes Freire pelo local, em 1756/57.

A Guarda, Forte ou Trincheira de São Martinho era uma guarnição de 30 a 40 homens, índios na sua maioria, comandados por um militar espanhol e situada pouco adiante da saída da Picada de São Martinho. Sua missão era vigiar a fronteira espanhola, cortando o contrabando vindo das povoações das Missões Orientais para Rio Pardo e se contrapondo à Guarda de Santa Maria, esta abaixo da serra, em território português. (Pedrazzi e Costa, 1999)

Conforme inventário de 1785, da missão de Mártires, uma espécie de relação dos bens como armamentos, cavalos, mulas, bois, alimentos; que eram enviados na segunda metade do século XVIII do povoado de Santos Mártires na Argentina para povoados como a Guarda de San Martín, no Brasil, RS, verificamos os seguintes dados:

“(...) Cuentas pendientes desde el Primer Imbentario que se practica en esse Pueblo hasta la fecha del presente. Comprendiendo se en general todas las que à favor ò en Contra de esta Comunidad resultan.

Lo comprendida en el Imbentario que en el año de Milsetecientos a chenta i cuio para la anterior liquidacion de quantas el theniente de Governador San Juan Baliente bafo la fecha de Veinte y nueve de Julio en que se halla pendiente lo que en el Se menciona desde la nota y quanto en las Cinco que al fin del Citado Imbentario Se encuentran despues del o anexo a la Estancias hasta su con alucion, como se patentiza por el terminio que hace Cruenza en estos Autos, ne se deplica y si se deve estar à lo que se expresa en el mencionado Imbentario y su testimonio.

Relacion de los afectos de Armamentos Cavallos Mulas Bueyes toros lienzo Bechara Miniestras Biscocho que este Pueblo de los Santos Martires a Suplido a los Indios que se destinaron a los destacamentos Y guarniciones de las frontelas y demas tropas que por ordon del Señor Governador y sus thenientes Seles adado Citun do el dia en que Salieron para sus destinos I en el que se regresaron à este Pueblo.(...)

1773, octubre 26. A veinte y Cinco Indios que se destinaron a la Guardia de San Martín Llevaron lo siguiente

Lanza, Espadas, Escopetas, Polvora, Achas, Lienzo gruezo, Sal gruezo, Bechara, Mays, Ierva, Cuchillas, Cavallos, Mulas, Toros.

1775, Agosto 2. A treze Indios que se destinaron à la Guardia de San Martín

Llevaron lo siguiente Porotos, Mais, Lienzo grueso, Cuchillos ,Tavaco, lerva, Lanzas, Flechas, Caballos ,Toros

Abril 13. A dies Indios que se destinaron à la Guardia de San Martín

Llevaron lo siguiente Lanzas, Flechas, Cuchillos, Bechara, Mais, lerva, Cavallos, Toros.

Abril 17 Flechas, Bechara, Cuchillos, lerva, Cavallos, Mulas, Toros.

Junho 02 Biscocho; Junho 22 Cavallos, Mulas.

1777 Porotos, Abril 24 Biscocho

Anotacion del tiempo que sirvieron los mencionados

1773, Março 11. Se destinaron Dies Indios a la Guarnicion de Sta theresa I se regresaron à este Pueblo el Año de Mil setecientos setenta y nueve día onze de Noviembre Sirvieron Al Rey Nro Señor Seis Años Ocho Meses.

Oct.re 26. Se destinaron Veinte y cinco indios à la Guardia à San Martin I se regresaron à este Pueblo el Año de mil seteciento setenta. Día quinze de noviembre sirvieron Al Rey Nro por tres Años onze días.

1774 nov.re 12. Se destinaron dies Indios à la Guarnicion de Sta Theresa I se regresaron a este Pueblo dia ocho de diziembre i sirvieron Al Rey Nuestro Señor cinco años Veinte y siete días.

1775, Ag.to 2. Se destinaron treze Indios à la Guardia à San Martin I se regresaron à este Pueblo el dia dos de Noviembre se à Uaron empleados tres meses.

Sept.re 30. Se destinaron dies Indios à la Guardia de Sta Tecla I se regresaron este Pueblo el Año de Mil setecientos setenta y seis el día Primero de Diziembre I sirvieron Al Rey Nuestro Señor un año dos meses y un día.

1775, Diz.e Se destinaron Cinquenta Indios à el Pueblo de Concepcion i se regresaron à este Pueblo el Año de Mil setecientos setenta y seis el día quatro de diziembre I sirvieron un Año y quatro días.

1776, Abr. 13. Se destinaron dies Indios à la Guardia à San Martín I se regresaron à este Pueblo el dia de Mil setecientos setenta y siete dia Veinte y cinco de diziembre I sirvieron Al Rey Nuestro Señor un Año ocho meses doze días.

1777, Nov.e 28. Se destinaron dies Indios à la Guardia à sta Tecla I se regresaron à este Pueblo el Año de Mil setecientos setenta y ocho dia Primero de Noviembre I sirvieron Al Rey Nro Por un año y tres dias.

1783, Diz.re 13. se destinaron cinco Indios à la Guardia à Sta Tecla I se regresaron à este Pueblo el año de Mil setecientos ochenta y quatro dia Veinte y dos de Agosto I sirvieron Al Rey Nro Señor ocho meses nueve días.

Deve el Pueblo de Candelaria Mil pesos plata; Iden dos mil ochociemtos setenta y ocho varas de lienzo à Vazon de dos Vales vara su in parte setecientos dies y nueve pesos quatro rrales.

Deve el Pueblo de de Nra Sra de Loreto Veinte y ocho pesos dos reales.

Deve el Pueblo de Apóstoles Ochenta y dos pesos quatro rrales.

Deve el Pueblo de San Jose Onze pesos seis Vales y tres quadrillos." (Archivo general de la Nacion Argentina - Buenos Aires).

Conforme registros em diários, as guardas eram locais de onde partiam os cavaleiros que, através de Santa Tecla, levavam notícias, via Montevideo, ao Vice-Rei de Buenos Aires e passagem obrigatória do caminho entre Viamão e as Missões.

Havia a constante preocupação do Vice-Reinado de Buenos Aires em manter a integridade do território sob domínio espanhol, tanto que esse baluarte tinha suas peças de artilharia voltadas para a boca da picada que descia a Santa Maria, lugar de onde imaginavam deveria partir qualquer ataque.

Essa precária paz durou até 1775, quando ocorreu o primeiro ataque português. Neste ano, o Sargento-mór Raphael Pinto Bandeira escolheu cerca de 150 homens de Esquadrão de Cavalaria Ligeira e partiu de Rio Pardo rumo a "São Martinho do Monte Grande".

Pinto Bandeira atacou a retaguarda do forte espanhol. A guarda de São Martinho era defendida por seu comandante, Tenente Manoel Alvarez, o Sargento Pablo Bustane, o Cabo Juan Corales, dezoito soldados e 150 índios.

As forças de Pinto Bandeira abandonaram a região conquistada, pois não podiam deixar ali força armada que lhes garantisse a posse. Posteriormente, os espanhóis voltaram e retornaram sua posição anterior.

Em 1786, por ali passou José Saldanha, geógrafo e astrônomo português, demarcando a região de fronteiras, de acordo com os limites estabelecidos pelo tratado entre Portugal e Espanha. Narrou que a guarda de São Martinho era comandada pelo correntino Don Pedro Pablo de Figueroa, um dos militares presos por Pinto Bandeira, que os soldados eram entre 50 e 60 índios Tapes, substituídos mensalmente e que havia um pequeno rancho coberto de palha, uma horta para o Comandante, habitações precárias para índios, o forte, a estacada e os fossos.

Por volta do início do século XIX, após a “Tomada de São Martinho”, mais precisamente 1801, a fronteira de Rio Pardo, “município” da Capitania do Rio Grande de São Pedro, vinha até às encostas da Serra de São Martinho. O limite da fronteira era a Guarda de São Pedro Mártir, 13 quilômetros distante de São Martinho, em cima da serra (onde atualmente fica a cidade).

Exatamente em 1801, Manoel dos Santos Pedroso, estancieiro das margens do Vacacaí, foi, acompanhado de amigos e peões, e sob ordem de “atacar a guarda fronteira de São Martinho”, como preparativo para a investida sobre território missioneiro. (Pedrazzi e Costa, 1999)

O grupo de homens atacou e conquistou, de maneira definitiva, a Guarda de São Martinho. Para manter a posse da conquistada Guarda de São Martinho, chegou uma força portuguesa vinda do Passo dos Ferreiros.

Estava preparado o terreno para a conquista das Missões.

Ainda em 1801, começam a marcha, partindo da Guarda. Estes iriam completar esse comando, aos quais se deve, juntamente com o grupo de Santos Pedrozo, a conquista das Missões para a Coroa Portuguesa, incorporando as terras martinenses ao Brasil.

A instalação dos Sete Povos das Missões na margem oriental do Rio Uruguai (final do séc. XVII) e a expansão portuguesa rumo às terras do sul da América, desde a fundação da Colônia do Sacramento (1680), transformaram a região do atual Rio Grande do Sul em zona de conflitos permanentes. Esses conflitos formaram, principalmente no século XVIII, um quadro complexo envolvendo tanto os interesses das Coroas Ibéricas, como as motivações próprias dos padres e índios missionários e dos primeiros colonizadores lusos. Não se deve esquecer, ainda, as populações nômades de caçadores-coletores não reduzidas, como os minuanos e outros, que buscavam sobreviver adaptando-se às novas condições e relacionando-se com os invasores.

As guerrilhas, as investidas armadas particulares e o contrabando não foram menos importantes, nesse contexto, que os enfrentamentos bélicos envolvendo as forças luso-coloniais e as espanholas.

A Colônia do Sacramento, baluarte português no Prata, era causa de constantes atritos entre estes e os espanhóis, servindo como motivo para que os Luso-coloniais avançassem sobre o território colonial espanhol. A busca de uma solução diplomática resultou, num primeiro instante, no Tratado de Madri (1750). Por este, a Colônia do Sacramento passaria ao domínio espanhol e, em troca, os portugueses ficariam com as Missões jesuíticas localizadas no lado oriental do rio Uruguai. Pretendia-se por esta troca manter os portugueses longe do Prata e da concorrência com o rendoso comércio aí realizado pelo espanhol. Uma comissão formada pelas duas nações deu início ao processo de demarcação do território. O cumprimento do tratado teve sucesso na

Colônia do Sacramento mas chocou-se com a resistência missioneira, resultando na Guerra Guaranítica (1754-1756).

Em 1761, Madri foi anulado pelo Tratado de EL Pardo. Este restabeleceu a situação anterior à 1750. Inicia-se, então, uma época de belicismo crônico, com duas ofensivas espanholas sobre a região dominada por Portugal. A primeira delas ocorreu em 1763, sob o comando de Pedro de Ceballos, quando foram tomados Santa Tereza, São Miguel e a Vila de Rio Grande.

A segunda deu-se em 1773, e foi comandada pelo general Vertiz e Salcedo. As tropas espanholas marcharam através da região de Bagé e fundaram o forte de Santa Tecla, buscando, sem sucesso, conquistar as principais possessões portuguesas no leste do atual Rio Grande do Sul.

Entre as duas invasões, os portugueses estabeleceram a chamada “Guerra de Guerrilhas”, minando o avanço e as bases logísticas dos espanhóis. Foram estas, inclusive, que forçaram o retorno de Vertiz e Salcedo para o Prata.

Em 1776, Buenos Aires passa a capital do Vice-Reinado do Prata. Pedro de Ceballos assume o cargo de Vice-Rei e resolve comandar nova ofensiva contra os luso-coloniais. Toma a Colônia do Sacramento e ordena seu desmantelamento, conquista a Ilha de Santa Catarina e prepara-se para invadir Rio Grande. Porém, antes do ataque, chega a notícia do Tratado de Santo Ildefonso. O novo acordo luso-hispânico diminuiu o território oficialmente ocupado pelos últimos. A Colônia do Sacramento passava definitivamente para a mão dos espanhóis, assim como as Missões, pelo menos até 1801, enquanto que a Ilha de Santa Catarina é devolvida e a parte oriental do Continente é assegurada aos portugueses.

Neste contexto, temos a região de São Martinho, localizada

exatamente na fronteira entre as ocupações portuguesa e espanhola, posição que se tornou oficial com o Tratado de El Pardo e posteriormente com o Tratado de Santo Ildefonso. Nesta área cruzavam-se os caminhos que levavam aos Sete Povos pela subida do planalto. Além disso, outro fator contribuiu para fazer de São Martinho um ponto estratégico de suma importância, sua geografia. Na borda de um monte íngreme, naturalmente defensável, o local era propício à instalação de um ponto de defesa e de controle.

Beltrão (1979) faz referência a uma Guarda espanhola que teria sido criada “na entrada do Monte Grande” (serra de São Martinho) por volta de 1756. “a mando do governador de Buenos Aires, Pedro de Ceballos”. O mesmo autor, no entanto, ao citar o diário de Gumes Freire, que esteve na região em março-abril do mesmo ano, não faz referência a existência de qualquer ocupação espanhola no local. Entretanto, é citado, a esta época, o uso do desfiladeiro da serra de São Martinho pelos índios missioneiros como posto de guerra, tendo servido à resistência aos exércitos de Gomes Freire e Andonaegue durante a Guerra Guaranítica. Mais adiante, o autor relata o assalto ao “acampamento” espanhol do Monte Grande, em 1763, quando este estava sob o comando do capitão Antônio Catani.

O local é, novamente, referido como guarda quando do ataque de Rafael Pinto Bandeira em 1775 ou 1776 (não há consenso a respeito desta data). Em 1787, a Guarda de São Martinho é novamente citada em poder espanhol, sob o comando do alferes Pedro Paulo de Figueroa, de acordo com referência contida no diário de José de Saldanha, astrônomo da Comissão de demarcação de Limites da América Meridional, criada em observância ao Tratado Preliminar concluído em 1 outubro de 1777. A Guarda de São Martinho é definitivamente tomada em 1801, dando início à conquista dos Sete Povos das Missões.

Coruja Filho (1963) não faz referência à São Martinho da Serra antes de 1775, menciona apenas a trincheira existente no local, tomada por Rafael Pinto Bandeira. O autor chama a região de “Chave das Missões Guaranis”.

Por volta de 1775, Guilhermino Cesar (1970) se refere a São Martinho como posto avançado do exército espanhol, que juntamente com Santa Tecla, ameaçava Rio Pardo. Não cita qualquer tipo de ocupação espanhola à época da passagem de Gomes Freire pelo “Monte Grande”.

A respeito da tomada de São Martinho por Rafael Pinto Bandeira, Guilhermino Cesar diverge de Coruja Filho. O primeiro trata de uma rendição fácil por parte dos espanhóis sem mais que um breve tiroteio, enquanto que o segundo fala de um cerco de dez dias, com escaramuças diárias, inclusive com falta de víveres por parte dos dois exércitos. Concorde com o primeiro Beltrão (1979), que diz terem os luso-brasileiros feito o ataque de surpresa “pegando seus defensores dormindo, os quais só puderam tirotear por um quarto de hora”.

Belem (1989) transcreve trechos do diário de José de Saldanha falando da picada, da trincheira e da Guarda Espanhola de São Martinho no ano de 1787, quando ali esteve como membro da comissão de demarcação de Limites. Diz ainda o diário: *“Dela (da guarda), presentemente, se servem os espanhóis como Guarda de Registro, para evitar os contrabandos de suas povoações da Missões Orientais, e do Norte com as fronteiras portuguesas de Rio Pardo, como também para mandar notícias à Buenos Aires não só pelo correio da missões mas ainda pelos postilhões que, por terra, enviam por Santa Tecla e Montevideú.”*

Em Moreira Bento (1976) existe a citação que Vertiz e Salcedo, governador de Buenos Aires, invadiu o Rio Grande em 1773 e que

quando de sua retirada deixou plantado no continente os “fortes” de Santa Tecla e São Martinho.

Ambos funcionariam como bases de partida para atacar Rio Pardo, como barreiras às guerrilhas portuguesas e como instrumento de domínio do ocidente do atual Rio Grande do Sul. Logo após, a vinda do Ten. Gen. Henrique de Bohn ao Continente de São Pedro. Este teria vindo para redimensionar a atuação do exército português no sul e programar uma nova ofensiva armada e um dos pontos fixados para o ataque aos espanhóis foi o “forte” de São Martinho (criado para barrar o acesso português às Missões e ameaçar o flanco de Rio Pardo). Moreira Bento também a surpresa no ataque de 1775, porém descreve a abertura de uma picada pelo vale, à direita, na qual foram gastos nove dias. Esta picada conduziu os atacantes à retaguarda de São Martinho. Segundo o autor, foram feitos quarenta prisioneiros e tornados preciosos recursos logísticos, dos quais mais de sete mil cabeças de vacuns e cavalares.

A nomenclatura usada pelos historiadores diverge ao designar o posto militar espanhol localizado no alto da Serra de São Martinho, sendo que a maioria deles utiliza o termo “Guarda”. Moreira Bento (1976) e a tradição oral, no entanto, falam em “forte” (fortaleza, baluarte), enquanto que a publicação “Rio Grande do Sul Histórico”, que apresenta uma planta do Forte de Santa Tecla, chama aquele de “fortim” (pequena fortaleza). Ambos, como também outros autores, fazem uma equivalência entre San Martinho e Santa Tecla. Entretanto, a arqueologia não comprova tal semelhança. Nenhum indício arqueológico aponta para uma estrutura em São Martinho comparável a de Santa Tecla. (Farinatti e Witter, 1994)

Em 1994, a equipe de arqueologia do LEPA, concluiu que só era possível afirmar que a partir da década de 1770 até o ano de 1801, funcionou na Serra de São Martinho um posto militar espanhol, que se

firmou como *guarda militar* à época da fundação de Santa Tecla e mais tarde também como Guarda de Registro. (Saldanha apud Belém, 1989)

Com esta, instalou-se na região a presença burocrática do Estado espanhol e do Vice-Reinado do Prata. A “*Guarda de Registro*” tinha por intento evitar o contrabando da região das Missões e o lado português e, ainda, servia para mandar notícias a Buenos Aires (Saldanha apud Belém, 1989). Permanecem, contudo, tanto os problemas relativos ao período anterior ao citado, em que o local fora utilizado como posto militar, como também quanto à sua estrutura e funcionamento. Porém, certamente, sua geografia privilegiada fez do local um posto adequado para a defesa do território espanhol no contexto das “Guerras de Fronteira”, e possivelmente mesmo antes.

1.6 Século XIX – De vila à freguesia – freguesia à município

Em 1829, São Martinho é elevado à capela curada, sendo desmembrada da paróquia de São Miguel das Missões e anexada à de Cachoeira.

Em 1834, é criado o município de Cruz Alta, do qual faz parte São Martinho como 3º distrito.

A vila de São Martinho, em 1852, é elevada a freguesia.

O Comando Superior da Guarda Nacional de S. Maria, é criado em 1861, abrangendo esta e S. Martinho, e composto de dois corpos de cavalaria e uma seção de reservas, tendo como comandante o coronel José Alves Valença.

No ano de 1876, pela Lei Provincial n.º 1034 é criado o município de S. Martinho de Cima da Serra, “*tendo por sede o povoado de S. Martinho, distrito de Cruz Alta, passando assim a ser vila, e o termo anexado à comarca de Cruz Alta. Limites do novo município: ao norte,*

com os de Cruz Alta e Santo Ângelo, pelo rio Ivaí desde sua confluência com o Jacuí até ao arroio dos Buracos e por este até às suas nascentes donde segue para alcançar a estrada geral da Estância de Tupanciretã a Santa Tecla; a oeste, com os municípios de Santo Ângelo e Santiago, indo da estrada geral de Santa Tecla ao Inhacapetum, que segue até às suas vertentes e daí ao rio Jaguarí, acima do passo do Cardoso, acompanhando este rio até à Serra de S. Xavier; ao sul, com o município de Santa Maria, pela maior altura da referida serra até ao rio Ibicuí, que segue até arroio Taboão e das nascente deste à Serra Geral, na altura de Pinhal Grande; a leste com os municípios de Cachoeira e Soledade, fazendo limites o Jacuí desde abaixo do Salto Grande até à confluência do Ivaí. Área total: 17.325 quilômetros quadrados, que uma penada política reduzirá zero em 1901."

Em outubro deste mesmo ano, realizam-se eleições para a constituição da primeira Câmara Municipal de São Martinho, sendo eleitos vereadores os cidadãos major Fidêncio de Souza Melo, major Pedro Pires de Almeida, Joaquim de Almeida Guimarães, Domingos Joaquim dos Santos, Luís Jacinto Dias, José Hipólito Pinto e capitão João Manoel de Oliveira Melo, sendo que este chegará a ser deputado provincial por São Martinho.

Somente em 1877 é instalado o município de S. Martinho de Cima da Serra. Íntegra da ata de instalação da Câmara de S. Martinho: *"Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e sete, quinquagésimo quinto da Independência e do Império, na sala principal da casa de propriedade do capitão Afonso Antônio dos Santos, servindo provisoriamente de Paço Municipal da nova Vila de São Martinho, criada pela Lei Provincial n. 1034 de 9 de maio de 1876, às dez horas da manhã aonde se achava presente o senhor Presidente da Câmara Municipal da Vila do Espírito Santo de Cruz Alta, José Caetano*

da Mota, comigo secretário da mesma Câmara adiante declarado para o efeito de Instalar e dar posse aos senhores Vereadores eleitos à Câmara Municipal desta nova Vila pela eleição primária de 1º de outubro do ano findo, major Fidêncio de Souza Melo, capitão João Manoel de Oliveira Melo, major Pedro Pires de Almeida, Joaquim de Almeida Guimarães, Domingos Joaquim dos Santos, Luís Jacinto Dias e José Hipólito Pinto, dos quais achando-se presentes somente os senhores major Fidêncio de Souza Meio, capitão João Manoel de Oliveira Melo, major Pedro Pires de Almeida, Joaquim de Almeida Guimarães e Domingos Joaquim dos Santo o Sr. Presidente depois de haver exibido os seus respectivos diplomas, examinados e achando-os conforme, convida-os e deferiu-lhes o juramento dos Santos Evangelhos, encarregando-os de promoverem quanto em si couber os meios de sustentarem a felicidade pública, do que assinaram o respectivo termo, declarando achar-se assim empossada a Câmara e apto à administração municipal passando em ato sucessivo a Presidência ao sr. Vereador mais votado major Fidêncio de Souza Melo que tomando assento no topo da Mesa convidou os demais vereadores a tomarem assento, declarando achar-se instalada a Câmara Municipal da Vila de São Martinho. Neste ato foi proferido diversas alocações análogas ao ato. O sr. Presidente declara mais ser esta sessão de posse e que por isso convida aos senhores vereadores para o dia seguinte às mesmas horas reunirem-se em sessão ordinária, e nomeou para servir de secretário Interino o Sr. vereador João Manoel de Oliveira Melo, mandando afixar editais nos lugares mais públicos do município o presente ato e extrair cópia da presente ata para ser remetida a S. Ex. o Sr. Presidente da Província e levanta a sessão depois de convidar a todos os cidadãos presentes a assistirem na Igreja Matriz Tedeum. De tudo para constar lavrei a presente ata que lida foi assinada. Eu José Pessoa da Silveira Belo, secretário a escrevi. (as.) José Caetano Mota, Fidêncio de Souza Melo, João Manoel de Oliveira Melo, Pedro Pires de Almeida, Domingos Joaquim dos Santos e Joaquim de Almeida Guimarães."

Após essa atitude a Câmara Municipal de São Martinho nomeia os primeiros funcionários do município: Francisco Pereira de Miranda, secretário; João Sabino Dias de Almeida, procurador; Pedro Branco Moreira, porteiro e Joaquim José da Rocha, fiscal. **O Paço Municipal é instalado na casa de propriedade de José Antônio de Oliveira Melo⁹, alugado à razão de trinta mil réis mensais.**

1.7 Século XX – Município à distrito

Em princípios de 1900, já é de conhecimento de todos que o município de São Martinho não terá longa vida. Aqui neste documento descrito percebe-se claramente como se deu a derrocada de vários municípios do interior do RS, aqui exemplificado por São Martinho.

Um fator foi determinante, com o advento e as diversas vias de acesso através das linhas férreas, os locais distantes não sobreviveriam, pois estariam fora do mercado e do deslocamento de sua produção.

Em 1901, os vereadores reúnem-se extraordinariamente no Conselho Municipal de São Martinho, verificando-se falta, de número. O presidente convoca um suplente e realizada nova sessão, logo após, em que é proposta e aprovada a fusão dos municípios de São Martinho e Vila Rica (depois Júlio de Castilho), com sede no último.

O intendente Virgilino Antônio Pereira protesta contra a realização dessa segunda sessão, invocando a falta de número para deliberar. Para melhor esclarecer, transcrevo as atas das duas sessões: *“Aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e um, nesta vila de São Martinho, na sala de sessões do Conselho Municipal, reunidos em sessão extraordinária os conselheiros Manoel César do Nascimento,*

⁹O capitão João Manoel de Oliveira Mello, nesse mesmo anos é nomeado o primeiro delegado de polícia do município de São Martinho,

presidente, Antônio de Araujo, Jerônimo Pereira de Quadros, e o imediato Ildefonso de Almeida Ferraz, em substituição ao conselheiro Manoel Comes Soares, que havia resignou, digo que resignou anteriormente, deixando de comparecerem sem causa justificada, os conselheiros João Maria da Rosa, Heleodoro Rodrigues de Vargas e Antônio de Oliveira Soares, sendo que estes oficiaram ao intendente municipal dizendo que por motivos supervenientes deixavam de comparecer à sessão, cujos ofícios foram pelo mesmo senhor Intendente presentes ao Conselho.

O Sr. Presidente convidando o imediato cidadão Ildefonso Almeida Ferraz a assumir o respectivo compromisso fez este a seguinte afirmação: "Prometo ser fiel cumpridor do deveres de meu Cargo, em cujo exercício não faltarei jamais às inspirações do patriotismo e da honra." Pelo cidadão Intendente foi apresentado um protesto nos seguintes termos: "Protesto contra a reunião do Conselho por não ser ela de acordo com a Lei Orgânica Municipal", cujo protesto requeria fosse consignado em ata.

Do que, para constar Eu Abílio Pereira dos Santos, amanuense do Conselho, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme é assinada.

Manoel César do Nascimento, Jerônimo Pereira de Quadros Fº, Antônio de Araújo, Ildefonso de Almeida Ferraz e Virgílio Antônio Pereira.

"Aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e um, nesta Vila de São Martinho, na Sala das sessões do Conselho Municipal, reunidos os conselheiros Manoel César do Nascimento, presidente, Antônio de Araujo, Jerônimo Pereira de Quadros Fº, e Ildefonso de Almeida Ferraz, deixando de comparecerem sem motivo justificado os conselheiros João Maria da Rosa, Heleodoro Rodrigues de Vargas e

Antônio de Oliveira Soares, em virtude de convocação do sr. Intendente Municipal, por ato nº 5 de ontem datado, o sr. Presidente declarou aberta sessão.

*Em seguida foi lida a seguinte proposta que faz objeto da presente sessão: “Os abaixo-assinados, reunidos em sessão extraordinária do Conselho Municipal: Considerando que este Município abrangendo aliás um território relativamente extenso, não tem podido prosperar e continua a subsistir com dificuldades sem esperanças de melhorar as suas condições precárias, o que é devido **principalmente à péssima localização da sede. Considerando que a Vila de São Martinho, situada em uma extremidade do município, não entretém relações com a quase totalidade da circunscrição, salvo as de natureza puramente oficial, visto que está muito afastada, da via-férrea que atravessando uma extensão considerável, satisfaz as necessidades vitais da produção, exportação e importação das regiões mais salientes as quais vivem segregadas da sede, onde nenhum proveito encontram;***

Considerando que por isso mesmo a decadência, da Vila de São Martinho, prevista aliás, há muitos anos, tornou-se mais rápida desde que se inaugurou o tráfego da aludida via-férrea, manifestando-se sob todos os pontos de vista, até mesmo no que diz respeito à existência dos prédios, que, longe de aumentarem quanto ao número, vão desaparecendo pouco a pouco, já pelo abandono, já pela demolição proposital destinada a aproveitar os materiais em outro lugar;

Considerando que infrutíferos todos os esforços empregados desde 1890, pela administração local e pelo governo do Estado para evitar a ruína crescente desta Vila, que anualmente vive apenas do funcionamento das repartições públicas, além das manifestações cívicas de um pugilo de intransigentes amigos da República e das instituições riograndenses;

Considerando que não será profícuo nem mesmo exequível o conhecido alvitre da transferência da sede para outro ponto do município, visto que nenhum existe com os requisitos imprescindíveis, inclusive o distrito de Jari - único local indicado por alguns conterrâneos - o qual além de estar situado em outra extremidade (o que equivale à grave circunstância da sede atual) não reúne as condições indispensáveis, a começar pelas que se referem à existência de prédios ou possibilidades das respectivas construções, onde possam funcionar as diversas repartições municipais e estaduais;

Considerando que a solução aconselhada pelo conjunto das circunstâncias é a fusão deste município com o de Vila Rica, que já se tornou naturalmente o principal empório de uma grande parte da população de São Martinho;

Considerando que esta fusão será muito benéfica, sobretudo para o de São Martinho, cujo território cortado por diversos rios volumosos, carece de urgentes melhoramentos materiais, isto é, pontes e estradas, para satisfação das necessidades dos seus habitantes;

Considerando que, aplicada tal solução, ficará constituído um município vasto, opulento e poderoso, com sede em Vila Rica, de modo a serem satisfeitos os interesses da população em geral, que poderá contar com a construção sucessiva das pontes necessárias e com outros benefícios correspondentes à arrecadação das rendas municipais, tendo em vista que Vila Rica já realiza uma receita muito suficiente para fazer face às suas despesas;

Considerando que só deste modo poderá o território martinense receber relevantes melhoramentos em prazo relativamente curto, visto que eliminadas as despesas concernentes ao governo e administração municipais, a respectiva importância reverterá em proveito de aplicações municipais úteis e fecundas tais como as já

aludidas;

Considerando que desta maneira, será fielmente interpretada e atendida a geral aspiração dos conterrâneos; resolve pelos motivos expostos, submeter à deliberação esclarecida do Conselho a seguinte proposta: Propomos que seja resolvida a fusão dos municípios de São Martinho e Vila Rica, com sede no segundo, e que o Conselho, se assim deliberar, dirija à respectiva consulta ao município citado e as devidas comunicações ao Presidente do Estado, na forma da Constituição Estadual e das leis em vigor. São Martinho, 31 de maio de 1901. Posta em votação a supra mencionada proposta, e não havendo quem sobre ela pedisse a palavra, foi posta a votos e unanimemente aprovada (pudera, se os próprios conselheiros propunham-na a si mesmos...).

Em vista do que o Presidente mandou que se fizesse ao município de Vila Rica a respectiva consulta e ao devidas comunicações ao exmo. sr. Desembargador Presidente do Estado (Borges de Medeiros). E nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerrou a sessão depois de haver declarado o resultado da votação, do que para constar, Eu, Abílio Pereira dos Santos, amanuense do Conselho, lavrei a presente ata que lida e conforme é assinada, Eu Jerônimo Pereira de Quadros Fº, secretário designado a subscrevo e assino. Estão bem claros o fim da sessão extraordinária e o motivo pelo qual se recusaram a assisti-la os conselheiros João Maria da Rosa, Heleodoro Rodrigues de Vargas e Antônio de Oliveira Soares."

Porém em julho desse mesmo ano os conselheiros divergentes de São Martinho protestam contra a fusão do município e dirigem-se ao governo do Estado pedindo sua manutenção.

Parte da ata "... e que considerando que Vila Rica, por sua localização relativamente ao nosso município em nada facilita nossas

relações convencionais, porquanto os naturais escoadouros de nossos produtos e aos quais estamos ligados por curtas distâncias e boas vias de comunicação, indubitavelmente são Santa Maria, a estação de São Pedro (atual Dilermando de Aguiar), na linha férrea de Pôrto Alegre a Uruguaiana e a de Colônia (hoje Val de Serra), na linha Itararé; - considerando que São Martinho não é um município isolado, visto como duas estradas de ferro, uma passando por seu território e outra a curta distância, o ligam aos centros mais populosos do Estado; e - considerando que o nosso vasto e rico território, onde floresce a indústria pastoril, existem abundantes matos regados pelos nossos rios e propícios para a colonização, garante vida ao município que pode prosperar com a seiva própria...”

Mapa 4 estrutura fundiária do RS.

Fonte: <http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Ferrovias2.pdf>

Porém em julho é extinto o município de São Martinho e anexado seu território ao de Vila Rica, por Decreto nº 391. Neste decreto fica claro os motivos de tal fato “... O Presidente do Estado do

Rio Grande do Sul - Considerando, conforme representou o Conselho Municipal de S Martinho, que o município acha-se em decadência e em circunstância de não poder prover as necessidades mais palpitantes reclamadas pelos seus habitantes; considerando que o município não tem podido prosperar devido a má localização da sede, sem meios de rápida comunicação, o que obriga a população a encaminhar as suas relações comerciais para outros pontos próximos da linha férrea; considerando que, por esse motivo, a vila tem somente vida oficial; considerando que não existe outro povoado em condições de servir de sede, sem os inconvenientes já apontados; considerando ser deficiente a receita para empreender melhoramentos materiais, como pontes, estradas, etc., indispensáveis à prosperidade dessa circunscrição, como tudo foi alegado pelo Conselho respectivo; considerando, finalmente, dar-se o caso previsto no parágrafo 2º da art. 62 da Constituição. Resolve deferindo a reclamação aludida e tendo ouvido o Conselho de Vila Rica. Decreta: Art. 1º - É suprimido o município de São Martinho para ser anexado ao de Vila Rica. Art. 2º - Fica, em consequência, extinto o fôro civil naquela circunscrição. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo, em Pôrto Alegre, 27 de julho de 1901. A. Borges de Medeiros. João Abbot."

Somente em 1992, o distrito passa a ser município novamente.

Mapa 5 Divisão municipal e rede urbana do RS.

Fonte: <http://www.scp.rs.gov.br>

1.8 Contrabando em São Martinho da Serra

Antes da conquista das Missões, os portugueses já exploravam o território missioneiro. Pelo Planalto Médio teriam cruzado numerosas tropas de muares. Muitas teriam subido a Serra de São Martinho, pela Picada. Os administradores espanhóis das estâncias dos Sete Povos eram coniventes como contrabando de gado em pé, levado para Sorocaba.

Conforme Pedrazzi e Costa os primeiros povoadores do município de São Martinho da Serra viviam do comércio de muares. As mulas de carga eram resistentes, seguras e baratas e ofereciam, naquela época de expansão da agricultura, o transporte ideal para a circulação nas matas brasileiras. (1999)

O comércio de mulas duraria até as primeiras décadas do século XX, junto com a criação de bovinos, se constituiu em uma das principais fontes de renda dos primeiros moradores dos campos de São Martinho da Serra.

A secular “Picada de São Martinho” está intimamente ligada à história do município. No início, era apenas um caminho aberto pelos índios que viviam na região e, através do mato fechado, desciam a serra por abruptos penhascos em seus movimentos de caça e de coleta de alimentos vegetais. Mais tarde, no século XVIII, era o caminho entre a Redução de São Miguel e outras aldeias jesuíticas mais próximas.

Francisco Salles afirma que “em princípios de 1756 é aberta a Picada de São Martinho pelos aventureiros paulistas trazidos pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, especialmente para abrir caminhos. A Picada partia do Monte Grande - ou Cocar do Monte - (hoje, Vila Caturrita) e ia até á Guarda de São Martinho”. (Pedrazzi e Costa, 1999)

Ainda em 1756, a Picada teve de ser alargada para a passagem dos exércitos (português e espanhol), comandados por Gomes Freire de Andrade e Andonaegui e se conservou através dos anos como estrada, ainda que mantendo o tradicional nome de ‘Picada de São Martinho’.

Em 31 de janeiro de 1877, a Câmara Municipal de São Martinho formou uma comissão para angariar donativos destinados à melhoria da Picada. Essa “estrada” dava muitos prejuízos aos tropeiros. Estouravam as tropas e muita novilha se perdia nos despenhadeiros, quebrando-se ou se tornando irrecuperável.

Veio então a Lei n.º 1.319, de 13 de maio de 1881. A Assembléia Provincial autorizava “contratar cercamento a fio de arame das margens da estrada das picadas de São Martinho e Boca do Monte, na distância de 30 a 40 metros afastados da estrada para poder conter as tropas. O contratador teria direito, pelo prazo de cinco anos a cobrar cem réis por cabeça de gado que descesse “exportados dos campos de cima da serra” e 50 réis pelos que “subissem para serem invernados”. Findo o prazo, as benfeitorias reverteriam para a Província.

O constante mau estado dessa importante via de acesso só seria solucionado em 1889, com a vinda do presidente Gaspar Silveira Martins para inaugurar a conclusão das obras de reforma da estrada.

O ato nº 78, de 30 de agosto de 1889, do Conselheiro Gaspar Martins, estabelecia o pedágio da estrada de Santa Maria a São Martinho, com a seguinte tabela¹⁰:

- <i>carreta, carro, diligência, ônibus, etc</i>	<i>1\$000</i>
- <i>idem, vazios</i>	<i>\$500</i>
- <i>cargueiro</i>	<i>\$100</i>
- <i>animais vácu</i>	<i>\$100</i>
- <i>passageiro montado</i>	<i>\$100</i>
- <i>animais cavalares, muar, ovino, caprino, suíno</i>	<i>\$040</i>
- <i>tropeiros e sinuelos</i>	<i>isento</i>

1.9 Século XX - Pesquisas arqueológicas

Nos anos 60 a área foi objeto das pesquisas arqueológicas de José Proença Brochado que resgatou algumas coleções de superfície. Nos anos 70, foi a vez do professor Vítor Hugo da Silva, da UFSM, o qual realizou alguns cortes e coletas superficiais em sítios de ocupação guarani.¹¹

Nos anos 90, mais precisamente em 1994, o arqueólogo Saul Milder da Universidade Federal de Santa Maria recomeçou as pesquisas arqueológicas, agora pela primeira vez, com um enfoque acadêmico, norteado por técnicas e metodologias atualizadas. Assim, prospecções dentro da malha urbana da atual cidade de São Martinho são realizadas.

Milder, coordenador das pesquisas, teve a preocupação de

¹⁰ Pedrazzi e Costa, 1999.

¹¹ No ano de 1984 Vítor Hugo da Silva realizou cortes estratigráficos dentro do que seria as áreas da paliçada dos índios. O material resultante foram fragmentos de cerâmica guarani missioneira e louça. As áreas escavadas receberam o nome de sítios: Boca da Picada e Lava-Pés.

apenas levantar dados e formar uma boa coleção para justificar a importância de pesquisas mais aprofundadas na região. Naquele momento, os passos eram dados em direção a pesquisa histórica para que fosse formado um quadro que pudesse dar suporte as futuras pesquisas de campo.

Vários alunos receberam bolsas de estudo como da FAPERGS (Fundação de Amparo a Pesquisa do RGS), Cnpq, além de bolsas da própria instituição. Alguns pesquisadores já formados obtiveram bolsas de aperfeiçoamento para desenvolver estudos sobre a arqueologia de São Martinho.

Um dos grandes objetivos de Milder, naquela primeira etapa, foi realizar uma pesquisa que envolvesse a relação de dados históricos e arqueológicos. Tanto que vários segmentos foram acionados. A prefeitura de São Martinho, neste momento foi grande companheira e apoiadora das pesquisas. A população, um pouco “cabrera” recebeu a equipe, dando alojamento. A UFSM, sempre disponibilizou transporte necessário.

Conforme as pesquisas tomavam rumo, a preparação dos trabalhos de campo trouxe a necessidade de uma revisão da história local, afim de que se pudesse levar nova luz aos conhecimentos sobre o período em que esta região foi importante fronteira entre os Impérios Ibéricos no sul da América.

Assim, deu-se início a um rastreamento historiográfico e de fontes primárias. Como primeira parte do trabalho foi buscada as referências à guarda Espanhola de São Martinho na historiografia riograndense, e o tratamento que esta lhe dispensava. Procedeu-se ao Levantamento e a análise das obras da historiografia tradicional cotejando-as com trabalhos mais recentes. Essa pesquisa foi inicialmente realizada por

alunos que hoje são professores, mestres e doutores, alguns coordenadores de curso. Tomaram outro caminho, mas até hoje tem São Martinho em suas vidas.

2.0 As prospecções de Milder

As prospecções indicaram duas áreas potenciais para realizar escavações maiores: uma área aberta próxima as evidências arquitetônicas remanescentes e as próprias evidências arquitetônicas.

Figura 3 - 4 visão da área onde ocorreram as sondagens (decapagens) e visão geral da área.

Segundo Milder e Corteletti (1997) em dezembro de 1995 estendeu-se uma malha de quadriculagem de 6x6m, com uma trincheira de 13 m perpendicular a malha. Essa era a área livre para as pesquisas, já que os demais espaços encontravam-se cultivados ou ocupados por pocilgas e galinheiros.

Figura 5 – 6 visão geral da área onde se encontrou o muro da guarda e em foco: a estrutura (denominada Muro).

Croqui 1 intervenções arqueológicas em 1995 e 1997.

Croqui 2 malha que se estabeleceu para escavar.

A disposição dos documentos arqueológicos nos sedimentos, não revelou qualquer estrutura organizada a não ser de lixeiras.

O segundo nível foi delimitado pela presença de telhas e de uma parede de adobe desabada, evidenciada através da hidratação do solo.

Esse nível corresponderia ao período de ocupação espanhola e guarani-missioneira. As escavações revelaram estruturas de cocção de alimentos (fogões), fragmentos de cerâmica missioneira, abundante restos de carvão e ossos de gado vacum.

Em 1997 as pesquisas foram retomadas e escavações foram feitas dentro dos vestígios arquitetônicos que projetavam-se do sub-solo. A limpeza do terreno evidenciou restos de um prédio de 10 x 4 m.

As escavações foram realizadas em busca da diacronia das evidências arqueológicas. Primeiramente foram desenhadas e posteriormente removidas as camadas de entulhos e escombros. A partir desta tarefa o solo foi sendo escavado sistematicamente tendo por base estratigráfica dois cortes realizadas em pontos estratégicos da área. A estratigrafia revelou-se homogênea e a separação dos níveis ocupacionais somente pode ser feita através dos mínimos intervalos estéreis e pela localização tridimensional das peças dentro da área.¹²

A escavação mostrou uma coleção de materiais do século XIX que apresentaram alguns aspectos do cotidiano dos ocupantes portugueses após a tomada definitiva da Guarda em 1801. Nesta coleção escavada existem desde peças de adornos femininos como brincos a peças do vestuário masculino como abotoaduras. Os artefatos de origem militar são representados por uma coleção variada

¹² Verifica-se que Milder se preocupou com a perfeita localização das evidências “in loco”, tanto que a documentação gráfica produzida formou um excelente conjunto de informação, porém dentro do contexto estratigráfico não se entende o porque de tal técnica.

de cartuchos, projéteis, facas, pontas de lanças, esporas etc.

A louçaria e a vidraria compõem uma coleção com peças inteiras e outras reconstituídas.

As evidências estruturais da antiga Guarda espanhola indicam que mesmo após a tomada pelas tropas portuguesas em 1801, esta continuou a ser utilizada. Algumas hipóteses surgiram através das prospecções.

Pode ser que o local tenha continuado a ser posto militar ou local onde os primeiros colonizadores lusos se estabeleceram para tomar posse dos campos de cima da serra. Essa segunda idéia é sugerida através dos inúmeros fragmentos de restos de louça e vidro.

Uma das hipóteses a ser considerada é a de que após assegurada a posse os colonos tenham começado a construir suas próprias casas a partir dos materiais construtivos da guarda. Existem casas ainda que revelam em suas estruturas materiais semelhantes aos remanescentes da estrutura militar.

Após o desmonte parcial dos prédios, os espaços dos mesmos poderiam ter sido utilizados pelos moradores locais como lixeira. Isso provavelmente tenha ocorrido ao longo da segunda metade do século XIX, pelo fato dos objetos resgatados estarem principalmente inseridos nesta época.

A área escavada nas campanhas de 1995 apresentou fragmentos destruídos pelo constante uso do arado durante anos de ocupação posterior ao abandono da Guarda. A análise e identificação dos vestígios resgatados caracteriza-os como pertencentes em sua totalidade, ao século XIX. Existem alguns fragmentos de vidros com tipologia semelhante a do século XVIII. Mas, como não podemos identificar o tempo de uso e a época de descarte dos materiais vítreos,

sua presença em meio a cultura material do século XIX pode atestar uma longevidade bastante ampla das peças.

As telhas encontradas nesta área semelhantes a missioneiras, indicam a presença de índios na região do sítio. Conforme estudos o exército do Império Espanhol tinha em suas fileiras índios missioneiros catequizados, tais índios estariam prestando serviços na Guarda de São Martinho e continuariam a fabricar os próprios utensílios como a cerâmica.¹³

As análises preliminares dos fragmentos resgatados nas escavações do ano de 1997 indicam que a totalidade dos fragmentos resgatados é pertencente ao século XIX.

Figura 7 antigo casarão do farmacêutico Miguel Salém. (já destruído, só resta uma parte da parede lateral).

¹³Conforme documentação descrita na página 67, do Inventário de 1785, da missão de Mártires, uma espécie de relação dos bens que eram enviados na segunda metade do século XVIII do povoado de Santos Mártires na Argentina para povoados como a Guarda de San Martin, verificamos que entre os anos de 1773 a 1777 vários índios foram encaminhados junto com os mantimentos para a guarda.

Croqui gerais: Nivel arqueológico acima do material construtivo e nivel arqueológico abaixo do material construtivo. In: Revista do Cepa, 1997.

A disposição dos objetos da sala escavada sugere que ela tenha servido de lixeira para os moradores do século XIX (Miguel Assad Salem). Assim pode-se explicar a grande quantidade de fragmentos do século XIX num local onde pretensamente só poderiam ser encontrados vestígios do século XVIII.

As áreas escolhidas para a realização das escavações, mesmo contendo estruturas arquitetônicas do período de dominação espanhola, não nos apresentaram vestígios da cultura material desta época.

2.1 Descrição das camadas arqueológicas do casarão e da guarda

1. Entulho - trata-se provavelmente de lixo proveniente das habitações construídas que existem nas proximidades: restos de obras e lixo doméstico. Entre os restos de obras: foram recuperados cravos, pregos, argolas, dobradiças, chaves, ganchos, puxadores, cadeados, fechaduras, azulejos, lajotas, tijolos, pedras, telhas e vidros. No sítio casarão dos Mello, o vizinho ocupa até hoje, o mesmo local da lixeira para depositar seu lixo orgânico e restos de construção. No sítio Guarda de San Martin, o proprietário construiu um galinheiro e uma pocilga em cima das estruturas.

2. tralha doméstica - compõe-se de utensílios de mesa e cozinha (louça:

pratos, pires, xícaras, malgas, travessas, tampas, bules e potes; panelas de ferro, vasilhames de cerâmica, garrafas de vidro e grés para bebidas, taças de vinho, talheres), louça vidrada (este tipo de cerâmica era utilizado em utensílios de cozinha destinados à preparação e ao armazenamento de alimentos. O vidrado, conhecido como “salt-glazed” era aplicado apenas à parte interna dos recipientes, em tonalidades que variavam do amarelo-mostarda ao verde. As primeiras louças vidradas teriam vindo de Portugal compondo o equipamento doméstico dos colonizadores. As notícias referentes à sua fabricação no Brasil aparecem apenas em documentos datados em torno de 1800. Os centros de produção teriam sido Bahia, Minas Gerais e São Paulo, atingindo o restante do país através do comércio de cabotagem); os vidros (uma expressiva quantidade de garrafas de bebidas, possivelmente vinhos). Os vidros são em geral grossos, com fundos côncavos.

3. restos alimentares (fossos de animais),

4. enfeites de casa (bibelôs, potinhos),

5. itens de vestuário (fivelas de cintos, botões),

6. produtos de higiene, toucador e farmácia (frascos e potes de cosméticos, perfumes e medicamentos);

7. utensílios de costura (tesoura, dedal)

8. brinquedos (bolas de gude),

9. adornos (correntes, berloques, medalhas, contas),

10. artigos de escrita (tinteiros - potes de tinta), a maioria em grés (originalmente produzido na Alemanha, por volta do século XV, generalizou-se passando a ser amplamente fabricado pela Inglaterra, França e Holanda. Por se de grande resistência e impermeabilidade

tornou-se excelente para o transporte de bebidas e outros líquidos. Durante o século XIX vários recipientes de gres foram exportados pela Inglaterra e outros países, contendo cerveja, genebra, água mineral e também tinta nanquim. Muitas delas não apresentam marcas e foram aqui reaproveitadas para engarrafar bebidas nacionais). No Vale do Taquari temos um caso, em uma das casas de imigrantes germânicos, encontramos uma garrafa em grês com rolha reutilizada para armazenar leite.

11. cachimbos de barro: encontramos na área do pátio um cachimbo do tipo moldado.

12. ferraduras e outros metais para montaria: encontrou-se muitos estribos, tanto femininos como masculinos.

13. moedas: o LEPA organizou um mostruário sobre a coleção de moedas provenientes dos sítios arqueológicos. A maior parte da coleção é do final do século XIX.

A grande maioria da coleção resgatada pertence ao século XIX, quando a região de São Martinho já estava sob domínio luso-brasileiro.

CAPÍTULO II

DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS – SÍTIO GUARDA DE SAN MARTIN

"Bibiana tinha as mãos caídas sobre o regaço. Seus lábios tremeram por um instante.

- Quer sopa, meu filho?

- Esta casa é minha – dizia Luzia com uma fúria que quase não lhe permitia completar as palavras. (...)

A vela que Luzia tinha na mão apagou-se. Ela arremessou o castiçal contra o vidro da vidraça, que se espedaçou. Bibiana ergueu os braços, destampou a terrina de sopa e tornou a perguntar:
*- Sopa, meu filho?"*¹⁴

1.1 A relação entre a guarda e o boticário

Conhecido e registrado no IPHAN, como sítio arqueológico Glauca Secchin (Ibm 10), está localizado na parte central da cidade. Este sítio (na propriedade dos Secchin), foi escavado em 1995 e 1997, pela equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria. Os trabalhos iniciaram com coletas superficiais, abertura de trincheiras (13 m), dividiu-se a área (24 m²) em 24 quadriculas (nem todas sofreram intervenção) que foram decapadas e o material plotado.

Este sítio pode ser considerado uma área que denota certa complexidade. Identificou-se que, por volta de 1756, a guarda militar com seus quartéis espanhóis foram construídos e na segunda metade do século XIX, esse mesmo quartel com suas estruturas foram usadas para servir de casa para o boticário libanês que chegava em São Martinho¹⁵. Conforme verifica-se um certo comportamento padrão do

¹⁴VERÍSSIMO, Érico. O tempo e o vento. O continente II. São Paulo: Globo, 1997, p.440. 28ª ed.

¹⁵ Miguel Assad Salém veio da Síria, onde estudou medicina. Foi o inventor da famosa "serpentina", um antídoto contra picadas de serpentes e de insetos venenosos. Esse produto foi premiado na exposição de amostras de Porto Alegre, em 1932. Formulou outros produtos, devidamente aprovados pelo Departamento Nacional de Saúde

homem, a maior parte de suas coisas descartadas ele deposita em uma área a qual denominamos de lixeira.

E o que aconteceu é que nas adjacências da antiga peça que serviu de base militar também foi utilizada para depósito de lixo. Com o passar dos anos, Salém decide construir sua outra residência mais sofisticada dentro dos moldes regionais, a uns 100 m (hoje em uma das esquinas da rua principal). Como outro comportamento comum da região, tudo se aproveita, inclusive pedras do alicerce do antigo quartel para se construir sua nova residência. Mas seu antigo local de moradia agora passou a servir de área para o lixo.

Dessa forma entende-se que este simples habitante de São Martinho usufruiu muito bem do espaço e não fugiu ao padrão comportamental de descarte. Como Salém tinha por profissão as artes de curar – medicina e botica, em seu lixo se encontra as evidências de seu cotidiano profissional. E conforme relatos de antigos moradores do local, até hoje se encontra nas hortas muitos vidros de “remédios antigos”.

O casarão do boticário, na década de 50 (século XX) foi demolido, hoje restam apenas as bases, mas se identifica as antigas pedras semelhantes às do antigo quartel escavado em 1995.

Na segunda intervenção foi aberta uma trincheira próxima à cancha de bocha do proprietário. Registrou-se uma área com muros de pedras (88 m²), que foi escavada cuidadosamente em toda a extensão.

A área foi considerada, após a escavação e com a ajuda do croqui (Guarda de São Martinho realizado durante a tomada da Guarda em 1775 por um membro do exército de Rafael Pinto Bandeira),

Publica, de 1901 a 1929. Os principais foram: colírio Salém, pílulas Salém, denterina, curandina, aftalina e água de flor de laranjeira. Alguns fragmentos de recipientes

como sendo um dos quartéis desta guarda. Este local, após o abandono, foi utilizado como casa do boticário Salém no século XIX.

Existem duas denominações para a guarda, uma militar, tomada por Rafael Pinto Bandeira e a outra com características alfandegárias, instalada pelos espanhóis e entregue ao domínio português em 1801, localizada dentro dos limites urbanos, entre as ruas Sete de Setembro e Coronel Serafim Bravo.

Até agora a História e a Arqueologia só nos permitem afirmar que a partir da década de 1770 até o ano de 1801, funcionou na Serra de São Martinho um posto militar espanhol, que se firmou como *guarda militar* à época da fundação de Santa Tecla e mais tarde também como Guarda de Registro. (Saldanha apud Belém, 1989).

Com esta guarda instalou-se na região a presença burocrática do Estado espanhol e do Vice-Reinado do Prata. A “*Guarda de Registro*” tinha por intento evitar o contrabando da região das Missões e o lado português e, ainda, servia para mandar notícias a Buenos Aires (Saldanha apud Belém, 1989).

Segundo Macedo (1999), a presença de Guardas nos limites dos impérios coloniais ibéricos foi uma constante após o Tratado de Madrid de forma que cada coroa queria assegurar para si a posse da maior parte de área possível.

Inúmeras guardas espanholas foram instaladas, mais precisamente 11 Guardas (Santa Teresa, San Miguel, Arredondo, San Antônio, Meio, San Joseph, Santa Rosa, Santa Tecla, Taquarembó, Mbatobi e San Martín). Essas guardas eram organizadas devido à escassez de tropas e usavam como contingente em sua maior parte índios das Missões.

desses medicamentos foram encontradas nas escavações arqueológicas.

A Guarda São Martinho foi guarnecida por índios missioneiros militarizados que desde o século XVII, regularmente substituídos, pegavam em armas (batalha de Mbororé) para defender os interesses da coroa espanhola. (Macedo, 1999)

Permanecem, contudo, tanto os problemas relativos ao período anterior ao citado, em que o local foi utilizado como posto militar, como também quanto à sua estrutura e funcionamento. Porém, certamente, sua geografia privilegiada fez do local um posto adequado para a defesa do território espanhol no contexto das “Guerras de Fronteira”, e possivelmente mesmo antes.

1.2 As estruturas da Guarda

Conforme Cortelletti e Milder, a Guarda de São Martinho era composta por um entrincheiramento localizado na subida da serra, mais especificamente em uma garganta, onde a duas trincheiras em ângulo apenas deixavam espaço para que pudesse passar um homem a cavalo. Esta estreita passagem era guarnecida por uma artilharia leve.

Dentro do entrincheiramento que era levantado em adobe existia um pequeno oratório e tropas posicionadas. Na retaguarda do entrincheiramento apresentava-se uma paliçada onde abrigavam-se os 150 índios missioneiros e suas famílias, estes eram provenientes da Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo.

Estas tropas faziam parte do Exército Colonial Guarani que servia ao soberano espanhol, atuando em defesa das fronteiras.

Após a paliçada, a aproximadamente 2.000 m da linha de fogo, situava-se à retaguarda um conjunto de prédios que eram ocupados pelas tropas brancas. Estes prédios tinham funções militares e burocráticas. Eram os alojamentos, depósitos, posto de registro e paiol.

Figura 8 – 9 a estratigrafia da área escavada em 1995.

1.3 Evidências arqueológicas

A maior parte das evidências foram resgatadas a partir das escavações arqueológicas. Outra parte, recolhidas através de coletas superficiais assistemáticas, dependendo do local onde estavam depositadas.

Cerâmica:

A cerâmica coletada apresenta três tipos básicos: um bastante rudimentar e provavelmente pertencente à tradição ceramista tupiguarani; outro bem refinado e liso, provavelmente, do tipo guarani missioneiro; e uma grande quantidade de fragmentos que apresentam uma queima diferenciada. A espessura dos fragmentos varia de 0,6 cm até 2,3 cm. Curiosamente, o fragmento com maior espessura tem queima semelhante aos das telhas.

Figura 10 evidências arqueológicas cerâmicas de alguns sítios pesquisados.

Metal:

O metal pertencente à coleção martinhense, provavelmente, na sua totalidade não pertence ao contexto histórico da Guarda Espanhola. A análise tem demonstrado que estes fragmentos pertencem ao século XIX.

Os vestígios encontrados foram classificados em tralhas domésticas, construtivas, monetárias, indumentárias, adorativas, eqüestres e militares. As tralhas militares e monetárias são as mais importantes para o estabelecimento de uma cronologia para o sítio.

Figura 11 - 12 colher de sopa e cadeado (já bem deteriorado).

5 cm

Figura 13 - 14 (cima para baixo): medalha, dedeira de costura e bomba de chimarrão; tralha eqüestre - parte do freio

5 cm

Figura 15 - 16 ponta de lança (baioneta) e parte da empunhadura do sabre.

Figura 17 - 18 estribo e parte de um cinto.

Figura 19 – 20 (esquerda para direita): bijouteria (brinco, anel), parte de um cinto masculino, medalhas e outro acessório masculino (cinto); projéteis e cartuchos estourados.

Lítico:

Foram encontrados fragmentos de calcedônia, utilizadas, possivelmente na fabricação de pederneiras. As pederneiras eram utilizadas em armas de fogo desde o final do século XVII até meados do século XIX.

Figura 21 pederneiras crioulas em calcedônia.

Telhas:

As telhas provenientes das escavações da campanha de 1995 foram divididas em três grupos através da análise da composição dos antiplásticos. Dois grupos de telhas apresentam um antiplástico relativamente bem selecionado, com areia e pequenos fragmentos de telhas moídas. O terceiro grupo é semelhante ao padrão missioneiro.

Estas telhas apresentam queima regular, pouca areia adicionada e predominância de fragmentos irregulares e pouco selecionados de telha moída.

Ossos:

São restos biológicos ou de alimentação (gado vacuum).

Vidro:

Os fragmentos de vidro encontrados no sítio Guarda de San Martin compreendem garrafas, recipientes de medicamentos,

perfumes, venenos, copos e vidros planos que provavelmente eram usados em janelas.

Selecionamos as seguintes variáveis para determinar uma cronologia:

A forma da base e do gargalo de garrafas, as técnicas de fabricação e as marcas de molde (Schavelzon, 1991). A maioria apresenta na composição de sua pasta bolhas de ar caracterizando rudimentarmente este tipo de fragmento. O gargalo é o elemento de qualquer garrafa que mais quantidade de informação nos proporciona. A coloração varia desde a tonalidade translúcida até verde escuro muito semelhante ao negro.

Figura 22 - 23 recipientes de medicamentos ou de perfumes (debaixo) com selo do fabricante: pilulas bristol (New York); Pasquier, Água de florida Murray.

Figura 24 - 25 gargalos e fragmentos de recipientes de medicamentos ("denterina e Serpentina Salém"), medicamentos fabricados pelo boticário Miguel Assad Salém.

Figura 26 a 29 vidros de perfumes ou remédios. (do meio) com selo do fabricante: *Die keisserlicheprivilgirt altonatiche Kronessents*, fragmentos recipientes (*andromaco*) e tampas de perfumes, recipiente líquido em azul cobalto. Acervo LEPA.

Figura 30 a 35 reconstituição de fragmentos de recipientes (vidro escuros). A garrafa ao lado pode representar de forma real o fragmento. Acervo LEPA/desenho J. Kiefer.

Figura 36 a 38 reconstituição de fragmentos de recipientes (vidro escuro). A garrafa ao lado pode representar de forma real o fragmento. Acervo LEPA/desenho J. Kiefer.

Louça:

A louça resgatada apresenta na sua maior parte, fragmentos sem decoração, porém a quantidade de fragmentos decorados é bastante relevante. Através destes fragmentos foi possível fazer inferências quanto à sua procedência aprofundando o estudo das relações comerciais da região do Prata na época da ocupação ibérica.

A partir de uma análise preliminar identificamos algumas peças. As louças com marca *Davenport* e *Spode* são de faiança fina inglesa do *Padrão Milkmaid*. Aparecem ainda fragmentos do *Padrão blue or Green Edged, Willow, Floral, Muchá, Anelar, Italian Scenery* e uma maioria de fragmentos pertencentes ao *Padrão Policromo*. Foram também identificados alguns fragmentos de louça vidrada e vitrificada, estando todos compreendidos ao período de 1790 a 1840. As louças na sua maioria apresentam coloração azulada, contendo ainda algumas em tom verde, amarelo e avermelhado, com exceção da vitrificada e da vidrada que aparecem em tom areia e marrom.

Junto ao trabalho de análise conseguimos remontar mais de 20 peças, possibilitando a visão de algumas peças quase inteiras como pratos, tigelas e xícaras.

Realizamos um levantamento sobre pesquisadores que estudam louça, principalmente no RS e através deste estudo verificamos que a maior parte de nossa coleção está composta por faianças que conforme Tochetto (2001) *“a faiança fina constitui uma categoria cerâmica intermediária entre a faiança e a porcelana. Segundo Pilleggi (1958:193) o termo cerâmica é uma denominação genérica que abrange todos os produtos derivados de uma composição de argila e outras substâncias minerais, postos ao cozimento para obter solidez e inalterabilidade. Existem diferentes categorias de cerâmica, distintas com relação à pasta e que se dividem, segundo o mesmo autor em dois grandes grupos: produtos porosos, absorventes, tais como a louça de barro, terracota, mayolica, louça refratária, faiança, louça de pó de pedra ou granito; produtos não porosos, não absorventes, tais como louça vitrificada, grés e porcelanas.”*

Ainda em Tochetto *“A expressão faiança fina, incorporada nos estudos sobre arqueologia histórica (Lima et al., 1989, 1995; Zanettini, 1986; Albuquerque e Velozo, 1993; Symanski, 1998a, entre outros), é apresentada em duas obras nacionais significativas - Brancante, 1981 e Pilleggi, 1958 - fornecendo elementos para o reconhecimento de louças de produção brasileira e estrangeira. Na literatura norte-americana, a faiança fina integra um grupo amplo denominado earthenware (Deetz, 1977; Worthy, 1982; Majewsky & O'Brien, 1987), identificado com os produtos porosos, segundo divisão proposta por Pilleggi (op.cit). Em obras de língua espanhola, na América Latina, são empregados os termos loza (Schávelzon, 1991) e loza fina (Garcia, 1990).”* (2001)

Para Brancante a faiança fina *“representa o esforço dos oleiros ingleses na busca de novos processos para substituir a faiança clássica*

e alcançar a porcelana no Ocidente". Esse produto logo substituiu a faiança portuguesa que tinha sido, até então, a louça de uso predominante, possibilitando uma nova fase na produção cerâmica. A faiança fina apresentava condições de concorrer tanto com a faiança como com a porcelana, tendo em vista a simplificação da sua fabricação como também as vantagens relacionadas à pasta, que possibilitava uma massa mais clara, uniforme e resistente e sobre a qual a decoração pintada ou estampada passava a ser aplicada." (1958:129)

Com a abertura dos portos em 1808, a faiança fina foi a classe de louça doméstica mais popular no Brasil oitocentista, começando a ser importada principalmente da Inglaterra. Devido à sua qualidade superior, à variedade de padrões decorativos, que iam do *chinoiserie* (louças com decorações de inspiração oriental) a cenas bucólicas de paisagens inglesas, e ao seu preço acessível, dominou rapidamente o mercado (Lima et al., 1989a). A produção brasileira deste tipo de louça iniciou em princípios do século vinte no Paraná e em São Paulo. (Tocchetto, 2001)

Estudos recentes realizados por equipes de arqueólogos de São Paulo, estão averiguando que havia fábricas de louças com grandes linhas de distribuição para diversos estados brasileiros (comunicação pessoal de Margarida Andreatta, 2002). Assim sendo, é difícil identificar se essas louças que aparentemente fazem parte da produção do século XIX, não são apenas réplicas e produzidas em fábricas nacionais.

No século XVIII, mais precisamente em 1759, Josiah Wedgwood aperfeiçoou o processo de produção da faiança fina, resultando em uma louça de corpo creme com esmalte de coloração esverdeada advinda da aplicação do óxido de chumbo, conhecida como *cremware*, *Queen's ware* (Hüme, 1991), louça creme ou *loza de la reina*.

No começo do século XIX, em torno de 1810, a louça creme ou *creamware* começou a ser superada pela louça pérola ou *pearlware*, faiança fina cuja fabricação iniciou em 1779 por Wedgwood. Em 1815 a *creamware* já havia praticamente desaparecido do mercado.

Figura 39 – 40 tipos de louças comum (transfer printing) na coleção. Acervo LEPA.

Figura 41 – 42 tipos de louças comum (*pearlware* e *shell edge*) na coleção. Acervo LEPA.

Figura 43 a 45 fragmento de louça em transfer printing com decoração em azul, cena bucólica; fragmentos de louça em *creamware*: um caco de uma tampa e o fundo de um recipiente de leite. Acervo LEPA

Figura 46 – 47 terrina em shell edge; peças do antigo jogo “tejo”. Muito comum nas zonas de fronteira e nas missões jesuíticas, às vezes feito em telha e aqui em louça. (O jogo de tejo é semelhante ao jogo de “bolita” ou bola de gude).Acervo LEPA.

Figura 48 – 49 tipos de louças comum na coleção, selo do fabricante Jhonson Bros e davenport. Acervo LEPA.

Figura 50 – 51 tipos de louças comum na coleção. Bordas em shell edge azul e policrômicas. Tigela floral. Acervo LEPA.

Figura 52 Fundo de louças brancas e creamware. Acervo LEPA

Figura 53 a 55 reconstituições de fragmentos das louças da coleção arqueológica: malgas. Desenho J. Kiefer

Figura 56 a 58 reconstituições de fragmentos de louças arqueológicas da coleção, baseados no fundo das pequenas malgas. Desenho J. Kiefer

Figura 59 – 60 reconstituições de um prato fundo de louça branca ironstone. Desenho J. Kiefer

Figura 61 - 62 reconstituições de uma tigela funda em cremware e de uma terrina em shell edge em relevo com flores em relevo. Desenho J. Kiefer

Figura 63 - 64 reconstituições de uma tigela funda de uma malga em creamware. Desenho J. Kiefer

Figura 65 – 66 reconstituições de duas tigelas. Desenho J. Kiefer

Figura 67 – 68 reconstituição de uma tigela em transfer printing com motivos florais. Desenho J. Kiefer

Figura 69 – 70 reconstituições de uma tigela funda a partir da borda e de uma tampa de açucareiro ou manteigueira. Desenho J. Kiefer

Botões

No sítio da guarda foi possível recuperar uma significativa coleção de botões e abotoaduras de roupas femininas e masculinas. As peças mais comuns são botões de quatro furos em osso.

Figura 71 tipos de botões em osso. Acervo LEPA

Grês

Os tipos em grês mais comuns na coleção são os tinteiros, alguns inteiros. A relação mais sensata a se fazer com esse tipo de evidência é a referência ao momento em que a guarda espanhola tenha servido de posto de registro e controle do contrabando.

Figura 72 tipos de tinteiros - grês. Acervo LEPA

Tabela 1 evidências arqueológicas do Sítio Ibm 10 - Guarda de San Martin

Material arqueológico – Ibm 10 (Macedo, 1999)	
Louças	1953
Vidro	1610
Metais	564
Telha	527
Cerâmica	59
Gres	43
Material construtivo	42
Pederneira	11
Total	4809 peças

Tabela 2 No Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas foram organizados mostruários de louças para fins didáticos.

1.padrão willow, estilo chinoiserie, cena chinesa, técnica transfer printing. Período de fabricação: 1780 cor azul
2.padrão willow, estilo chinoiserie, cena chinesa, técnica transfer printing. Período de fabricação (1828-1864) cor rosa
3.padrão shell edge, azul, técnica pintada a mão. Período de fabricação: 1780 -
4.padrão shell edge, azul, técnica pintada a mão. Período de fabricação: 1780 -
5.padrão shell edge, verde, técnica pintada a mão. Período de fabricação: 1780 –
6.padrão milkmaid, azul, técnica transfer printing.
7.padrão policromico, foral, técnica pintada a mão. Período de fabricação: 1845.
8.azul borrão, com motivos florais e orientais. Produzidas na região de Staffordshire, por Backer & Co. período de fabricação – 1843 a 1887.
9.padrão policromico, técnica dipped (banhada), período de 1800 a 1840.
10.padrão mocha, pintada a mão, transfer printing
11.padrão banded, motivos geométricos, 1790 até início do XX.
12.padrão shell edge, azul, técnica pintada a mão. Período de fabricação: 1780, verdadeira.
13.padrão desconhecido, técnica transfer printing, sponge de 1828 a 1850. Com inscrições, provavelmente com o sobrenome da família gravado.

14.padrão grapevine, cena com motivos florais, fabricante Enoch Wood & Sons, em Staffordshire. Todo o século XIX
15.padrão policromico, motivos florais, transfer printing.
16.padrão exotico, com cena chinesa, tranfer printing, marrom, 1828 a 1868.
17.padrão geométrico com motivos florais, carimbada esmaltada.
18.padrão linhas com motivos florais, técnica em banded
19.padrão policromico, técnica dipped (banhada), período de 1800 a 1840.
20.padrão italian romantico, fabricantes Copeland & Garret, Staffordshire
21.padrão geometrico com linhas, carimbada. A partir de 1845.
22.padrão fitomorfos com linhas, pintada a mão..
23.padrão exotico, com cena chinesa, transfer printing, marrom, 1828 a 1868.
24.padrão fitomorfo com linhas azuis, transfer printing, 1828-1871
25.padrão romantico, transfer printing, 1820-1870
26.padrão trigal, ironstone, J. & G. Meakin, Staffordshire, ou ironstone ware (Johnson Bros England) a partir de 1851
27.padrão royal rim, cremware, 1762 a 1815.
28.padrão branco, ironstone, sem relevo.

Figura 73 Mostruário de louças do LEPA.

CAPITULO III

SÉCULO XIX – UM NOVO MODELO DE VIDA PARA O INTERIOR DO ESTADO – CASARÃO DOS MELLO

1.1 A construção do casarão

O casarão dos Mello, como é popularmente conhecido até hoje pelos moradores de São Martinho da Serra pode ser enquadrado dentro do estilo “missioneiro”, ou seja, um estilo arquitetônico que não é nem espanhol, nem português e muito menos segue um padrão arquitetônico organizado com simetria e escolha de materiais construtivos.

Porém trata-se de uma bela casa, que aos olhos de arquitetos e arqueólogos revela momentos da regionalidade construtiva de um período histórico importante. Alguns moradores a tratam até como solar dos Mello, outros simplesmente como um exemplo de incômodo, que deve ser destruído. Porém, este casarão ainda resiste às intempéries do tempo e as tentativas de derrubada.

Pensar e estudar esse espaço arquitetônico simplesmente como uma construção faz com que a história do RS perca um pouco a real conformação política e social.

Desde o princípio, pensou-se em transformar esse simples casarão no exemplo de cotidiano do século XIX para o interior do estado, longe da capital ou dos principais portos e centros comerciais. Mesmo sendo um século bélico, podemos verificar um cotidiano doméstico e com certo ar político. Mas com o decorrer das pesquisas, que não se restringiram apenas às escavações arqueológicas, mas sim a uma exaustiva pesquisa oral com vizinhos, antigos moradores, descendentes dos primeiros proprietários e descendentes dos escravos.

Percebeu-se que este espaço foi muito mais um espaço de discussões políticas do que simplesmente um espaço doméstico.

Num rápido olhar, percebe-se que não existe simetria na construção das paredes e tampouco na composição destas. Em relação às aberturas, algumas foram trocadas, mas a maioria ainda é original. Não existe nenhuma organização visual e nem seguem um padrão.

1.2 As construções - Casas de moradia de São Martinho

Em relação aos aspectos arquitetônicos do centro de São Martinho da Serra, verificou-se que grande parte das habitações antigas relacionadas e ou construídas durante o século XIX, já foram destruídas ou sofreram alterações. Nas poucas que restaram é possível identificar uma grande influência da arquitetura luso.

Para o interior da cidade, em Rincão dos Pires, encontramos algumas estruturas, uma em ruínas e outra ainda ocupada, no mesmo estilo do casarão dos Mello. A casa ocupada mantém ainda as paredes internas de pau-a-pique (curiosamente em vez do taquaruçu, foram utilizadas para o preenchimento partes do tronco do coqueiro, ainda amarradas com cipó). A senzala fica ao lado, como um anexo. O telhado da senzala cedeu, mas o da casa ainda está inteiro com as telhas. Infelizmente, os moradores atuais não permitiram nenhum tipo de registro.

1.3 Um modelo de urbanização no interior do Rio Grande do Sul – São Martinho da Serra.

São Martinho da Serra localiza-se a aproximadamente 400 Km de Porto Alegre. Está localizado no alto de serra de Santa Maria, antigamente na área do Monte Grande. Hoje, São Martinho da Serra não passa de um pequeno vilarejo de quase 4000 habitantes, sem

nenhuma indústria ou comércio importante ou rentável à população (uma mistura de índio, negro e português) vive da pequena agricultura e de uma parca criação de animais. Os imigrantes italianos chegaram em São Martinho por volta de 1870.

Sítio Guarda de San Martin

Prefeitura Municipal

Sítio Casarão dos Mello

Figura 74 visão geral do município de São Martinho da Serra. Foto tirada em 2000 por André Soares da torre da igreja.

Entretanto, no século XVIII foi um dos pontos geopolíticos mais importantes da província rio-grandense. Fortificações, guardas militares e uma fronteira entre Espanha e Portugal lá foi estabelecida, além de serem estabelecidos postos de registros para controlar os exércitos e mercadorias que iam e vinham das Missões. Era tão importante que para guarnecer a guarda espanhola de 1756 – San Martin, os mantimentos e soldados guaranis treinados na Argentina, vinham para compor o exército espanhol.

No século XIX, São Martinho passa a ser foco de interesse por parte de alguns tropeiros sorocabanos e sesmeiros que se estabelecem no que hoje é o centro do município.

Em relação às sesmarias Pesavento (1985) escreve que ao redor da terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias. A Coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixa e se afazendaram. Embora não se desprezando a ocorrência da disponibilidade de recursos por parte dos futuros estancieiros, sesmarias eram concedidas como retribuição a serviços militares prestados.¹⁶

Com a decadência das minas, no final do século XVIII, deu-se um retraimento da procura de animais para corte e transporte. Contudo, não causou a decadência da economia sulina, uma vez que, neste momento, dois novos produtos gaúchos apareciam: trigo e charque. Com relação ao trigo, sua produção deve-se à entrada de casais açorianos no estado. (Pesavento, 1985)

Esses casais, chegados na metade do século XVII, para povoar as Missões, que pelo Tratado de Madrid passaram a ser possessão portuguesa, estavam destinados também a dar início a uma economia de subsistência que abasteceria as tropas sediadas no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, Portugal, como nação empobrecida e dependente entre as potências européias, era compelido a assinar tratados em condições desvantajosas, rebaixando as tarifas alfandegárias.

¹⁶As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 13000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandai aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época. (Pesavento, 1985)

O Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, entre as duas Coroas ibéricas, estabeleceu que tanto Sacramento quanto as Missões ficariam para terras de Espanha. Entre as possessões de ambas as nações seria criada uma área neutra - os Campos Neutrais - entre a lagoa Mangueira e a lagoa Mirim e a costa marítima. Esta terra de ninguém transformou-se logo numa área de intenso contrabando de gado, justamente numa época em que a pecuária se desenvolvia com o charque. Ocorreu então uma verdadeira corrida para obtenção de sesmarias. (Pesavento, 1985)

Para a Coroa interessava que fossem distribuídas terras nas áreas de jurisdição indecisa, além dos Campos Neutrais, garantindo a posse da área. De 1780 até 1801, processou-se uma nova política de distribuição de terras. Açorianos foram expropriados de suas terras em *favor* dos pecuaristas. O charque rio-grandense, proporcionando riqueza, foi capaz de introduzir em grande escala o escravo no Rio Grande do sul.

Para Pesavento, as relações escravistas de produção estabeleceram-se de forma decisiva no sul, sendo o negro a mão-de-obra por excelência das charqueadas rio-grandenses. A charqueada sulina foi, no período colonial, beneficiada pelas atribulações sofridas pelos concorrentes do Prata. As charqueadas platinas (saladeros) levavam vantagens na medida em que utilizavam mão-de-obra livre e recebiam todo o amparo governamental, uma vez que a pecuária era a atividade fundamental do Vice-Reinado do Prata. Assim, os “saladeros” gozavam da isenção dos tributos de exportação e dos direitos de importação do Sal de Cádiz. Foi também criada na Banda Oriental Uruguai uma milícia para evitar o contrabando. (1985)

Porém, a partir de 1810, as guerras de independência no Prata determinaram a crise dos “saladeros”, desorganizando as atividades charqueadoras da região. O gado platino foi encaminhado então para

as charqueadas rio-grandenses, que se viram beneficiadas com a desorganização dos concorrentes. Posteriormente, com a vinda da família real para o Brasil, D. João empreendeu uma campanha contra a Banda Oriental, anexando-a com o nome de Província Cisplatina (1820). Solidificaram-se com isso os interesses dos rio-grandenses na campanha uruguaia, estabelecendo estâncias na região e recolhendo matéria-prima para as suas charqueadas. (Pesavento, 1985)

Os desentendimentos e acertos entre as duas monarquias ibéricas em torno do sul da América prosseguiram. Em 1750, foi firmado o Tratado de Madrid, que estabelecia que Portugal entregaria Sacramento á Espanha em troca das Missões, que passaram para o domínio luso.

Com o tratado e a demarcação dos limites, aconteceu uma rebelião dos índios missioneiros que se recusaram a entregar suas terras, motivando a Guerra Guaranítica (1754-1756).

Os conflitos resultantes da demarcação de limites implicaram o reforço militar da área. Mais do que nunca, precisava a Coroa portuguesa do concurso de estancieiros com seus homens para a defesa da terra. Foi, com isso, obrigada a transigir com os senhores de terra no Rio Grande do Sul, outorgando-lhes poder e autoridade.

Ao mesmo tempo em que incrementou o processo de distribuição das sesmarias pela bacia do Jacuí, dilatando a ocupação pelo interior, distribuiu cargos entre os estancieiros.¹⁷

Segundo Pesavento, paralelo à expansão das sesmarias e dos fortes militares (Rio Pardo, Santo Amaro), a Coroa portuguesa promoveu a vinda para o Rio Grande de casais açorianos, com o objetivo de povoar a zona das missões, que por direito caberia a Portugal,

¹⁷ A família Mello foi uma das primeiras sorteadas com essa distribuição para a região central do RS.

garantindo assim a posse da terra. Chegando em grandes levadas a partir de 1752 (ponto alto da imigração), os “casais del Rey” foram distribuídos pelo Porto de Viamão ou do Dornelles (Porto Alegre) e pela beira do Jacuí (Rio Pardo, Santo Amaro, Triunfo, Taquari), não recebendo terras de imediato, ante a possibilidade de serem transferidos para as Missões. (1985)

O Tratado de Madrid não chegou a se efetivar na prática, sendo anulado em 1761 pelo Tratado de El Pardo. Os Sete Povos, contudo, haviam sido abandonados pelos padres, ficando a região sob a administração espanhola leiga. A zona entrou em decadência e os índios, que haviam ficado, começaram a abandonar as Missões, indo trabalhar como peões nas estâncias gaúchas.

As disputas coloniais ibéricas, contudo, iriam prosseguir. Por ocasião da guerra dos Sete Anos na Europa, que novamente colocou em campos opostos Portugal e Espanha, ocorreu um novo ataque dos castelhanos; em 1763 D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, após conquistar Sacramento, invadiu a capitania de São Pedro, conquistando Rio Grande e inaugurando um domínio que se estendeu até 1776. Embora a paz na Europa oportunizasse a mediata devolução de Sacramento, o Rio Grande do Sul permaneceu bipartido. Uma segunda ofensiva castelhana deu-se em 1773, quando o governador de Buenos Aires, Vertiz y Salcedo, foi detido na fronteira do Rio Pardo por Rafael Pinto Bandeira. (Pesavento, 1985)

Assim o processo de militarização e o permanente estado de alerta propiciava a situação, e todo o homem válido era um soldado em potencial.

Em 1777, registrou-se a terceira ofensiva castelhana, quando o Vice-Rei do Prata, D. Pedro de Cevallos, tomou Sacramento e a Ilha de Santa Catarina. Nesse mesmo ano, teve lugar o tratado de Santo Ilde-

fonso entre as duas Coroas Ibéricas. O período de paz que se seguiu estendeu até 1801 e foi marcado pelo grande desenvolvimento da economia pecuária sulina, baseada agora no charque e com o fortalecimento dos clãs patriarcais. (Pesavento, 1985)

Com a conquista das Missões Orientais, em 1801 por Manuel dos Santos Pedroso (estancieiro/soldado) e José Borges do Canto (desertor dos Dragões e contrabandista), com o beneplácito das autoridades portuguesas, o Rio Grande do Sul conquistou a sua fronteira oeste. As missões, que se achavam em decadência sob a administração espanhola leiga, transformaram-se em nova área para expansão das sesmarias.

A conquista da Cisplatina por D. João, conforme Pesavento, em 1820, abriu para o Rio Grande uma nova fronteira entre o Ibicuí e o Quaraí, dilatando-se a concessão de sesmarias por mais esta região, e permitiu a intensificação das ligações econômicas no Prata. A importância da área crescera de tal forma que em 1807 o Rio Grande foi promovido à Capitania geral, independente do Rio de Janeiro. (1985)

Dessa forma sesmeiros, militares e comerciantes começam a formar um centro urbano com grandes casarões em estilo português, com senzalas, inúmeras casas de comércio (uma das casas foi muito conhecida, propriedade de Taurino Jacinto da Cunha, 1889, onde vendia secos e molhados, louças, ferragens e miudeza), dois jornais são criados (O Libertador ou liberdade e o Martinhense-1897), este último, órgão do Partido republicano, câmara de vereadores, uma prefeitura bem organizada, deputados provinciais são condecorados, lojas maçônicas são criadas (em 1898, são fundadas duas lojas maçônicas a "Aurora da Serra" e a "Paz e Harmonia"), inclusive o Clube republicano é implantado em um dos casarões (em 1882 é fundado no Casarão dos Mello). Atos políticos e de guerras foram forjados neste município que

por volta de 1870, era alvo de grandes encontros e várias batalhas das guerras de 1850 e 1893 foram ali pensadas.

A estrutura de cidade, pensando em século XIX, um século de estruturas urbanas, pode ser considerada um bom exemplo de urbano para o interior do estado. As principais cidades neste período era Rio Pardo, Caçapava, Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Cruz Alta e São Martinho da Serra. Além de verificar a estrutura arquitetônica das casas residenciais, igreja, cemitérios, casas públicas e comerciais, podemos ver na cultura material elementos que comprovam um momento de estabelecimento de uma burguesia emergente capitalista, pois encontramos em escavações arqueológicas louças finas, vidros de perfumes e remédios, jóias, talheres e outros que compõem uma esfera do cotidiano burguês urbano.

1.4 A Situação do Casarão

Atualmente o casarão está em ruínas, o telhado foi desmanchado e depositado próximo à área da casa. O telhado era composto por telhas em canaleta feitas manualmente, algumas possuem marcas dos dedos do artífice. Os tijolos são de diferentes tamanhos e espessura e também possuem marcas dos dedos dos artesãos. Não foi possível identificar a olaria onde se fabricou as telhas e os tijolos, provavelmente eram de fabricação martinense.

As paredes do casarão variam de 50 a 60 cm de espessura. As paredes internas foram rebocadas com adobe e pintadas com cal. Algumas paredes (as mais do interior) são feitas de pau-a-pique com o taquaruçu e adobe, agrupadas com cravos e pregos. A madeira foi utilizada para fazer algumas repartições no interior da casa, bem como serviu de forro, assoalho e para a fabricação das aberturas (portas e janelas). Ele pode ser considerado um excelente referencial de como

as construções perpassam os anos e são remodeladas ou modificadas conforme seus moradores ou suas funções.

Nos registros históricos e nos orais, temos que a área do casarão faz parte do início de distribuição de sesmarias para a região central do RS. Outro registro é que o primeiro morador e talvez o que construiu tenha sido um tropeiro sorocabano (Mello). Outro dado é que o casarão teve um morador ilustre também Mello, coronel que lutou na Guerra do Paraguai, esse mesmo militar também participou da extinta Guarda Nacional e foi um dos primeiros deputados provinciais do RS.

Em 1846, nasce João Manoel de Oliveira Mello, filho do Coronel João Batista Mello, comandante superior da Guarda Nacional. O capitão João Manoel foi destacado oficial na Guerra do Paraguai e eleito Deputado provincial (1885).

Figura 75 a 77 Os Mello. Acervo Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra.

No final do século XIX, no casarão, foi estabelecido o primeiro Clube Republicano da região central. Durante o estabelecimento do clube, os republicanos se reuniram e o fundaram em 1882. Um fato honroso para a Vila é que esteve presente Júlio de Castilhos.

Momentos históricos interessantes ocorreram nesse município em função da revolução de 1893, a Revolução Federalista (conhecida

popularmente como revolução da degola). Em 1894 em terras martinenses são degolados pelos legalistas um fazendeiro e um professor natural da Inglaterra, ambos federalistas (maragatos). Ainda nesse ano, são degolados mais 12 maragatos na Picada de São Martinho. Em 1995 a equipe de arqueologia do LEPA realizou algumas prospeções na área que é conhecido como o “cemitério dos degolados”.

Em 1898, é fundada a Loja Maçônica Aurora da Serra no casarão, depois Câmara de Vereadores em 1877 e, por fim, foi ocupado como pensão e padaria. Alguns moradores relatam que nos anos 80 a casa foi transformada em açougue. Isto atestaria a presença de inúmeros ossos de bovinos e suínos no quintal. Porém essa informação foi contraditória. A última ocupação foi como residência do poeta Teófilo Vargas, que morreu no fim dos anos 80. Esse último ocupante, conforme relatos orais, era alcolatra e doente dos “pulmões”. Essas informações acerca do comportamento do poeta, vem a auxiliar na explicação para a presença de vários vidros de remédios atuais, como “transpulmim”, “eno”, e algumas injeções (o aparelho e as ampolas). Sem contar o conjunto de garrafas de água ardente e cervejas.

Assim, conhecida a história de ocupação desse casarão, percebe-se que há diversidade de moradores. Através dos dados e realizando averiguações na parte estrutural arquitetônica verifica-se que essa diversidade está estampada nas alterações construtivas e espaciais que o casarão sofreu ao longo de quase duzentos anos. Existe uma peça em anexo que a oralidade considera como sendo a antiga senzala de uns 16 escravos. Em muitas memórias está viva a história do coronel que tinha escravos, alguns de ofício, a maioria era doméstico.

Conforme nossas averiguações arqueológicas, existiam (em 2002 vândalos destruíram) duas pequenas aberturas triangulares (três tijolos)

que serviam de respiro. O piso era de chão batido e as paredes de pedra. No século XX, passou a ser usada como cozinha. Conseguimos alguns dados de descendentes de escravos que ainda residem em São Martinho, os quais lembram que os avós contavam que logo após a libertação, o espaço que antes era “quarto dos negros” passou a ser a cozinha e construiu-se ali um forno de barro. Conforme as sondagens arqueológicas, foi possível detectar uma grande quantidade de carvão. Outro elemento confirmado é o chão batido.

Em se tratando de sítios históricos temos um certo cuidado quando planejamos uma atividade de campo para não nos contaminarmos com os documentos escritos e sim tratar o sítio histórico como outro sítio arqueológico qualquer.

Assim, em dezembro de 2002, escavando na área da antiga senzala, onde se encontrou muitos fragmentos de louças antigas e modernas, metais, vidros e elementos construtivos, outro grupo iniciou um processo de limpeza e decapagem no que considerávamos quintal ou jardim. Enquanto isso, outro grupo realiza sondagem na área principal de descarte (a lixeira).

Em relação ao porão ou adega, percebemos que dificilmente trata-se de um porão. Primeiro ponto, existe poucas evidências de tralhas domésticas ou agrícolas na área.

Nas três últimas campanhas o conjunto de evidências arqueológicas se resumiu em menos de 50 peças. As evidências são louças, vidros e metal. Duas peças tem uma certa significância: uma caixa de metal (10x15cm) deteriorada com um gargalo em azul cobalto e uma peça de metal decorada e quebrada que pode ser de uma máquina de costura antiga. Ambos estavam soterradas a uns 5 cm de profundidade

Nesta área de aproximadamente 50x20 m (jardim), a uns 15 cm de profundidade encontrou-se alguns fragmentos de cerâmica de negros (é diferente da cerâmica dos horticultores guarani). Com características típicas de outras já encontradas no RS. Em torno de 25 cm de profundidade começamos a identificar um piso compactado (tipo chão batido) e numa camada acima (20 cm) um pequeno cachimbo moldado e decorado com incisões no bojo. Essa foi uma das principais evidências da presença de um grupo tão importante na história da região central do RS.

Nossas intervenções continuaram se estendendo ao longo do jardim. Ao término dessa jornada concluímos, em princípio, que esse local poderia ter sido ocupado como um avarandado ou a própria cozinha do período de 1820 a 1890, pois era comum nesse período a cozinha não ser anexada ao casarão. Mas poderia ser também um espaço reservado aos escravos, pois os fragmentos de cerâmica são de três panelas pequenas. Não se sabe se essas panelas serviam para cozinhar também a comida para os donos e depois ser colocada em pratos de louça quando na mesa do casarão. Ou era apenas para a comida dos negros.

Figura 78 – 79 casarão dos Mello, antes (1997) e depois da cobertura de proteção (1999). Foto Saul Milder.

Figura 80 - 81 parede lateral do casarão (equipe organizando a primeira intervenção nos fundos) e foto 4 (ao fundo vê-se a antiga porta da senzala - 1999). Foto Saul Milder.

Figura 82 - 83 parede lateral da antiga senzala e visão parcial da entrada da antiga senzala ao fundo (1999). Foto Saul Milder.

Figura 84 - 85 detalhe das janelas triangulares da antiga senzala (2000) e sondagem realizada dentro da senzala abaixo da janelas (2001). Foto Neli Machado.

Figura 86 - 87 detalhe de uma parede interna do casarão (pau-a-pique); porão após limpeza. Foto Neli Machado.

Figura 88 - 89 visão geral das paredes do fundo da casa. Foto Neli Machado

Figura 90 - 91 visão geral das paredes laterais. Observa-se o padrão construtivo. Foto Neli Machado.

Figura 92 - 93 visão parcial das paredes internas da casa.

Observa-se os elementos que compõem a construção da parede: barro, taquaruçu alguns cortados ao meio, entrelaçados, compondo a popular parede de pau a pique. Foto Saul Milder.

Figura 94 - 95 Visão parcial das paredes internas.

Observa-se a forma de construção e os materiais utilizados: foto A (F-G): o forro é de madeira largas e justapostas, a parede é pau a pique, rebocada com uma camada de barro fino, cimento e areia, e pintada com cal. Foto B (F): parede dos fundos: camadas de blocos de basalto cortados, tijolos para preencher espaços pequenos, e barro para compor as camadas verticais. Foto Saul Milder

Figura 96 – 97 Visão parcial do interior da casa (F –G)

Observa-se a janela, a porta e as paredes de pau a pique já destruídas. Foto B detalhe da parede peça D, uma sobreposição de cores com o detalhe em azul. Observa-se o eixo central – viga de madeira resistente e original. Foto Saul Milder

Figura 98 visão parcial da parede externa de um dos lados do casarão. Identifica-se a forma de construção e como os elementos foram sendo selecionados e colocados: lajes de arenito, blocos de arenito lascados, tijolos, fragmentos de telhas para o preenchimentos, argamassa, cimento e adobe. Foto Saul Milder

Figura 99 - 100 detalhe das paredes externas.

Foto A (parede externa D): vê-se a composição de blocos de basalto cortados finos (altura de +- 8cm), blocos de arenito redondos e lascados, tijolos, pequenos blocos de basalto em decomposição que serviram de preenchimento, barro. O reboco é de cimento e areia. Foto B (parede externa - junção A-H) camadas de tijolos, blocos de basalto e arenito e tijolos, com reboco de cimento e pintura a cal. Foto C (parede fundos - encontro das duas paredes G e H, esta parede apresenta -se com tijolos bem organizados e o alicerce formado com blocos e lajes de arenito e basalto. Foto Saul Milder

Figura 101 - 102 Detalhe das aberturas – janelas.
Visão interna, janela A da peça F, janela B peça B. Foto Saul Milder

Figura 103 - 104 aberturas.
Janela A peça F, fundos; Janela B peça B, visão externa. Foto Saul Milder

Figura 105 -106 visão externa da abertura.
Janela lateral da peça F. Foto B visão interna da peça A, vê-se ainda aos fundos o que sobrou do assoalho de madeira, na frente apenas as vigas de sustentação para o antigo assoalho. Foto Saul Milder

Figura 107 – 108 visão do porão.

Foto A observa-se a estratigrafia da parede. Foto B vê-se a parede interna dos fundos e a abertura de saída e entrada. Foto Neli Machado

Figura 109 cravo de metal.

Ainda encravado numa antiga madeira da casa. Foto Neli Machado

Figura 110 tijolo

Da porta dos fundos com as marcas dos dedos dos antigos oleiros. Foto Neli Machado

Croqui 3 atividades no casarão e disposição das peças.

Legenda

A peça maior da casa, nos anos 80 serviu de salão de baile, de assoalho de madeira (tabuas largas, a largura varia em torno de 20cm) – 4,35 x 9,70m

B parece ter sido uma sala de jantar (4,50 x 4,10m)

C um pequeno corredor de 1,70 x 6,40m, o piso é o popular “piso queimado” em vermelho

D esta peça é toda em assoalho de madeira, nas paredes se observa a sobreposição de pinturas ao longo do tempo, atualmente está em rosa, mas o friso em detalhes de ramos de flores foi em azul e branco. No final do século XIX, pelos relatos orais, esta sala serviu de ambiente de reuniões para a câmara de vereadores (5,20 x 6,50m)

E este pequeno espaço (4,50 x 2,30m) também em “piso queimado” parece ter sido ocupado como um pequeno cômodo. Em conversas e conforme relatos orais dos moradores, este pequeno quarto foi redimensionado na época da loja maçônica (século XIX)

F esta área de 5,20 x 2,70m também parece ter sido um pequeno quarto. As paredes dos fundos têm aproximadamente 70 cm de espessura. O piso é de tábuas largas.

G peça de 6,30 x 2,70m com uma janela de 3 m, todo em piso de tábuas largas, a parede que separa a peça F da G é em pau a pique, abaixo desta peça está o porão ou adega. Existe uma saída para os fundos da casa através de uma pequena escada toda em tijolo.

H está peça de 4 x 10 m foi ocupado no século XIX como área dormitório para os negros escravos domésticos. No século XX foi ocupada como cozinha na parede dos fundos foi construído um pequeno forno para pães. Na parede lateral existe duas pequenas aberturas triangulares (três tijolos de 30 cm) que servia como respiro. O piso sempre foi de chão batido.

I Está área (5,70 x 2 m), é toda em chão batido (realmente um chão muito compactado), as paredes foram feitas na própria rocha – basalto em decomposição, a altura de 1,30 m. Na parede que dá para os fundos é feita de tijolos e pedras.

J área externa, descoberta, existe um poço de água (a parte visível é toda em tijolo), a tampa é de madeira. O piso desta área é em grandes lajes de arenito, o poço está a 1,10m distante da parede da senzala e 4,50m da parede dos fundos da casa. Na soleira da porta existe uma pedra de arenito.

L está área descoberta, de piso compactado parece ter sido um jardim ou um avarandado, típico de casas coloniais da região. Na área que dá para os fundos existem tijolos colocados de forma organizada como para um canteiro de flores.

S sondagens arqueológicas 1998, 1999, 2001, 2002, 2003. 1x1m, 2x1 m e 4x2 m (decapagens)

AD área decapada sistematicamente – área do porão ou adega

CAPÍTULO IV

DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS – SÍTIO CASARÃO DOS MELLO

Escrever sobre documentos arqueológicos é escrever e desenterrar um cotidiano que aos olhos de muitos passa a ser apenas doméstico. Porém, nos sítios em questão, especialmente o sítio Casarão dos Mello, nos remonta e apresenta um momento histórico de comércio e de relações diárias e fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade.

Conforme descrições, por volta de 1888, *“sobe atualmente de 16000 almas, inclusive estrangeiros e poucos escravos”*. São Martinho da Serra é descrito como sendo uma bonita vila, bem organizada, com boas casas de comércio. Existiam três armazém onde se vendiam secos e molhadas, louças, ferragens e miudeza em geral (1878).¹⁸

Assim, a região da Serra vem a caracterizar um sistema de aquisição tanto de mercadorias domésticas como de consumo diária e até mesmo produtos agropastoris com grande vinculação de um comércio auto-suficiente local mas com relações regionais, pois é atestado que muitas mercadorias vinham de mercados distantes.

Personagens fundamentais permeiam a economia do século XIX nas regiões do interior: os mascates e os donos de armazéns, que provavelmente seriam mantidos pelos mascates que repunham suas mercadorias nos portos de Rio Grande e Montevideu. Dessa forma, os fragmentos arqueológicos exumados apresentam um momento dinâmico na economia do interior do sul do Brasil.

Selos arqueológicos:

Foi possível identificar várias marcas de fabricantes. Uma delas é identificada por uma âncora impressa com dois números de cada lado.

¹⁸ Pedrazzi e Costa, 1999.

Este símbolo pertence a companhia Davenport instalada em Longport, Staffordshire, Inglaterra de 1793 a 1887, referente a uma louça produzida em 1836 (MacDonald-Taylor, 1992).

A outra marca é caracterizada pelo nome do fabricante J&G.ALCOCK COBRIDGE. A louça produzida por esta companhia, instalada em Staffordshire, Inglaterra, de 1769 até os dias atuais, refere-se ao período de 1839 a 1846 (Cushion, 1987).

Em uma das últimas intervenções arqueológicas, foi encontrado um pequeno fragmento, provável prato raso, com o selo impresso da fábrica de Louças Santa Cruz. Conforme algumas explicações, segundo indicações de arqueólogos de Taubaté, essa fábrica havia produzido louças apenas para distribuição em presídios no Brasil.

Figura 111 a 116 tipos de selos, em alguns é possível identificar o fabricante: Bakers, Ironstone, Fabrica de louças Santa Cruz, Taubaté.

1. Cerâmica Vidrada

Conforme Ognibeni (1998) a cerâmica vidrada é um dos materiais arqueológicos mais ocorrente nos sítios coloniais, aparecendo com frequência nas áreas de colonização espanhola e portuguesa.

A maior parte deste material relaciona-se a pratos e tigelas, jarras e marmitas, utilizados na preparação de alimentos. Este tipo de cerâmica é produzido e utilizado com frequência ainda hoje em todas as partes do país, impedindo, assim, que sirva como marcador cronológico. Sabe-se, na realidade, que foi comum em assentamentos coloniais dos séculos XVIII e XIX, sendo substituído, aos poucos, após a entrada da faiança tina, mais barata e mais resistente, mas não abandonado totalmente. A louça vidrada é uma cerâmica feita geralmente em torno e coberta por um esmalte vidrado. (Ognibeni, 1998)

Esses objetos de barro vidrado teriam sido produzidos no Brasil já desde o século XVIII, em Minas Gerais, segundo Brancante (1981). Por outro lado, Andrade Lima *et al.* (1989a) destacam que a louça vidrada viria de Portugal, compondo o equipamento doméstico dos primeiros colonizadores e que, apenas em documentos do princípio do século XIX é que aparecem referências à produção local deste tipo de cerâmica. Bahia, Minas Gerais e São Paulo seriam centros produtores de cerâmica vidrada que as vendiam para outras áreas através do comércio de cabotagem. As negras “de ganho” vendiam produtos neste tipo de louça no século XIX. (Ognibeni, 1998)

Figura 117 a 119 tipos de louças vidrada.

2. Faiança Fina

A louça em faiança fina da coleção foi analisada e separada quanto aos seus padrões decorativos, relacionados abaixo e segundo Ognibeni, 1998:

1)*Paris Pattern*: este padrão é caracterizado pela forma em que foi moldada a louça, relacionado a pratos lisos, com bordas estreitas e planas. Foi um dos estilos de pratos lisos em *creamware* mais popular nos primeiros dez anos do século XIX em sítios norte-americanos (Wall, 1994).

2)*Queen's Shape*: motivo em que as bordas dos pratos possuem sulcos e ondulações. Foi uma das primeiras formas decorativas em *creamware*, sendo criado por volta de 1762 (Hume, 1991).

3)*Royal Pattern*: padrão criado por J. Wedgwood a partir do padrão Queen's Shape, omitindo o sulco que contornava a margem dos pratos neste padrão, criado em 1762 foi produzido em *creamware* e *pearlware* (Hume, 1991:125)

4)*Feather Edge*: padrão criado por Wedgwood por volta de 1765, caracterizado por bordas em relevos tipo penas ou folhagens, em *creamware* (Hume, 1991).

5)*Shell edge*

6)*transfer Printing*

7)*Peasant Style*

8)*Peasant Style policrômico*

9)*Floral*:

Os padrões decorativos citados (*Paris Pattern*, *Royal Rim*, *Queen's shape*, *Feather Edge*) em *creamware*, foram criados por volta de 1762, segundo Noel Hume (1991) e substituídos no mercado, ao longo das duas primeiras décadas do século XIX.

Em sítios arqueológicos americanos, a louça em *creamware*, após 1820, praticamente desaparece, sendo apenas alguns poucos exemplares resgatados neste período (Wall, 1994).

Segundo Hume (1991) o período de produção das louças em *creamware* vai de 1762 a 1820. Isto porque, desde 1780, quando foram criadas as louças em *pearlware*, foi ocorrendo um gradual desaparecimento deste tipo de louça de esmalte amarelado, Wall (1994) que trabalhou com sítios dos períodos de 1780 a 1820, observou que no período de 1780 a 1800, a louça mais popular foi a *creamware* no padrão *Royal*, enquanto que no período de 1800 a 1810, a louça em *creamware* no padrão *Paris* é a que mais aparece no registro arqueológico. Estes dados reforçam a idéia de Hume de que este tipo de louça com esmalte amarelado teria desaparecido do mercado já por volta de 1820. (Ognibeni, 1998)

Shell Edge: Padrão que se caracteriza pela decoração incisa nas bordas, onde é aplicada uma pintura, na maioria das vezes, em azul ou verde (Andrade Lima, 1989a). Este padrão aparece por volta de 1780 e foi provavelmente um dos primeiros padrões utilizados para decorar a faiança fina denominada *pearlware*. A cor mais habitual é a azul, embora também apareça em verde, marrom, preto, vermelho e simplesmente branco (Schávelzon, 1991). O período de sua fabricação estaria entre 1780 e 1830, sendo que por volta de 1800 já estaria sendo exportada para a América do Norte (Andrade Lima, 1989). Por outro lado, Majewski & O'Brien (1987:152), consideram que a ocorrência deste padrão abarca o período que vai de 1780 a 1860.

Segundo Miller (1980), devido ao baixo custo deste padrão, ele foi amplamente consumido e, já na década de 1850, seu preço estava se aproximando do padrão de louça branca sem decoração (*ironstone*) o que fez com que sua produção fosse interrompida justamente no momento em que estava no auge de seu consumo. Geralmente, em inventários, esta louça aparece avaliada com um preço intermediário entre a louça branca "ordinária", mais barata, e a louça "pombinhos" (*Willow*), mais cara (Symanski, 1997).

Figura 120 - 121 *Shell Edge Azul: bordas*

- *Shell Edge Verde*: A faiança fina no padrão *Shell Edge* produzida a partir de 1780, continuou a ser manufaturada no século XIX, embora a ocorrência da pintada em verde tenha diminuído através do final do período *pearlware* (Sussman, 1977).

Figura 122 - 123 *Shell edge verde*

- *Shell Edge* sem Pintura: Padrão decorativo onde são feitas as marcas incisadas mas não é pintada a faixa de tinta sobre o relevo. Encontra-se na bibliografia apenas duas referências a este padrão. Schávelzon (1991) cita a existência do padrão *shell edge* sem pintura mas não fornece nenhuma informação cronológica.

Transfer-printing: O *transfer-printing* foi uma técnica que começou a ser desenvolvida no final do século XVIII e que permitiu que motivos decorativos fossem impressos nas louças facilitando a produção em massa. No início, entre 1780 e 1800, inspiraram-se na porcelana chinesa (*chinoiserie*), com o intuito de penetrar em um mercado ainda

dominado por ela (Andrade Lima, 1995). A autora indica ainda que os anos de 1815 a 1835 viram o desenvolvimento de um culto ao pitoresco, com motivos em medalhões ao centro dos pratos e bordas de vegetais e motivos geométricos. Em 1828 os ceramistas descobriram uma forma de aplicar as cores verde, amarelo, vermelho e preto sob a glasura (Majewski & O'Brien, 1987). As cores azuis, até então as preferidas, começaram a perder exclusividade. O pico de produção destas louças decoradas em transfer-printing foi entre 1820-1840 quando sua popularidade foi perdendo espaço para as decoradas no método denominado Borrão Azul, introduzidas por volta de 1840 (Majewski & O'Brien, 1987).

Figura 124 a 136 exemplos da variedade de motivos decorativos da coleção em transfer printing.

Figura 137 – 138 reconstituições graficas de tampas e fundos de tigelas ou xicaras.

7) *Peasant Style*, azul: Decoração floral pintada à mão em traços grossos, que cobrem a maior parte da superfície da peça. Quando pintadas somente em azul são atribuídas ao período de 1810-1860 (Majewski & O'brien, 1987).

8) *Peasant Style*, policrômico: decoração floral pintada a mão com traços grossos que cobrem a maior parte da superfície da peça inicialmente em azul cobalto e em tons terrosos como marrom esverdeado, laranja e amarelo (Majewski & O'Brien, 1987:157).

Entre 1840 e 1860, aparecem em tons claros e são introduzidos os tons preto, verde, azul, vermelho e rosa, em adição aos tons terrosos.

Figura 139 a 142 exemplos de fragmentos com motivos florais.

9) Floral: Padrão caracterizado por pequenos elementos florais espalhados sobre um fundo liso. Foi popular entre 1840 e 1860. Um motivo típico deste padrão é composto de uma fina linha preta em forma de haste com pequenas folhas verdes e flores estilizadas em vermelho ou azul. Ao contrário da decoração no padrão *Peasant style*, a floral deixa largas porções da superfície da louça sem decoração. Este tipo de decoração, assim como a em *Peasant Style*, ocorrem na maioria das vezes, em louças destinadas a jogos de chá, como xícaras e bules.

Figura 143 a 148 foto de uma malga, reconstituição gráfica de uma tampa e reconstituições gráficas de bacias ou tigelas.

- Banded ou Annular: Logo após os pratos em shell edge, o motivo decorativo em louças em *pearlware* mais comum encontrado no princípio do século XIX é o das louças conhecidas como anular ware. Estas eram, geralmente, na forma de canecas, jarras e malgas decoradas em bandas coloridas horizontalmente em preto, marrom, verde, azul claro, etc., que foram muitas vezes usadas para preencher os sulcos feitos pela máquina de tornear. Esta técnica já era usada, por volta de 1785, em *creamware* mas foi popularizada no século XIX em *pearlware*.

Figura 149 a 156 Blue Banded: louças decoradas com bandas coloridas horizontalmente em azul

- Mocha: Pertencendo ao grupo das "*anular wares*", são louças com ornamentos em marrom, caracterizados por imitações de ramos ou algas, criados a partir de uma mistura de suco de tabaco e urina, denominados de louça mocha (Hüme, 1991). As louças decoradas

neste motivo foram criadas na Inglaterra por volta de 1790, sendo produzidas através de todo o século XIX, tornando-se um produto barato tanto local quanto para exportação. Segundo Hume as louças em *mochaware* foram produzidas no período de 1795 até 1890.

Outros tipos de cultura material proveniente do sítio arqueológico

Figura 157 – 158 Chaleira de ferro e tampa de uma moringa de barro torneado. Acervo LEPA.

Figura 159 - 160 Alguns metais do casarão. Fragmentos de panela, puxadores de móveis (gavetas), parafusos, fechadura, parte da proteção do fogão a lenha, parte de máquina de costura. Restos biológicos, a maior parte é de gado vacum.

Cerâmica afro-brasileira

Figura 161 a 164 Fragmentos de cerâmica afrobrasileira. Fabricação escrava, os fragmentos foram encontrados na parte do quintal, próxima a senzala.

Figura 165 - 166 Cachimbo moldado encontrado também na área do quintal.

Comentários acerca do uso de cachimbos pelos africanos e descendentes

Considerando as informações arqueológicas a respeito desse grupo social que foi agente de um momento histórico importante para a formação étnica e econômica do Brasil, é que tornamos pela primeira vez acessível a informação de que escravos viveram e vivenciaram situações no interior do RS.

Registros escritos poucos existem a respeito da história escrava em regiões interioranas do sul. Com as escavações arqueológicas no casarão conseguimos recuperar dados que confirmam a presença intensa desses indivíduos.

As escavações não prosseguiram, mas os poucos fragmentos já serviram para aguçar e clarear as mentes de descendentes desses escravos de São Marinho da Serra, pois foi somente com a escavação e as conversas que pessoas da comunidade assumiram que tem sangue negro. Quando começamos a falar sobre o que estávamos escavando e o que isso representava para a história brasileira foi que vimos aflorar um sentimento de pertencimento à história da escravidão africana. Dessa forma não tivemos tempo de ir mais longe, mas a tese não se encerra em si, portanto pesquisas novas virão.

Para dissertar sobre o que esses fragmentos representam buscamos considerações em Agostini, 1998.

Conforme a pesquisadora, certos aspectos do cotidiano dos escravos, são identificados pelo uso dos cachimbos cerâmicos nos meios urbanos e rurais. Os contextos arqueológicos, assim como os relatos de viajantes que vieram ao Brasil no século XIX nos informam que tanto os ambientes domésticos quanto os públicos foram cenários de encontros entre escravos, e em ambos o uso desses objetos foi constatado. (1998)

Na caracterização de tipos populares, talvez com o intuito de ressaltar um aspecto de personalidade, dão um ar de vadiagem aos negros que andavam folgados fumando seus cachimbos. O fumo em cachimbos foi retratado nas mais diversas situações. Nos mercados de escravos aparece como uma constante, embora devamos relativizar tal frequência, como sugere Oliveira, ao discutir o uso da literatura dos viajantes. Os negros fumavam não só em locais onde estavam confinados ou trabalhando, mas, principalmente, na rua. (Agostini, 1998)

A rua, aparece como um local onde vínculos com antigos costumes são mantidos, onde se torna possível encontrar vestígios de usos materiais e crenças de origem africana, nem sempre com ligação direta a uma cultura ancestral específica, mas a identidades preexistentes que passam a ser reelaboradas. É neste contexto que o uso dos cachimbos foi frequentemente retratado, além dos ambientes familiares, e em locais mais afastados (como córregos de rios, afastados do centro da cidade, que serviam para a lavagem das roupas), dando um ar recatado aos encontros. (Agostini, 1998)

O uso dos cachimbos decorados como objetos cotidianos e públicos mostra que circulavam sem distinção aos olhos do branco. Rugendas mostra uma cena de uma negra com seu cachimbo junto a um padre. Para Agostini, este cachimbo era decorado e utilizado como uma forma de expressar identidade, como faziam com o próprio corpo, esta é uma cena bastante interessante, na qual aparece a sutileza do uso de símbolos, onde o padre, no caso, não tem acesso aos seus possíveis significados. Percebe-se a manutenção de traços étnicos como uma forma de resistir à coisificação pretendida pelo colonizador, e, desta maneira, o uso dos cachimbos como uma estratégia de resistência. (1998)

Agostini apresenta uma forma de relacionar o material arqueológico com questões de identidade ou etnicidade, pois são a partir desses encontros do dia-a-dia que pessoas de diferentes origens recriam laços constantemente e nesse sentido, a recriação/reconstrução da própria identidade étnica nos parece um ponto central.

Para entender como os cachimbos produzidos por negros no Brasil colonial podem ter servido como suportes para manifestação de etnicidade, é preciso considerá-los como veículos de informação que pode ser transmitida através de estilos específicos. Hegmon (1992: 528) destaca que "um componente importante [na relação da cultura material com etnicidade] (...) é o entendimento de que esta associação não é automática, (...) mas estilo - uma maneira de fazer ou decorar a cultura material - é um componente ativo na definição de grupos". A autora ressalta, ainda, como a informação transmitida através do estilo é complexa e muitas vezes ambígua, e lembra Wiessner que argumenta que esta ambigüidade da informação estilística pode ser vista como "(...) uma estratégia importante nas relações sociais". (Agostini, 1998)

Agostini escreve que a possibilidade dos cachimbos terem sido usados como elementos de representação de *status* social entre os escravos não pode ser refutada, o que não descarta uma relação étnica, mas até o momento não encontramos um contexto que demonstre isto com um mínimo de segurança. (1998)

Um outro aspecto considerado é o da produção de estilos, e, conseqüentemente, dos cachimbos. Sobre a produção destas peças levantamos duas possibilidades. A primeira delas diz respeito a uma confecção individual. O uso de moldes vem aparecendo com maior freqüência nas amostras, principalmente entre os cachimbos com decoração mais elaborada. Segundo Arnold (1994: 181), esta técnica

facilita o fabrico, ampliando assim a possibilidade da sua produção ser feita sem a necessidade de indivíduos 'especializados'. De uma maneira geral, o acabamento das peças não é de extrema precisão, algumas apresentando um aspecto bastante rústico. (Agostini, 1998)

Por outro lado, devemos relevar que a confecção em moldes facilita a reprodução. Assim, consideramos também a possibilidade da produção de cachimbos estar inserida numa economia informal. A participação dos escravos num comércio interno vem sendo identificada principalmente por estudos de comunidades quilombolas.

A possibilidade de centros de produção estarem relacionados aos escravos, não descarta a confecção doméstica de cachimbos, embora não tenham sido encontrados, até o momento, os moldes correspondentes às peças confeccionadas a partir desta técnica. Este comércio interno, que proporciona uma circulação muito particular de bens produzidos e adquiridos pelos escravos, poderia acarretar problemas com relação ao uso de símbolos étnicos, como alerta Hegmon (1992: 527), de uma limitação a subgrupos (como o dos produtores) do entendimento de significados então conferidos a padrões estilísticos. No entanto, para Agostini deve perceber principalmente as escolhas que envolvem a aquisição e uso da cultura material. (1998)

Fazendo uso das pesquisas de Agostini, identifica-se muito dados que devem ser revistos na história africana do RS, pois levantando dados da cultura material pode-se entender a dinâmica entre os indivíduos que os produziam e os usavam.

Tabela 1: Sítio Casarão dos Melo - Senzala / Adega / Sondagem

	Borda	Corpo	Fundo	Asa	Apênd.	Estat.	Indent
Branca	146	807	86	18	1	1	1
Branca j.	45	-	-	-	-	-	-
Creamware	134	161	17	3	-	-	1
Branca P.	6	25	5	-	-	-	-
Anelar	48	41	2	1	1	-	-
Branca D.	27	-	-	-	-	-	-
Branca S.	8	6	7	-	-	-	-
Stalian Scenery Azul	8	16	1	-	-	-	-
Stalian Scenery Vermelha	9	27	-	-	-	-	-
Decoração Vidrada	1	8	-	-	-	-	-
Willow Azul	47	140	20	-	1	-	-
Willow Rosa	14	14	4	-	-	-	-
Sheel Verde	8	1	-	-	-	-	-
Sheel Azul	48	4	-	-	-	-	-
Azul Borrão	14	64	1	-	2	-	-
Policroma	19	85	2	-	-	-	-

Total de Louças: 2625 (fragmentos passíveis de identificação)

Outros materiais 5844 (louças, vidros, restos faunísticos, grês)

CAPÍTULO V

REFLEXÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DO RS - AS ARQUEOLOGIAS PÓS DESCOBRIMENTO: ARQUEOLOGIA MISSIONEIRA, ARQUEOLOGIA URBANA, ARQUEOLOGIA RURAL E ARQUEOLOGIA SEMI RURAL

Este capítulo tem o objetivo de analisar alguns aspectos conceituais referentes a um tema atual dentro da arqueologia brasileira.

Discutir arqueologia histórica tem sido, até certo ponto, um debate nacional acerca da problemática: o que é um sítio arqueológico histórico e que tipos existem? Alguns arqueólogos tratam os sítios históricos com determinados diferenciais, isto dificulta as análises interpretativas a respeito da cultura material proveniente desses sítios e suas características regionais, outros associam o sítio aos documentos históricos, às vezes esquecendo de tratar o sítio histórico como um sítio arqueológico.

Pesquisas, tendo esse tipo de sítio arqueológico como objeto, no Brasil, ainda é recente, porém as discussões em termos metodológicos e conceituais estão fervilhando. Atualmente acompanhamos uma série de trabalhos acadêmicos e de contrato envolvendo sítios arqueológicos formados pós descobrimento do Brasil, o que comumente é conhecido como arqueologia histórica.

As discussões em termos de conceituação e denominações desses sítios no Brasil tem resultado num razoável conjunto de artigos, onde os autores relatam suas dificuldades acerca da arqueologia histórica.

Um dado de fundamental importância são as dificuldades que os pesquisadores que desenvolvem projetos em arqueologia histórica¹⁹ têm em definir e utilizar técnicas e metodologias nos sítios encontrados. Percebe-se que a própria definição do que é um sítio histórico e suas dimensões já é um problema. Outro é, como se comporta um sítio histórico, desde sua formação até seu abandono e pós abandono.

No RS, nos anos 80, houve um pipocar de trabalhos em sítios missioneiros (antigos acampamentos de índios guaranis e jesuítas espanhóis). Criou-se, a partir daí, a arqueologia missioneira com técnicas e metodologias voltadas para sítios com este enfoque histórico. Poucos foram, de concreto, os resultados obtidos e aplicações de técnicas específicas para este tipo de sítio. E por problemas outros as pesquisas cessaram. (ver pesquisas de Tochetto²⁰, Barcellos e Kern²¹ e Milder²²).

Para o RS, outro problema de ordem denominativa é a associação das coleções de evidências materiais com as estruturas arquitetônicas. (ver caso do sítio Guarda de San Martin – século XVIII (São Martinho da Serra/RS), Estância Velha do Jarau – século XIX (Quaraí/RS), Casarão dos Mello – século XIX (São Martinho da Serra/RS) e as residências típicas dos imigrantes teutos e ítalo – século XIX (região do Vale do Taquari/RS).

Sobre a problemática de denominação de sítios localizados em cidades ou em áreas rurais é confuso. (ver sítios históricos em Rio

¹⁹A definição de arqueologia histórica que está emergindo atualmente é a que define a arqueologia histórica como o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje. (Orser, 1992).

²⁰Desenvolve pesquisas em sítios históricos em Porto Alegre e faz uso da denominação – sítios urbanos.

²¹Barcellos desenvolveu pesquisa (dissertação de Mestrado) na área das missões com orientação de Kern, o qual desenvolveu projetos em arqueologia por vários anos em São Miguel e São Lourenço.

²²Milder desenvolveu pesquisas em São Lourenço nos anos de 1995 e 1997.

Grande²³, Quaraí-São Martinho da Serra²⁴ e Vale do Taquari²⁵). A associação ou tentativas de análises conjugadas com a documentação histórica aos sítios históricos também é ressaltada em quase todos os trabalhos.

Poucos são os trabalhos que tratam de um sítio histórico como um sítio arqueológico, com seu processo de formação do sítio, modificação do sítio e da paisagem, destruição.²⁶

É comum verificar que os pesquisadores partem para o campo com pressupostos teóricos apriorísticos em mente. Em campo, todas as respostas devem se enquadrar nas perguntas feitas em laboratório, e muitas vezes dados arqueológicos importantes, de composição e comportamento do sítio se perdem devido a esse posicionamento radical do arqueólogo.

A regionalização da arqueologia histórica é interessante no que se relaciona às diferenciações de sítios históricos no mesmo estado, por exemplo o RS. Vê-se que a colonização e ocupação nas áreas da região do litoral se fizeram dentro de um contexto, diferente da ocupação do Vale do Taquari, e este se diferencia da ocupação teuto-italo-açoriana do Vale do Rio dos Sinos, bem como da colonização européia da região central e norte do estado. Percebe-se que a própria questão da formação dos sítios arqueológicos de uma região para a outra diferem, sem falar nas diversidades das coleções de artefatos resgatados.

²³A PUCRS desenvolveu pesquisas arqueológicas em sítios históricos de Rio Grande (dissertação de Ognibeni, 1998).

²⁴Quaraí e São Martinho da Serra são objetos de estudo do LEPA/UFSM.

²⁵A região do Vale do Taquari e seus respectivos sítios históricos tem sido foco de estudo do setor de arqueologia do MCN, UNIVATES de Lajeado.

²⁶Um sítio arqueológico, independente de seu tamanho e complexidade, são funções da atividade humana e dos agentes não culturais, tanto durante como depois da ocupação. (Butzer, 1989)

No que se relaciona a sítios históricos denominados, hoje, como urbanos, pode-se avaliar esta definição pois pertenciam, no século XIX, a área rural ou semi rural. Um caso interessante é o de São Martinho da Serra, que no século XVII, fez parte de um contexto belicoso e de fronteira.

Já no século XIX, foi um dos pontos mais importantes do estado, pois várias discussões políticas se deram em terras martinenses. Somente para ilustrar esse fato, duas lojas maçônicas foram instaladas em São Martinho, dois jornais de considerável importância para a região central do estado estavam localizados nessa cidade, o primeiro clube republicano da região central foi organizado também ali. Porém, no início do século XX a cidade passou a ser distrito de Cruz Alta, passando assim a ser mais uma área do interior, ou seja, rural.

São Martinho da Serra e seus dois principais sítios arqueológicos históricos²⁷ revelam uma cultura material diversificada. Não é possível definir se o conjunto de evidências tanto arqueológicas quanto arquitetônicas fazem parte de áreas urbanas ou rurais²⁸. Na área onde foi a residência do boticário, encontramos evidências de moradores requintados, pois a tralha doméstica é formada por louça fina de bom gosto, apesar de não termos definido nenhum conjunto de louça completo ou aparelhos (de chá ou jantar).

Podemos verificar que peças como xícaras com alças delicadas e decoradas, pratos rasos com pinturas em *creamware*, terrinas em *shell edge*, malgas policromas pintadas a mão, faziam parte do cotidiano deste médico do século XIX, numa cidadezinha que não tinha o

27Sítio Guarda de San Martin (Ibm 10) – 1756 e Casarão dos Mello (Ibm 11) – 1812, ver catálogo do LEPA/UFSM.

28Provavelmente São Martinho, enquanto espaço urbano do século XIX, vai se moldando aos poucos – o pequeno vilarejo que serviu de acampamento para soldados índios e para postos militares, se transforma em uma vila com elementos que atestam o início de uma cidade: lojas maçônicas, escolas, jornais, casas de médicos e farmacêuticos, cemitério, casas de comércio, prefeitura, câmara de vereadores, igreja, clube republicano, comarcas de juizes, casarões em estilo portugueses.

costume de grandes festas como nas cidades grandes (ver pesquisas do Rio de Janeiro e de Pelotas).

Os principais tipos de louças das coleções provenientes dos sítios podem ser representados dessa forma, dados baseado em Lima, 1989:

Padrão “dos Pombinhos” ou “*Willow Pattern*”

Faiança fina inglesa, do período conhecido como *Chinoiserie*. Até 1880 foi fabricado por 54 estabelecimentos cerâmicos ingleses. Apresenta variações de pasta, esmalte e tonalidade azul, mas encontra-se também em verde e rosa, esta última em Maastricht, Holanda.

Padrão “*Milkmaid*”

Faiança fina inglesa. Padrão lançado por Josiah Spode, por volta de 1814, apresenta uma borda floral. O mesmo padrão foi adaptado por outros ceramistas, como por exemplo Davenport, em aparelhos de chá. Foi também copiado pela Don Pottery (1790-1834).

Padrão “*Blue or Green Edge*”

Faiança fina inglesa. Caracteriza-se pela decoração incisa limitada apenas às bordas em tons de azul ou verde. O período de sua fabricação está entre 1780 e 1830, sendo que por volta de 1800 já estaria sendo exportada para a América do Norte. Dada a sua simplicidade decorativa, vincula-se o seu uso a pratos de cozinha.

Padrão “Policromo”

A origem desta faiança fina aponta para a região de Sunderland, Inglaterra. Caracteriza pela produção de louça em lustre rosa e pela policromia, em meados do século XIX. O tipo de decoração foge ao estampado, sendo pintada a mão, utilizando como temática flores estilizadas. Trata-se de uma louça básica. Foi produzida entre 1820

e 1840.

Padrão “Borrão Azul”,

O termo descreve um tipo de estampado em azul, onde a tinta escorre dentro do esmalte, produzindo um aspecto borrado ou um efeito de halo. Foi introduzido na Inglaterra entre 1835 e 1843, sendo popular por toda a época vitoriana (1837-1901), particularmente para a exportação.

Faiança de Maastricht

Maastricht, cidade holandesa situada na fronteira com a Bélgica, teve uma grande tradição ceramista, sendo que a fundação da *Société Céramique* data do início do século passado. Exportou muito para o Brasil durante todo o século XIX até o início do século XX. Na coleção foi possível identificar apenas um fragmento com este selo.

A faiança fina branca

Começou a ser fabricada no século XVIII; numa tentativa, bem sucedida, de se obter uma pasta mais resistente e clara, que dispensasse a aplicação de engobo. A sua fabricação manteve-se ao longo do século XIX. A mais conhecida e que possuímos na coleção é a Wedgwood (firma fundada em 1759 por Josiah Wedgwood sempre foi conhecida apenas pelo sobrenome). Sua produção recebeu diversos tipos de marcas através dos séculos, tendo chegado aos nossos dias.

Como Salém, o dono do casarão - Mello - também possuía um conjunto de louças finas para ser exibido, não se sabe a quem, mas a coleção é digna de pessoas que ao mesmo tempo possuíam recursos e tinham algum gosto, pois senão teriam apenas a louça *ironstone* – louça branca, a mais comum e disponível no mercado do século XIX.

Apesar desses dois personagens fazerem parte da “burguesia do

interior” do RS e terem poder aquisitivo alto, a condição de habitarem um lugar onde o mais culto era provavelmente um descendente de índio com portugueses²⁹, e o outro um imigrante sírio, não os tornou alienados em relação ao que adquirir e onde obter as mercadorias. Outro fato é que São Martinho estava afastado dos grandes centros urbanos como Porto Alegre, Montevideu ou Buenos Aires,

Provavelmente essas mercadorias chegavam via mascate, fato comum no período nessas regiões. Mas o que importa é: o que se encomendava e quem encomendava. Sabe-se que esses mascates³⁰ não traziam aparelhos de jantar ou chá completos em suas mulas, até porque seria difícil carregar. Não podemos esquecer que o elemento geografia é importante e São Martinho da Serra está a 320 km de distância de Porto Alegre e se localiza na serra, a uma altitude de mais de 700 m.

Em 2003, a professora Neida Ceccim Morales, da UFSM, emprestou-me um material de uma entrevista que ela havia realizado para sua dissertação de mestrado, o qual não utilizou, mas achou que eu faria bom uso.

A entrevista foi com América Ceccim Fortes (nascida em 1931) e tratava-se do resgate da história dos primeiros libaneses em Santa Maria. O pai de América, José Tanus Ceccim ou Youssef; um dos mais famosos mascates da região. Mascateava com uma mula e algumas malas de garupa. Vendia miudezas em geral. Outra entrevista com Bartholomeu Ceccim Segundo, também filho de imigrantes sírio libaneses (os pais vieram Para o Brasil em 1904) fala também do sr. José, que era mascate e andava pela serra de São Marinho, segundo ele, um dos locais preferidos.

²⁹Este Mello lutou na guerra do Paraguai e foi condecorado a coronel e depois tornou-se o primeiro deputado provincial da região.

Em outro livro, sobre a imigração dos sírio libaneses³¹, há um relato sobre a vida cotidiana dos mascates da região de Santa Maria. Os mascates abasteciam suas mulas numa antiga casa comercial (casa Orestes) e iam vender nos arredores, principalmente em São Martinho da Serra, que fica a 24 Km.

Um mascate, muito conhecido, Bechara Rechden, marido da personagem principal do livro (casaram em 1922), também vendia em São Martinho. Conforme relato da senhora Genny *“Em São Martinho é que o Bechara fazia seu ponto de parada principal, fazendo pequenas viagens pelo interior e depois voltava para São Martinho. Lembro que ele falava muito que lá ele tinha um grande amigo, o Dr. Miguel Salém”*³². (2003:34)

Os aparelhos de chá, constituídos por xícaras, pires e bules, conforme Miller (1980) eram, dentre as peças destinadas a consumir alimentos, as de maior valor, durante a primeira metade do século XIX.

Peças específicas, como pratos grandes de servir e bules, tinham um custo bem maior que os pratos comuns. Provavelmente, as xícaras e pires também tinham um custo elevado e, conseqüentemente, apenas os mais abastados fizeram uso desses objetos neste período. (Ognibeni, 1998)

Richard Grahlan (1973) escreve e pontua vários aspectos referentes ao modo de viver urbano no Brasil do século XIX, ou seja “grupos urbanos procuravam aproximar-se o máximo possível dos exemplos europeus de organização econômica, estrutura social, atitudes e modo de viver. Os brasileiros se habituavam a consumir comida estrangeira, a usar remédios patenteados para curar suas

³⁰Através de entrevista com os moradores de São Martinho da Serra, obtivemos a informação de que residiu na cidade um senhor sírio-libanes chamado Salim, que foi o mais conhecido mascate da região.

³¹ BARCELLOS, Ricardo (org.) Genny Bestane Rechden. Memórias 100 anos de vida, publicado em Santa Maria, em 2003.

moléstias, a perfumar-se com novas essências, a encher suas casas com móveis estranhos e novidades em artigos sanitários, a iluminar as casas sem o uso do óleo, a ir e retornar da cidade mais rapidamente, a vestir-se à moda estrangeira e a adotar novos tipos de divertimentos, tudo porque os europeus davam o exemplo. Mesmo quando Paris era o ideal, eram os britânicos que supriam o necessário para imitá-los. Ansiosas por fazerem parte da sociedade moderna, as classes urbanas brasileiras adotaram orgulhosamente um novo tipo de vida, portando-se como se estivessem usando um valioso brasão, vistosamente desenhado pelos britânicos e decorados com ornamentos ingleses.”

Em relação às importações, Grahlan (1973) escreve que “um dos aspectos mais interessantes das importações brasileiras era o grau com que estes grupos urbanos, formados pelo processo inicial de modernização, queriam em suas cidades os produtos que existiam no exterior. Poucas coisas são tão intimamente ligadas à cultura de qualquer povo que a sua alimentação”.

Symanski (2002) faz uso de Florestan Fernandes para relacionar o surgimento de uma camada aburguesada no Brasil com a organização do Estado Nacional. Pois “quando condições econômicas, sociais e políticas propiciaram a uma parcela cada vez maior de senhores rurais sair do isolamento de seus engenhos e fazendas e projetar-se no cenário econômico das cidades e no ambiente político da corte e dos governos provinciais. Esse grupo tendeu adotar um estilo de vida urbano, seguindo padrões cosmopolitas, aceitando, assim, formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram mal vistas e proscritas no passado” (Fernandes, 1975: 27).

Esse gênero de vida urbano, burguês ocidental, consolidou-se na Europa com a Revolução Industrial, tendo se irradiado para o Brasil

³² O Dr. Salém mencionado é o boticário Salém.

entre 1820 e 1830 (Queiroz, 1978: 56-57). Queiroz chama atenção para o fato de que foi nesse momento que acentuaram-se as diferenças entre a vida urbana e a vida rural em todos os níveis sociais. (Symanski, 2002)

Para Symanski, “estamos, portanto, diante de um processo no qual as camadas mais abastadas da sociedade adotaram um estilo de vida urbano moldado em modelos e padrões de comportamento da elite dos principais centros europeus. Queiróz aponta o ano de 1820 como a data inicial da difusão desse gênero de vida. A gênese desse processo certamente recua a 1808, com a chegada da família real portuguesa e subsequente abertura dos portos (Lima et al. 1989: 207). Foi a partir desse momento que a sociedade brasileira começou a ter um contato mais intenso com a Europa e com toda a sorte de itens industrializados europeus.” (2002)

Após a abertura dos portos, o Brasil, na periferia do processo de industrialização européia, teria sofrido o impacto brutal da expansão das manufaturas inglesas. (Lima, 1995).

A abertura dos portos da colônia, até então vedados aos não-portugueses, apesar de ter sido para todas as nações amigas, impôs-se pela pressão inglesa, sendo que a Inglaterra era a única que possuía condições de realizar a longa travessia até a América portuguesa (Iglesias, 1993).

A produção em massa de itens que anteriormente era de consumo exclusivo das classes superiores foi um dos efeitos da Revolução Industrial. A queda no preço desses itens inseriu no mercado uma nova camada de consumidores, composta pelos grupos de poder aquisitivo médio e baixo.

A Inglaterra introduz no mercado brasileiro a sua faiança fina, produzida em larga escala, numa faixa de preço acessível à população de médio poder aquisitivo. Numa alternativa entre a faiança

portuguesa, grosseira, e a porcelana comercializada em grande quantidade pelos chineses, no entreposto de Macau, o novo produto conquista o mercado não só pela sua qualidade mas sobretudo pela variedade de padrões, que iam da *chinoiserie* a cenas bucólicas de passagens inglesas, modificando a aparência das mesas e aumentando o número de utensílios necessários a refeição. (Lima, 1989)

Para Lima, o caso das louças é ilustrativo desse processo. Em meados do século XVIII o consumo de porcelana tornou-se uma epidemia entre as classes altas européias. Foi essa epidemia que levou ao surgimento da faiança fina na segunda metade daquele século, como um esforço dos oleiros ingleses para alcançar a porcelana no Ocidente. (1999)

As inovações nas técnicas de manufatura da faiança fina no decorrer desse período, tais como a produção em moldes e introdução da técnica de impressão do *transfer-printing*, permitiram a sua produção em massa e comercialização como um produto substitutivo das porcelanas (Lima, 1999:208).

Esse segmento da sociedade brasileira, grupos de poder aquisitivo médio e baixo, que estava se configurando, cidadãos e instáveis, deixavam-se levar tanto pelo fascínio do que fosse moderno, a ponto de consumirem quase que somente alimentos estrangeiros.

Nas prateleiras das casas de comércio inglesas do Rio de Janeiro do século XIX era comum encontrar alimentos britânicos. Inicialmente, os laticínios encabeçavam a lista, como podemos verificar em Graham que escreve “Um importador recebeu 500 barris de manteiga da Inglaterra num mês, em 1850, e a manteiga inglesa continuou a ser anunciada nos jornais do Rio de Janeiro até meados da década de 1870. O queijo também foi importado da Inglaterra e os queijos londrinos eram anunciados não só no Rio de Janeiro, como também em São

Paulo, outros alimentícios importados da Grã-Bretanha incluíam batatas de Jersey, biscoitos de Huntley e Palmers, molhos e mostarda ingleses e presunto britânico." (1973)

Outro produto comum e importado a ser comercializado era a cerveja inglesa de diversos tipos. Uma casa de comércio recebeu no mês de janeiro de 1850, somente, 200 barris de cerveja e 100 barricas de manteiga. A firma de George Harvey & Silva em São Paulo anunciou sua cerveja de Bass em 1875, e apenas alguns anos depois, no Rio de Janeiro, num leilão de artigos domésticos, foram incluídas 31 garrafas de cerveja inglesa. Entre 1850/4 e 1865/9, o valor das diversas qualidades de cerveja exportadas para o Brasil aumentou de 111.000 libras para 480.500 libras. Mais tarde, talvez devido à competição feita pelas cervejarias construídas pelos imigrantes alemães, este item diminuiu de importância; assim, sua importação de 1885-9 foi de somente 91000 libras. (Graham, 1973)

Outros itens de importância que exprimam a "europeização" da vida nas cidades incluíam remédios e cosméticos. Um anúncio típico era o do unguento Halloway, feito em Londres. Supunha-se que curasse escrófulas, caibras, calos, cancrs, cortaduras, moléstias da pele, ditas do fígado e das articulações, erupções escorbúticas, internas e externas, gota, frieiras, moléstias das pernas, dos peitos e dos olhos, queimaduras, reumatismo, supurações pútridas e úlceras bucais. Em 1882, o Elixir africano do Dr. Hobarts, de Londres, era anunciado como cura certa para uma igualmente impressionante variedade de indisposições incluindo malária, febre amarela, tifo, peste bubônica, menstruação difícil, irregularidades digestivas e anemia. (Graham, 1973)

Outros produtos muito usados foram os perfumes. As senhoras brasileiras eram aconselhadas a usar os perfumes dos mais famosos fabricantes ingleses. Produtos de beleza incluíam óleo para o cabelo de Rowland's Macassar, Odonto para clarear os dentes, e ambos

podiam ser obtidos de Londres ou através de Geogre Janson. Ótimos sabonetes ingleses também podiam ser obtidos, especialmente o “Sabão Transparente Cristal” de William Rieger.

A lista de artigos de luxo importados da Grã-Bretanha não tinha fim. Acham-se referências a relógios e cronômetros, pianos, louça e artigos de cerâmica, selas e equipamentos para equitação, sombrinhas, palhetas, capas de chuva, “charutos londrinos”, armas de fogo, cofres de ferro fabricados por Chubb and Sons, caixões mortuários, tinta para escrever, pó para limpar prataria, bicicletas, tesouras para costureiras e garrafas vazias.

No que concerne à mobília caseira, esta classificava distintamente a posição social e cultural de seu possuidor e, depois dos produtos alimentícios, talvez nada mais fosse tão significativo da mudança do estilo de vida do que este tipo de importação.

O lar brasileiro típico era anteriormente vazio e austero, com tetos muito altos e soalho com largas tábuas. Tal contraste foi imediatamente notado por uma jovem recém-chegada da Inglaterra que, chocada, assim se expressou: *“as casas... certamente não são o que os ingleses chamariam de ‘lar’, pois não existem lareiras, muito raramente alguns tapetes e o mínimo de mobiliário”*. (Graham, 1973)

Segundo Graham, as casas importadoras britânicas logo procuraram corrigir essa deficiência, e os sempre prósperos residentes das cidade brasileiras estavam prontos para comprar o que aparecesse, muitas vezes vendendo aos negociantes britânicos suas maciças, mas perfeitas e ornamentadas peças de estilo colonial. Outros móveis à venda, incluíam uma *“escrivania inglesa”* e *“um sólido lavatório inglês de mogno com mármore e espelho”*. Outros estranhos aparelhos eram importados da Inglaterra, e surgiam anúncios para

“latrinas, lavatórios, banheiros de porcelana, manilhas, ralos para água potável e esgoto, patenteados ou comuns.” (1973)

Verifica-se que é comum em pesquisas arqueológicas a falta de preocupação com a mobília. Torna-se evidente que a maior parte dos móveis são em madeira, portanto com menor resistência ao tempo. Outro fator, em se tratando de mobiliário, diferente da tralha doméstica cotidiana, é que os móveis podem e são usados, repassados pela família. Em nenhum dos dois sítios encontramos evidências de mobília. Afora alguns puxadores de gaveta ou de porta, e no sítio dos Mello, encontramos partes de metal de um fogão a lenha e de uma máquina de costura.

Outro modo de abordar analiticamente a casa é aquele defendido por Wilk (1990), que enfatiza a economia como um fator determinante, de modo que todas as decisões relacionadas ao ambiente doméstico “...escolhas, negociações, desacordos e compromissos que estão envolvidos na construção, compra e uso de uma casa...” (Wilk, 1990:35) são consideradas em termos de comportamento de consumo. Para este autor, a casa faz parte de um campo social mais amplo, de modo que as decisões relacionadas a ela estão ligadas a outras decisões sociais e pessoais. As colocações de Wilk são importantes neste trabalho, na medida que permitem abordar a casa a partir da mesma perspectiva de comportamento de consumo pela qual serão analisados os artefatos semifixos que, primeiramente utilizados no ambiente doméstico para os mais variados propósitos, foram, após perderem sua funcionalidade, descartados como refugo, vindo a formar o registro arqueológico.

Dessa forma, é possível identificar inúmeros elementos que a documentação histórica acaba silenciando se não houver a devida complementação com uma arqueologia regada de boa metodologia e mente aberta para a conversação com o sítio arqueológico.

O problema existe e para tratar desses sítios do interior do RS, não se pode buscar na arqueologia do Rio de Janeiro ou de Porto Alegre, pois os contextos são bem diferenciados e complexos.

Assim, a regionalização do conceito de sítios históricos é de suma importância, além de conceitos como burguesia (a burguesia gaúcha do século XIX é uma só ou para o interior ela é diferente, quem é o burguês do interior?)³³.

Consumo: comportamento ou atitude

A partir desse ponto, trataremos do tema comportamento do cotidiano e comportamento de consumo e algumas situações aparecem como: esse consumo era considerável ou simplesmente para sobrevivência? O que atesta o consumo fútil e desnecessário? Quando tratamos de padrão de consumo ou comportamento consumista do século XIX, podemos entender que, em muitos trabalhos de arqueologia histórica, fala-se em *status*. Mas o comprador rico de São Martinho, teria a quem exibir sua louça fina? Ao mesmo tempo, como explicar que esse comprador adquiria objetos finos, se simplesmente poderia comprar a louça simples.

Em relação ao consumo, Orser (1992) escreve “os objetos podem ser comprados, usados, ou até mostrados como símbolos materiais para indicar quem uma pessoa ou grupo social, é ou pretende ser. Além disso, a disponibilidade de mercadorias pode causar a mudança social, ou ao menos contribuir para ela. As pessoas começaram a encarar os objetos não mais em termos de suas necessidades vitais, mas a partir de desejos relacionados à moda.

³³Depois de verificarmos os trabalhos de Symanski e Lima, e principalmente de conhecermos as áreas de trabalho da equipe da UFPEL, coordenada pelo arqueólogo Fábio Vergara, nos deparamos com a seguinte problemática, afinal o burguês de São Martinho tem o equiparável ao poder aquisitivo dos moradores de Porto Alegre, Pelotas e o Rio de Janeiro, porém sua residência e seu lixo é diferente dos demais, ou seja podemos falar em burguesia gaúcha ou burguesia brasileira no século XIX? (ver Lima 1995 e 2000)

Muitos objetos materiais tornaram-se nas palavras de Adrian Forty, os “objetos de desejos”.

Symanski, também adepto das idéias de Orser, escreve sobre estrutura de comportamento de consumo. “Tal estrutura é empregada com frequência em trabalhos que têm por meta verificar a forma como determinadas variáveis sócio-culturais (no caso a variabilidade do status sócio econômico) são manifestadas no registro arqueológico. Praetzelis et alii (1988:193) definem comportamento de consumo como “a participação de diferentes grupos sociais na expressão local de um sistema econômico nacional”.” (2000)

Symanski continua, “de fato, a aquisição dos itens materiais nas sociedades pré-industriais e industriais ocorre, na grande maioria das vezes, através do comércio e, mesmo que sejam referentes a escolhas individuais, deve ser lembrado que o indivíduo é influenciado pelo ambiente sócio-cultural no qual está inserido, posto que, como assevera Henry (1992:03), o ato de consumir não é somente comportamento econômico, mas também social. Os itens materiais, portanto, podem atuar como indicadores da filiação social de seus usuários, um aspecto que tem implicações significativas sob o ponto de vista de uma arqueologia dos grupos domésticos. Ao fazer parte de um grupo, aqui definido como “...uma coletividade cujos membros compartilham crenças, valores, atitudes, e padrões de comportamento em comum, assim como símbolos que a representam” (Henry, 1987:380), as escolhas de consumo do indivíduo refletirão os gostos dessa coletividade e servirão para reafirmar sua filiação neste grupo. Assim, como observam Orlove e Rutz (1989:17, citados em Blanton, 1994:08), “...um sistema de categorias de bens [pode] ser ligado a um sistema de classificação social”.” (2000)

Em 1998, Symanski baseado em Spencer-Wood escreveu e citou algumas condições que podem influir no comportamento material dos ocupantes de um sítio, tais como: condição econômica, acesso ao

mercado, etnicidade, composição do grupo doméstico, e ciclo de vida dos indivíduos que o compõem.

Através dessas observações é que podemos inferir certas críticas. A maior parte das pesquisas arqueológicas de campo em sítios históricos estão calcadas em coleção de fragmentos.

É comum nas pesquisas arqueológicas usar alguns fragmentos de louças, às vezes sem possibilidades de verificação da peça (reconstituição) como referencial de ocupação histórica do sítio arqueológico. Existem algumas variáveis que deve-se considerar em se tratando de um sítio histórico: as diversas coleções de cacos de louças não refletem a cronologia, nem padrões de comportamento e de consumo, por exemplo:

- cacos não são peças inteiras, portanto são elementos de análises isoladas;
- através dos cacos pode-se investigar os padrões decorativos e as pastas; raras as vezes pode-se identificar as peças através das bordas, asas ou apêndices, fundos e curvaturas;
- a quantidade e porcentagem de cacos não representam quantidade de peças, pois um prato ou xícara, por exemplo, quebrado resultará em dois, seis ou centenas de fragmentos, a incomensurabilidade deve ser considerada;
- a louça em si, como objeto, não representa comportamento ou consumo, pois as louças podem ter sido presente, doação, ou ganhas de herança. Esse último aspecto é muito comum, principalmente no interior do RS.

Existe um caso, no município de Uruguaiana, que pode reproduzir o aspecto de que a louça ou conjuntos de louças não são modelos de comportamento de *status* ou consumo. Por volta de 1973 o

filho do casal (tinha 9 anos) que havia herdado um conjunto de louças finas, por brincadeira escalou a prateleira ou armário onde estavam depositadas as peças e, por acidente, o armário cedeu, derrubando as peças e quebrando algumas. Devido ao acontecimento, sua mãe acabou juntando os fragmentos e colocou-os na lixeira (instalada nos fundos da casa – quintal). Assim, a casa, conforme o relato, muito antiga, construída por volta de 1940, agora tinha em sua lixeira peças antigas, que qualquer arqueólogo desavisado poderá escavar e interpretar como sendo os ocupantes da casa pertencentes ao século XIX, por exemplo.

Dessa forma, e corroborando com nossas observações acima, buscamos em Lima (1989) novamente outra citação sobre as confusões da arqueologia histórica “a arqueologia de espaços domésticos, ao tentar recuperar atividades cotidianas, rotineiras e anônimas de grupos humanos, penetra em um dos domínios mais informativos da cultura, contribuindo para o conhecimento de aspectos não conscientes, e por isso mesmo altamente reveladores da estrutura de uma sociedade.”

Quando se pensa em aspectos não conscientes, necessariamente nos remetemos a atitudes referentes ao comportamento cotidiano humano, como por exemplo, o ato de descartar e o que deve ser descartado, ou o que se deve colocar à disposição de ser descartado.

Os grupos domésticos: alvos de estudo

Conforme Lima, o estudo dos grupos domésticos tem, desde o começo dos anos 80, despontado como a mais fecunda via de investigação da Arqueologia Histórica. O principal fator que justifica esta linha de pesquisa é a relação família/grupo doméstico. Considerada o núcleo de construção básico da sociedade, a família há

muito vem sendo foco de preocupação analítica dos cientistas sociais (Mrozowski).

Porém, na Arqueologia Histórica esse foco deslocou-se para o grupo doméstico, por ser este um conceito mais adequado à natureza do objeto de estudo dessa disciplina: o comportamento humano através dos restos materiais e dos registros escritos.

Então Lima define grupo doméstico baseada em Blanton, como “...um grupo de pessoas co-residindo em uma residência ou composto residencial, e que, até certo grau, compartilham de suas atividades de manutenção e das decisões a ele relacionadas” e o conceito de grupo doméstico é, portanto, mais abrangente que aquele de família, por considerar todos os ocupantes de um domicílio, independente de vínculos de parentesco.

Em Lima, encontramos idéias a partir de Spencer-Wood que por fim, auxiliam em nossas observações como “as evidências materiais provenientes de espaços domésticos somente em raras ocasiões podem ser atribuídas a indivíduos específicos. Relacionadas às mais diversas atividades que foram realizadas dentro e fora das estruturas de habitação, essas evidências fornecem informações sobre o grupo doméstico como um todo, o que pode incluir, além da família nuclear, agregados, pensionistas e empregados, ou seja todos os residentes de uma estrutura doméstica que podem ter criado depósitos de artefatos no pátio da casa em um determinado período de tempo” .

Beaudry (1884:27) observa que os sítios arqueológicos domésticos constituem expressões que são, ao mesmo tempo, normativas e idiossincrásicas da unidade mais básica da sociedade em sua interação com a sociedade como um todo. Assim, ao permanecer entre o material recuperado de um sítio doméstico e os amplos processos que caracterizam uma sociedade, o grupo doméstico é tido

como uma das escalas mais apropriadas para a pesquisa arqueológica (Klein, 1891:88). Ao analisar o material exumado desses sítios, portanto, o arqueólogo recupera evidências que muito podem informar sobre as atividades cotidianas de grupos humanos, relacionadas à produção e reprodução sociais, consumo, e socialização. (Lima, 1989)

Assim, Lima acaba especificando que a “Arqueologia Histórica tem condições de ir mais além, de atingir os aspectos não-conscientes das estruturas tecno-econômicas, sócio-políticas, ideológicas etc., que não aparecem nos registros escritos, se for desenvolvida a partir de uma perspectiva antropológica e nela buscando os seus fundamentos teóricos. Ou seja, o sítio arqueológico e as evidências e como o arqueólogo as lê serão as “ações inconscientes altamente reveladoras dessas estruturas subjacentes: atividades de descarte, formas de deposição, arranjos espaciais, etc., permitem leituras mais aprofundadas dos sistemas sociais.”

Porém, se verificarmos exemplos de áreas denominadas para descarte, identificamos que alguns grupos ou indivíduos têm um comportamento diferenciado.

Conforme pesquisas arqueológicas no Vale do Taquari, encontramos algumas casas que tinham o porão e este servia, e em algumas ainda serve para depósito de lixo. Aqui entende-se lixo, não como algo quebrado, sujo, velho e inútil, mas coisas que de algumas forma tinham um significado, como de lembrança de um passado difícil ou presente de alguém querido.

As pesquisas arqueológicas no Vale do Taquari tem o objetivo, numa primeira fase, de levantar sítios arqueológicos, pré-coloniais ou coloniais. Os sítios coloniais na maioria das vezes são habitações antigas, da segunda metade do século XIX, casas de estilo enxaimel dos primeiros imigrantes germânicos e ítalos que aportaram no Vale.

Conforme o andamento das pesquisas, em algumas casas, na maioria das vezes, a casa “velha” (alguns datam de 1876, variando entre 1839 a 1880) é substituída pela nova, mas a velha permanece ao lado, ou seja, os descendentes mantêm viva a lembrança dos antepassados que *“as construiriam com muito trabalho e esforço”*.

Em relação aos pertences, o porão e às vezes o sótão, e num caso os dois juntos, serviram de local para guardar os pertences dos bisavós e avós, guardaram desde roupas até as louças (*ironstone*-trigal e policromicas) presentes de casamento.

A família Schneider conta que pouco antes da bisavó sair da Europa nos navios, ela se casou e como presente de casamento ganhou um aparelho de jantar, mas como não se podia trazer muitas coisas na bagagem, a jovem senhora escolheu apenas alguns pratos, terrinas e xícaras. Esse material ainda é usado pela família, e conforme vão se quebrando ou trincando, vão sendo depositados no porão, de forma organizada. No momento eles reuniram um pequeno conjunto de louças e garrafas para doação ao Museu de Ciências Naturais da UNIVATES, a fim de expor um pouco do *“passado difícil”*.

O sótão também revela momentos de descarte. Ao observar um típico sótão dessas casas, entende-se um outro comportamento de como abandonar as coisas materiais de forma a não jogar fora numa lixeira, que será soterrada, mas afastar do ambiente usual.

Assim, o sótão serve como depósito de coisas que têm um significado de lembrança carinhosa. Tanto que num sótão apenas, observa-se como os moradores foram abandonando as tralhas. As primeiras coisas abandonadas estão afastadas da abertura no teto, estão garrafas de vinho, talheres, vidros de remédio, vasos de flores, vidros de cola e veneno, recipientes em vidro de creme de cabelo (goma) e conforme vai se aproximando da abertura estão roupas,

calçados, lápis de escrever na lousa, material do trabalho na roça (lavoura), foice, facas, facões...

Em referência às coleções arqueológicas de São Martinho da Serra a análise da vidraria, incluindo garrafas de bebidas (cachaça, cerveja e vinhos) e o conjunto de recipientes farmacêuticos: contagotas, frascos de pílulas e medicamentos líquidos, atestam uma importação significativa de remédios e bebidas para consumo.

Porém, devemos considerar todo o processo de reocupação dos sítios (do século XIX até o fim do XX), por diversos segmentos da sociedade em formação no interior do RS.

Os cuidados com a saúde, o trato da aparência pessoal, está evidente nos vidros de ungüentos e óleos para cabelo produzidos na Inglaterra e no Brasil ; em frascos de perfumes e cosméticos, em sítios do Vale do Taquari é considerável, e nos de São Martinho a coleção é recheada desses elementos.

A presença de mulheres nos sítios, além da louçaria, fica marcada através dos dedais, tesouras, adornos, como contas e medalhas, dá mesma forma que brinquedos, como louças de boneca, bolas de gude refletem a presença de crianças nas unidades domésticas.

A partir de estudos dos espaços é possível definir, considerando as funções: áreas residenciais, comerciais, mistas, públicas, administrativas, religiosas, aterros, depósitos de lixo, áreas livres, etc.

Para os dois sítios em questão, a definição do espaço não é possível, pois ambos foram por quase dois séculos sofrendo transformações e reocupações, consideramos também o período de abandono dos sítios.

Um dos materiais mais intensamente estudados, as louças,

espelham aspectos sócio-econômicos e culturais: poder aquisitivo, status social, visões de mundo, etc., são revelados através da análise da qualidade da pasta, das formas existentes e dos padrões decorativos. Na área de dejetos de uma das residências locais foram encontrados inúmeros conjuntos de chá de porcelana chinesa, testemunhando a intensa atividade social de uma próspera família em franca ascensão. Em outras, o achado de louças exclusivamente utilitárias e pobremente decoradas atestou um padrão de vida modesto.

No que diz respeito às louças, *status* e níveis sócio-econômicos de seus usuários podem ser reconhecidos através da sua análise, conforme assinalam Miller & Stone (1970, citados em South (1978:80). De acordo com esses autores, por exemplo, porcelanas podem ser em geral associadas a pessoas mais afluentes. Entretanto, para que esta possibilidade seja efetivamente demonstrada, South chama a atenção para a necessidade de se estabelecer um padrão para as possíveis diferenças no equipamento doméstico nas classes sociais distintas.

A presença ou a ausência de objetos de custo mais elevado nos refugos parece ser, com efeito, um bom indicador, tendo como premissa básica o fato de que os objetos usados com maior frequência são os mais representados no registro arqueológico. Assim sendo, seria de se esperar uma maior incidência de materiais caros, como cristais, porcelanas, etc

A coleção de restos alimentares aparecem com abundância, especialmente os metacarpos de *Bos taurus*, vulgarmente conhecidos como mocotós de boi, com evidências de corte e descarnadura. Aparecem também costelas e ossos de suínos.

Em relação aos talheres, muito pouco foi encontrado, mas o que foi possível resgatar já é o suficiente para acreditar na possibilidade de um uso já difundido desses utensílios, e conseqüentemente de maneiras

à mesa mais refinadas, o que efetivamente só veio a ocorrer em meados do século.

Ainda Lima (1989) “trabalhando basicamente com o lixo, com aquilo que foi considerado imprestável e, por esta razão, descartado, a arqueologia tenta recompor a trajetória de vida desses elementos materiais, em busca dos padrões passados do comportamento humano que permitiram a sua criação, seleção, aproveitamento, descarte e eventuais reciclagens até o seu abandono final. A feição sócio-econômica de uma população transparece claramente em seus dejetos e a variabilidade dos refugos domésticos reflete, entre outros aspectos, diferenças entre classes sociais.”

Existem alguns elementos que devem ser observados antes de falarmos em padrão de comportamento de descarte como:

- as várias ocupações do sítio
- os regionalismos
- a história do grupo
- o que se descarta e como

No tocante a esses elementos, deve-se refletir sobre o que era descartado, pois se encontra em escavações as áreas de descarte (lixeiros), um universo de evidências que atestam diversos momentos de ocupação do sítio.

Tânia Andrade de Lima, escreve sobre a formação dos depósitos históricos e considera esta como complexa, porque implica em processos que são determinados por uma série de filtros culturais. “Em função do próprio dinamismo de uma sociedade espaços são ocupados, abandonados, reutilizados, transformados, reciclados, restringidos ou ampliados através dos tempos, determinando diferentes

assentamentos que se superpõem no espaço e se sucedem logicamente, com freqüentes perturbações estratigráficas." (1985)

Em sítios históricos trabalhamos com todos os tipos de interferências antrópicas e naturais como descartes, abandonos, perdas, escombros, entulhos, demolições, desabamentos. (Lima, 1985)

Para Lima, "a compreensão dos processos geradores, seletivos e deposicionais dos artefatos, bem como a análise da sua distribuição espacial são determinantes para esta definição. Raramente eles estão dispostos primariamente, na medida em que acompanham toda essa dinâmica, ao mesmo tempo em que dela são um testemunho. Não devem, entretanto, ser desprezados por não estarem mais em seus contextos originais, e sim decifrados com referência a maneira como foram deixados; se corretamente decodificados mantém-se como uma valiosa fonte de informação. Por exemplo, objetos de uso doméstico que não se encontram mais no interior de uma área de habitação, não perdem seu valor informativo se forem recuperados num entulho; o que importa no caso, é a correta identificação e interpretação do seu modo de deposição."

Essa citação acima talvez seja uma das mais interessantes, porém complexa já citada. Pois esse seria o ponto máximo da pesquisa. Através de várias pesquisas levantadas são poucos os arqueólogos que conseguem verificar e registrar esse tipo de perturbações e transfigurações num sítio.

Tratamos de depósitos de lixo que são reveladores das visões de mundo das sociedades que os acumulam, pois a cada uma dessas mudanças no padrão de deposição corresponde uma transformação na ordem social vigente, o que faz com que essas áreas sejam particularmente férteis para estudos processuais. Os dejetos são de início simplesmente jogados junto as casas, logo passam a ser

depositados em fossas domiciliares, especialmente cavadas nos quintais para esta finalidade, passando-se aos primeiros sistemas formais de transporte, como as grandes fossas comunitárias que atendiam a uma pequena comunidade, até se chegar a coleta sistemática aos refugos e reposições em áreas distanciadas dos locais de habitação. (Lima, 1985)

A lixeira do sítio arqueológico Guarda de San Martin revela aspectos também importantes de reocupações do local. Foram exumados inúmeros fragmentos de louça que não eram finas e pertenceram, provavelmente aos primeiros moradores do século XX (os Secchin). Como o buraco cavado não tem estratigrafia definida, devido os pós-deposicionais e bioturbadores, não podemos relacionar a qual momento de ocupação as louças estão associadas, já que sempre desde o boticário o mesmo espaço de descarte foi utilizado (1996) pelos então moradores da casa.

O sítio dos Mello também denota aspectos desse tipo, por exemplo, a área de descarte principal está localizada nos fundos da antiga senzala, e o vizinho (Sr. João) até hoje joga seu lixo (orgânico e seco) nesta área. Com inúmeras sondagens realizadas, identificou-se vários locais com evidências de louças e vidros, porém não consideramos como áreas de descarte, pois podem ter sido resultado de lixiviação ou erosão fluvial.

No sítio Guarda de San Martin, encontramos vários elementos da cultura material, porém não podemos usar como referencial cronológico. As armas e munição por exemplo, encontradas na lixeira, podem ter sido abandonadas ainda na época da guarda militar como terem sido descartadas pelo boticário, num período posterior, considerando que se encontrou apenas partes de armas e munição já estouradas. Isto pode estar relacionado ao local e função da guarda.

Especulou-se sobre a hipótese de enterramento das munições e partes das armas (tambor). Esta atitude foi muito comum em momentos de guerras e pós guerra. Em algumas famílias que tinham armas em casa, na revolução de 1923, no RS, o caso em questão é da região missioneira. Enterravam suas armas nos quintais a fim de esconder se caso fossem autuadas pela exército. Há outros casos (relatos de família do interior do RS) que após a morte de alguém que lutou na revolução de 1893, os filhos enterraram no quintal de casa (1988) todos os pertences bélicos do cidadão-soldado. Essas atitudes demonstram outro grande vínculo sentimental com as “coisas” a serem descartadas.

A cerâmica indígena está associada aos soldados guaranis que serviam no local. Apesar de o solo de São Martinho estar recheado de evidências cerâmicas guaranis.

O conjunto de evidências vem a ser produto de uma economia única do Brasil imperial do século XIX ou para cada sítio e sua correlação com sua região tem de ser criado um perfil, assim não existe um padrão de descarte. O consumidor martinense que compra com tanta dificuldade, não financeira, mas de acessibilidade de mercado, o que ele vai descartar, seria da mesma forma que no Rio de Janeiro ou Porto Alegre.³⁴

Dessa forma é necessário conhecer os relatos e dados dos moradores para entender o lixo e as coisas enterradas.

Acesso às mercadorias

Conforme Ognibeni (1998) “durante os séculos XVIII e XIX, em áreas rurais, o acesso aos mercados principais das grandes cidades poderiam estar limitados, devido às grandes distâncias e a dificuldade de deslocamento (Klein, 1991).”

³⁴A dificuldade de acesso ao mercado ou as mercadorias pode ser um elemento que dificultasse o descarte?

Em nível de comparação os moradores do Casarão e da Guarda - os antigos ocupantes do sítio faziam parte de um grupo que, em relação aos outros moradores da área, possuíam melhores condições econômicas, na medida em que tinham acesso a bens que a maioria dos indivíduos da região, no período, não dispunham. As louças em faiança fina, resgatadas em grande quantidade, embora façam parte de um grupo de artefatos de custo baixo, ainda assim, no contexto em que a ocupação do sítio estava inserida, indicam acesso a um mercado de bens de uso doméstico que ainda era reservado aos moradores das cidades ou aos indivíduos com melhores condições sociais.

Para exemplificarmos melhor nosso estudo buscamos no trabalho de Denise Ognibeni (1998) maiores informações acerca de sítios arqueológicos históricos.

O uso de utensílios em faiança fina, indicava certo grau de civilidade de quem as possuía e uma maior consideração ao visitante, mesmo que estas fossem em *creamware* ou como cita Luccock, em louças “amarelas”. (Ognibeni, 1998)

O preço das louças variava também conforme o tipo de peça, sendo aquelas destinadas a servir alimentos as mais caras. As xícaras e pires, segundo Miller (1980), são geralmente mais caras que os pratos.

Desta maneira, a cerâmica vidrada, utilizada como louça não só para produzir e armazenar, mas também para servir os alimentos, estaria misturada na mesa junto a peças mais finas.

Lima (1995), distingue dois ambientes caracterizados pela cultura material, sendo que as louças vidradas, mais grosseiras, faziam parte do ambiente da cozinha, enquanto que as faianças finas ocupavam um espaço diferenciado: o da sala de jantar.

Haveria, por outro lado, conforme a autora, um meio termo, local onde a família fazia suas refeições, longe dos olhares de estranhos e onde os equipamentos utilizados eram igualmente ambíguos, meio termo entre a sala de jantar formal e a rusticidade da cozinha (Andrade Lima, 1995). Não havendo a presença de fragmentos, no refugo doméstico, de peças de serviço de louças em faiança, poder-se-ia pensar, então, que o aparato doméstico no meio rural "(...) em ambientes cujos ocupantes pertencem a um grupo que possui uma melhor condição social no contexto da região em que vive, a mesa se constituiria de um arranjo entre o novo e o antigo (louça industrializada e faianças portuguesas artesanais), o refinado e o rústico (faianças finas inglesas e cerâmica vidrada). (Ognibeni, 1998)

Symanski (1997) considera que o meio rural seria caracteristicamente mais conservador que o urbano e, portanto, não assimilaria com a mesma rapidez os novos padrões de comportamento que se processam nas grandes cidades ao longo do século XIX. Na área rural, manteria-se, então, um padrão de morar mais rústico. Devemos observar porém que, curiosamente, no princípio do século XIX, na área rural de Rio Grande e Pelotas, os aparelhos de chá foram sendo introduzidos na tralha doméstica. Esta inovação, fora do âmbito das cidades, poderia estar então indicando, ao contrário do que considerou Symanski (1997), que não só no meio urbano assim como no rural, as pessoas de posses na região, já estavam introduzindo em sua tralha doméstica artigos industrializados que, na primeira metade do século XIX, após a abertura dos portos e aos Tratados de Comércio e Navegação, Aliança e Amizade com a Inglaterra, começariam a ser consumidos em massa nos grandes centros urbanos da colônia.

Os primeiros moradores de São Martinho da Serra, especialmente os Mello e o boticário, residiam integralmente na Vila, que já se configurava como cidade. Eram indivíduos abastados que

moravam na cidade em suas propriedades.

Nizza da Silva (1993) escreve que, "(...) a característica fundamental da maneira de morar no Brasil colonial era a existência, na maior parte das famílias, de uma casa no campo, onde habitualmente moravam e uma casa na vila ou cidade onde só residiam durante as festas religiosas, ou quando os homens ocupavam cargos municipais ou precisavam cuidar dos negócios" .

Porém conforme relatos orais de descendentes dos Mello, logo após a vinda da Guerra do Paraguai, um dos Mello começou a ter uma dupla moradia, comum durante o período colonial.

Lemos escreve sobre o assunto "Cidades vazias porque seus donos, a fina flor da sociedade, moravam na roça. No perímetro urbano residiam permanentemente só os negociantes, alguns funcionários públicos, o clero em geral e grande número de artífices, como seleiros, tecelões, oleiros, ferreiros, marceneiros, alfaiates, boticários, latoeiros, etc.(...). (Lemos, 1996: 14)

Comércio e contrabando

Outro aspecto importante para se tratar em estudos de arqueologia histórica é como se dava o processo de aquisição dos produtos na segunda metade do século XIX para o interior do RS. Considerando que São Martinho da Serra, está geograficamente distante dos grandes centros de distribuição e venda de mercadorias, podemos inferir algumas situações de como se procedia a compra das mercadorias.

A partir da oficialização do comércio, com a abertura dos portos em 1808, artigos como as louças, perfumes, remédios, móveis, etc. chegam ao meio doméstico dos habitantes das regiões brasileiras. Sabe-se que havia em diversos pontos do Brasil colônia, principalmente

no sul, próximo à área do Prata, um intenso comércio de contrabando que abastecia um mercado ávido por artigos muitas vezes de difícil acesso.

Ognibeni escreve que o custo das louças, antes da compra entre suas demais categorias de preços, deve ser relacionado às condições de acesso e ao contexto local em que estas são introduzidas. Pois quando um tipo de artefato, mesmo que de custo reduzido frente a outros produtos oferecidos nos mercados dos grandes centros portuários da época, pode, dentro da área em que está inserido e que foi adquirido, usado e descartado, significar uma melhor condição econômica de seus usuários e uma inovação nos ambientes domésticos deste contexto. (1998)

A partir desse ponto, verificamos que os sítios em questão realmente mostram uma realidade na qual mesmo considerando a posição geográfica, havia a disponibilidade de oferta de louças boas e caras.

Segundo Santos, no sul, o comércio se processou, em três fases distintas: nos períodos de 1725 a 1775; de 1775 a 1808 e em uma terceira fase a partir de 1808. (1984)

Com o intenso comércio de animais fulminado pela atividade mineradora acabou transformando o gado necessário para a alimentação e o muar para o transporte em moeda. Apesar deste volumoso comércio, não havia neste período acúmulo de moeda, predominando a economia natural. Isto se dava na medida em que os gêneros importados, dos quais necessitavam os habitantes da província, custavam muitas vezes mais caro que os que estes vendiam, sendo realizada a troca de animais em pagamento às mercadorias (Santos, 1984).

Com essa situação, os gêneros, introduzidos entre as populações

do sul por meio dos caminhos de tropas, eram geralmente constituídos de sal, fumo, açúcar, café, arroz, aguardente, vinho, azeite, bacalhau e tecidos, em nada modificando os hábitos consumistas antigos dos habitantes, pois não se tornaram bons consumidores de manufaturados europeus como o eram os do nordeste açucareiro, dos centros de mineração e do Rio de Janeiro. (Santos, 1984: 100)

A louçaria, um dos nossos principais focos de estudo, revelam aspectos desse mercado consumidor, pois os pratos de louça azul, possivelmente decorados, valem neste período a metade dos arrolados nos documentos da segunda década do século XIX. Deste modo, conforme Ognibeni, poder-se-ia inferir que as louças baixaram significativamente de preço após os primeiros 20 anos do século XIX. O custo das faianças finas vai sendo reduzido ao longo da primeira metade do século XIX, quando estas entram massivamente saturando o mercado e novos tipos decorativos são criados. (1998)

Devemos considerar que o custo dos artefatos relacionam-se intimamente com o momento histórico e geográfico em que foram adquiridos, pois as condições de acesso ao mercado envolvem a forma como estes produtos chegam às mãos de seus consumidores.

Dessa forma, as vias ilícitas de comércio, como o contrabando, as distâncias entre os compradores e os centros de comércio, os caminhos, vendas, meios de transporte e custo constituem todo um contexto que deve ser considerado quando avaliamos o impacto e a forma como estes objetos chegam à mesa dos habitantes de uma determinada região.

Há um acentuado crescimento da economia, sendo que a agricultura, o comércio e a navegação intensificam-se consideravelmente, na segunda fase do comércio no sul, que segundo Santos, neste momento há um grande volume de mercadorias em

circulação. Santos (1984) elaborou uma tabela onde relaciona os bens importados pela capitania do Rio Grande de São Pedro em 1802, onde enumera alguns objetos encontrados em ambientes domésticos do período como agulhas, alfinetes, baetas, botões, cachimbos, chá, chapéus de braga e do porto, facas flamengas, enxadas de ferro, foices de ferro, frascos e garrafas de vidro, louça fina e do porto, navalhas de barba, pregos de ferro, vidro, vinho, etc.

A partir de 1808 e 1810, na terceira fase, a economia sulina, com o fim do pacto colonial e a abertura dos portos às nações européias, percebe um significativo aumento no volume de entrada de mercadorias. Algumas modificações não só na economia como na sociedade rio-grandense ocorrem, pois o charque e o trigo continuam com a predominância, mas o consumo, além de aumentar em proporção, vai se diversificando. Assim à medida que as mercadorias inglesas chegam em quantidade cada vez maior e a baixo preço, a simplicidade da família gaúcha, vai desaparecendo" (Santos, 1984:133).

Segundo Santos, a economia sulina está intrinsecamente ligada à situação geopolítica da área do Prata. A partir do final do século XVII e começo do século XVIII, as potências européias se voltam para a área do Rio da Prata que, então, passa a ser um foco permanente de atrito entre Espanha e Portugal. Depois da segunda metade do século XVIII, Buenos Aires é o grande centro por onde passam a prata do Peru e o ouro do Chile que, por comércio legal e ilícito, era enviado para a Europa e Brasil, financiando a entrada de escravos e mercadorias. (1989)

Os habitantes da área do Prata, abandonados pela metrópole espanhola, mais interessada em manter a rota Porto Belo-Panamá-Guaiaquil-Callao-Lima, enfrentavam períodos de escassez de produtos e viam com bons olhos as incursões dos mercadores portugueses do Brasil. Portugal, interessada na Prata de Potosí, que chegava aos portos

de Montevidéu e Buenos Aires, realizava com estes um intenso comércio de contrabando onde o principal produto era o escravo negro. (Santos, 1989).

Assim, o comércio de contrabando, na região, era realizado na medida em que Portugal desejava a prata andina e os espanhóis artigos europeus e brasileiros, muitas vezes até mesmo com o apoio das autoridades ou, em outras, sob a pressão destas mesmas autoridades que o combatiam. As autoridades fazendo vista grossa a este comércio, permitiam a entrada na área espanhola principalmente de escravos negros, açúcar, entre outros gêneros. Entre as mercadorias de contrabando, uma fonte de grande lucro para os portugueses foram os artigos manufaturados europeus.

Santos (1984) relata que o Rio de Janeiro, neste período, servia como porto intermediário entre os artigos europeus que seriam destinados ao Prata, de onde depois eram despachados para os entrepostos de Santa Catarina, Vila do Rio Grande, Porto Alegre e Colônia do Sacramento, onde eram vendidos legalmente ou contrabandeados para o Vice-Reino do Prata. O Brasil, servia de entreposto para o comércio de contrabando exercido em grande monta pelos portugueses, que comandavam esta prática no Prata. Cedo os espanhóis, embora beneficiados por este comércio, temeram a supremacia portuguesa que, na realidade, representava os interesses comerciais ingleses.

Em Buenos Aires, apesar de ser um porto proibido ao comércio, o comércio de contrabando fez-se desenvolver longe das áreas prósperas do continente, e promover o crescimento de uma forte burguesia comercial.

Os ingleses, penetrando no Prata via comércio com Buenos Aires, ofereceram forte concorrência aos portugueses que, em 1726, já

se queixavam da presença de numerosos navios ingleses que abarrotavam a área com mercadorias trazidas da Inglaterra com preços sem possibilidade de concorrência (Westphalen, 1974).

O comércio de contrabando englobava toda a área da região sul que, dentro dos domínios portugueses, ia de Curitiba a Santa Catarina, Porto Alegre, Rio Grande e Colônia do Sacramento.

Conforme Villalobos, os artigos ingleses penetravam na área platina principalmente via a Colônia do Sacramento, verdadeiro entreposto comercial português encravado nas margens do Rio da Prata, frente à Buenos Aires. Em 1762, durante a ocupação espanhola da Colônia do Sacramento, os espanhóis apresaram em suas águas vinte e sete embarcações carregadas de produtos ingleses (Foi intensa a afluência de navios ingleses no Prata, trazendo as mais diversas mercadorias, entre elas armas, cerveja, aguardente, pólvora, lenços, louça da China, arroz, facas, espelhos, tabaco, roupas, colheres, tesouras, escovas de dentes, chapéus, sapatos, relógios, meias de seda, copos de vidro, etc. (Villalobos, 1965)

Em Montevideu, por trás do comércio de escravos negros, que servia com “cortina de fumaça”, se dava o contrabando de manufaturas inglesas (Machado, 1997).

O comércio luso-espanhol do Rio da Prata em 1778, sofreu a influência do Regulamento para o Livre Comércio, que objetivava assegurar a moeda de prata dentro dos domínios espanhóis (Santos, 1984).

Para Santos este documento, modificando a relação da metrópole espanhola e seus domínios, foi o ponto de partida para a abertura total do Rio da Prata ao comércio internacional. Do mesmo modo, a Ordem Régia de 1796, autorizando o comércio intercolonial entre Buenos Aires e Colônias estrangeiras, trouxe benefícios aos

comerciantes brasileiros. (1984)

Desta forma, via contrabando, os artigos europeus já penetravam no mercado brasileiro sob forma de comércio ilícito.

Segundo Medrano “Las mercaderías que entraban por estos puertos eran enviadas en pequeñas embarcaciones que subía por el río Uruguay hasta Uruguaya, Itaquí o San Borja en Rio Grande do Sul, superando los obstáculos naturales del río. Por ejemplo, el Salto Grande, localizado en la provincia de Entre Ríos que dividía el río en dos sectores a la altura de Concordia, podía ser travesado en las épocas de crecienta por las pequeñas embarcaciones conducidas con habilidad y destreza por sus propietarios. Sin embargo, en las épocas de seca del río, cuando se hacía imposible transponer el salto, el trecho que quedaba a esa altura era realizado en carretas que conducían las mercaderías hasta el puerto de Federación, donde retomaban la navegación fluvial rumbo a los puertos localizados aguas arriba y a los del Brasil.” (1992: 226)

Para Medrano, os produtos que eram introduzidos “alimentos, tejidos de algodón, seda y lana, ponchos de confección inglesa, artículos de perfumería, lozas, ropa hecha, pañuelos y artículos de lujo en general, de procedencia francesa - eran destinados en su mayoría a la población de la campaña riograndense.” (1992: 227)

Em relação aos portos “Casi todos los puertos localizados sobre el río Uruguay estuvieron en mayor o menor grado integrados en este circuito comercial con el Brasil” (Medrano, 1992).

Algumas cidades como Bella Unión, Salto Paysandú, Mercedes, Fray Bento, Nueva Palmira, Carmelo, Constitución, San Eugenio, Tacuarembó e Rivera, todas em território uruguaio; Gualeduaychú. Concepción del Uruguay, Concordia, Federación, Monte Caseros, Paso de los Libres, Alvear e Santo Tomé, em território argentino, formaram

uma importante rede de comércio cujos interesses chegavam até os portos de Uruguaiana, Itaqui e San Borja no Brasil.

Os principais produtos manufaturados chegavam ao RS via contrabando por meios legais, sendo distribuídos pelos contrabandistas e comerciantes locais até Alegrete, toda a fronteira do rio Quaraí, Cruz Alta, Passo Fundo, São Gabriel, Santa Maria, Caçapava e Cachoeira do Sul. Desta maneira, praticamente toda a campanha do Rio Grande do Sul se abastecia e se beneficiava do comércio pelo rio Uruguai. (Medrano, 1992:227)

Em relação aos preços Medrano, escreve “Los productos que entraban de contrabando abastecian, de la misma forma que el comercio legal, toda la campaña de Rio Grande do Sul. Así, tanto los comerciantes como los consumidores podían comprar por precios de hasta un 20 ó 30% más barato. Por este motivo, según informaciones en documentos oficiales, en los municipios de San Gabriel, Santa Ana do Livramento, Itaqui, San Borja y otros, raro era el estanciero que no protegiera a los contrabandistas.” (1992: 229)

Louças finas

Os trabalhos científicos sobre sítios arqueológicos históricos brasileiros têm considerado, na sua maioria, a presença de louças em faiança fina nestes sítios como marco cronológico para ocupações do século XIX. As louças em faiança fina teriam entrado nos ambientes domésticos brasileiros a partir da abertura dos portos de 1808 e dos Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade com a Inglaterra de 1810, momento em que penetram massivamente no mercado.

Conforme Lima (1989a), a chegada da corte determinou profundas mudanças na sociedade brasileira sendo que traz um forte incremento à atividade comercial e substanciais mudanças nos hábitos

de vida da população.

Segundo Symanski (1997), a faiança fina, considerada a louça doméstica mais popular durante o século XIX no Brasil "(...) começou a ser despejada em larga escala no mercado brasileiro, sobretudo pela Inglaterra, após a abertura dos portos (1808). Ela logo substituiu a faiança portuguesa de feição grosseira, que tinha sido, até então, a louça de uso predominante." (p.125)

Autores como Araújo e Carvalho (1993), consideram que "com a abertura dos portos no início do século XIX, o Brasil se colocou como um mercado próspero no que se refere ao consumo dos produtos europeus. Nesta época, a industrialização europeia exigia novos mercados, e a elite brasileira não só importou produtos como também elegeu a Europa como modelo a ser seguido." (Araújo & Carvalho, 1993:81)

Um dado importante, depois destas observações, a ser ressaltado, é que a arqueologia histórica como forma de pesquisa, a partir da cultura material exumada em sítios arqueológicos, pode evidenciar aspectos que, por diferentes razões, não foram registrados nos documentos escritos. Os documentos escritos reiteram a existência da prática do contrabando e, associados aos documentos materiais, podem juntos contribuir para um melhor entendimento do contexto complexo no qual se inserem as mudanças culturais no passado. (Schmidt e Mrozowski, 1988)

Pode-se observar que as fontes documentais escritas sobre o contrabando privilegiam outras mercadorias como o açúcar, o gado, o couro e o charque em detrimento de artigos como louças, talheres, móveis... que, na maioria dos trabalhos, não são mencionados, embora estes artefatos também fossem mercadorias que fizeram parte deste comércio ilícito.

Vários indícios em documentos indicam que as louças em faiança fina penetram em um mercado ávido por possuí-las antes mesmo da abertura oficial dos portos brasileiros aos produtos estrangeiros. Louças em faiança fina já aparecem arroladas em documentos do princípio do século XIX, indicando que este produto já estava sendo consumido neste período pelas classes mais abastadas no sul.

Nas duas coleções dos respectivos sítios estudados, nota-se que a maior quantidade de louça (fragmentos) são em louças brancas e em *creamware* e aparecem padrões que referem-se aos primeiros modelos decorativos feitos em faiança fina.

Existem algumas explicações para a presença expressiva de tipos decorativos característicos de louças que foram produzidas no século XVIII e que, no final da primeira década do século XIX, quando se abre o comércio brasileiro aos produtos estrangeiros, já estavam sendo substituídas no mercado pelas em *pearlware*.

Segundo Ognibeni, uma hipótese seria que o mercado do extremo sul do Brasil foi local de despejo de tipos de louça que já não estavam mais em moda no centro do país e na Europa e, por isto, haveria esta discrepância cronológica. (1998)

Em diversos trabalhos acerca de sítios arqueológicos históricos brasileiros do século XIX, não há nenhuma referência a esses padrões decorativos, nem mesmo como artigo utilizado pelas classes menos abastadas, no caso de terem sido despejados no mercado, a baixos preços, com o intuito de desencalhar uma mercadoria que não era mais consumida nos grandes centros. A presença de louças em faiança fina em *creamware*, primeiro tipo produzido na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, é citada por alguns autores que trabalharam com sítios arqueológicos históricos brasileiros. (Ognibeni, 1998)

Albuquerque e Velozo (1993) citam e denominam erroneamente o termo faiança fina e o termo *creamware* como sinônimos. Segundo os autores “Entre os diversos artefatos e materiais dos sítios arqueológicos históricos no Brasil, aparece a faiança fina inglesa ou *creamware*. Tal tipo de louça vem sendo encontrada em todos os sítios históricos.” Porém o termo *creamware* foi criado pelos pesquisadores americanos para denominar um tipo de esmaltação e pasta em faiança fina, criada a partir de 1760 pelos ceramistas ingleses e que diferia das faianças finas em *pearlware*, criadas posteriormente, que possuíam uma glasura que deixava a peça mais esbranquiçada e acumulava-se nas depressões em um tom azul esverdeado devido à adição de cobalto.

Outra hipótese, para esta questão, seria a de que a louça inglesa chega ao extremo sul do país ao mesmo tempo em que é despejada nos mercados da América do Norte, onde já aparece em inventários em 1769, como afirma Hume (1991). (Ognibeni, 1998)

Dessa forma e baseado em estudos mais aprofundados como o de Ognibeni, entende-se então que o acesso a louças deste tipo no extremo sul do país, muito antes da abertura dos portos, poderia ser o reflexo da prática do contrabando exercida na área do Prata e que, de igual modo, durante todo o período colonial, desenvolveu-se no atual Rio Grande do Sul através de suas fronteiras com a Argentina e Uruguai.

Na área platina, o contrabando dá-se inicialmente pelo negócio do charque, do gado e seus subprodutos, assim os primeiros povoadores e estancieiros das terras platinas puderam de forma vantajosa e, ao mesmo tempo, abastecer-se de mercadorias necessárias à sua subsistência e conforto material, devido a distância em que se encontravam, da corte e de suas benesses.

As louças inglesas foram distribuídas por várias regiões, como podemos observar em Villalobos, onde a industrialização inglesa,

criando uma enorme quantidade de produtos em um curto espaço de tempo, logo sentiu a falta de mercado devido às guerras no continente e a expansão napoleônica e as louças em faiança fina, criadas pelos ceramistas ingleses em meados do século XVIII, já estavam sendo exportadas neste período para todos os possíveis mercados, especialmente o mercado americano. (1965).

Em 1809, um mercador de Santa Fé escrevia a seu sócio de Buenos Aires, ao analisar os efeitos do contrabando, em verdade, todo o que compreende este Vice-Reinado está abarrotado de gêneros ingleses introduzidos por essa via e portos intermediários. (Villalobos, 1965:126)

Entre os inúmeros industriais ingleses interessados na remessa de suas manufaturas para mercados como a América, o famoso ceramista Josiah Wedgwood teve participação ativa, aliado ao grupo dos produtores de artigos em algodão, na Câmara dos Pares, onde declarou que seus artigos, juntamente com outros, permitiam a Inglaterra vencer qualquer concorrência com os mercados estrangeiros.

As louças em faiança fina, produzidas pelas fábricas de Wedgwood, invadiriam o mercado das colônias americanas da mesma forma que foram amplamente consumidas na Europa, quando começaram a ser fabricadas em substituição à porcelana, artigo caro e que as classes burguesas em ascensão ambicionavam possuir. (Ognibeni, 1998)

Segundo um manuscrito confidencial de 1761, em Montevideu, informava que as manufaturas inglesas são “artigos de primeira necessidade nas classes baixas da América do Sul. O gaúcho se veste em todas as partes com elas. Tome-se todas as peças de sua roupa, examine-se tudo o que lhe rodeia, e excetuando-se o que seja de couro, que coisa haverá que não seja inglesa? Se sua mulher tem um

xale, há dez probabilidades contra uma de que será manufatura de Manchester. A caldeira ou a panela em sua cozinha, sua comida, a xícara de louça ordinária em que come, sua faca, suas esporas, seus freios, o poncho que o cobre, todos são artigos vindos da Inglaterra". (Parish apud Machado, 1997:22)

Nas proximidades de Montevideu, a freqüente pirataria fazia com que, em fins do século XVIII, houvesse um intenso contrabando que podia ser observado nos campos do pampa platino, que segundo o relato de um comerciante da época denominado Gualeguay, tão abundante de contrabandos vindos de Montevideu, que em meio ao campo se encontram tendas" . Do mesmo modo outro comerciante de Santa Fé comentava, (...) Parece que toda a Inglaterra veio a esta cidade". (Camargo, 1996:12)

Segundo Cesar, em sua obra "O Contrabando no Sul do Brasil" (1978), cita a carta com instruções secretas enviadas ao embaixador extraordinário da corte de Madrid, em setembro de 1746, referindo-se a Colônia do Sacramento, centro comercial disputado pela Espanha e Portugal, onde "(...)a lisonja dos Governadores de Buenos Aires e a natural antipatia dos seus moradores tem divulgado naquela Corte contra o Governador e o Presídio da Colônia, dizendo que ao seu Porto admitem todos os anos até vinte e cinco navios ingleses, sendo proibido pelos tratados (...)".

Sendo assim, os navios ingleses já percorriam as costas platinas com seus produtos, muito antes de 1808, quando oficialmente se abrem os portos. Nesta época evidentemente que este tipo de comércio, por mais intenso que fosse, só atingia as populações próximas aos grandes centros portuários e distantes dos olhos fiscalizantes dos governos. Neste caso, as áreas platinas, centralizadas em Buenos Aires, Montevideu e o porto de Rio Grande eram um foco permanente de contrabando em uma região onde se iniciava um acúmulo de capital pelas classes de

proprietários e comerciantes, formando desde finais do século XVIII o germe de uma burguesia em ascensão com necessidades específicas de uma classe emergente.

A região central do RS, especificamente a serra do Monte grande ou São Martinho da Serra, estava entre um e outro caminho, tendo uma grande facilidade de acesso.

Uma das melhores descrições que atestam o comportamento de consumo pode ser visto em Luccock (1975) e Mawe (1978), comerciantes ingleses, que atentos ao comportamento de consumo do mercado sulino, na medida em que vinham esperançosos de despejar neles seus artigos, descreveram em seus relatos o modo como os objetos em louça eram utilizados pela classe abastada como símbolo de sua posição social.

Ognibeni levantou dados sobre Rio Grande, que em 1809, um ano após a abertura dos portos, percebe por esta época, que o comércio local estava passando por grandes alterações, isto porque, "(...) suas importações consistiam outrora de lãs de Portugal, algodão grosseiro do Brasil e de uma grande variedade de ferragens, louças, sal, fumo, açúcar aguardente e escravos. Muitos desses artigos começavam a ser desbancados pelos produtos ingleses, que se forneciam a preço mais barato e eram melhores adaptados ao crescente gosto pela exibição." (Luccock, 1975:122)

Guilhermino Cesar salienta que "O tráfico de mercadorias tanto aproveitava aos coureadores da Campanha como aos comerciantes de panos e outros artigos europeus, instalados no estuário do Prata, portugueses ou ingleses". Além da necessidade de bens, que favorecia o contrabando havia a inobservância das leis fiscais em uma terra vasta e alijada dos interesses momentâneos da corte. O poder ofensivo do comércio marítimo inglês, em fins do século XVIII, beneficiou-se desta

situação e cedo trouxe para estes mercados toda a sorte de produtos gerados pelo desenvolvimento industrial (...)" . (1978)

Para Ognibeni, o acesso aos produtos necessários à vida cotidiana, nos locais afastados dos centros urbanos, dava-se através dos caminhos que ligavam cidades e povoados em áreas distantes. Habitar as áreas rurais não significava necessariamente isolamento. De igual maneira, não implicava diretamente em dificuldades de acesso a determinadas mercadorias e em um baixo nível econômico este, por sua vez, refletido na falta de conforto e nos objetos cotidianos. Ao contrário, como considera Sousa (1995), quanto aos habitantes das áreas rurais no período colonial "A cultura material associada a este segmento pode viabilizar novos questionamentos sobre posturas e escolhas delineadoras do comportamento social. Particularmente interessante ao se tratar de um contexto rural específico, no qual a interiorização não significa isolamento, uma vez que a proximidade com os caminhos implicava em contato contínuo" (1998).

Denise Ognibeni, buscou em Richard Burton, viajante que percorreu várias regiões brasileiras no século XIX, as melhores características sobre as antigas vendas rurais. Esses locais tinham uma relação direta com os tropeiros e viajantes. Em determinadas épocas, as regiões eram cruzadas por tropeiros e constituíam-se primeiramente do pouso, local constituído por um terreno onde os proprietários de terras permitiam que os viajantes acampassem. Mais tarde formaram-se os ranchos, onde era feito um telheiro coberto onde os tropeiros descarregavam os animais, faziam uma fogueira e seus dormitórios dividindo-os com cestas e albardas. Havia as tropeadas e com essas surgem as vendas. A venda ou pulperia (termo espanhol), segundo Burton seria "o empório da aldeia inglesa combinado com a mercearia e a hospedagem. Vende tudo, desde cabeças de alho e livros de missa até genebra, aguardente, doces e velas. Às vezes é dividida em duas

seções, uma para os secos e outra para os molhados. Um balcão sobre o qual pende uma balança rude divide-a no comprimento. Entre este e a porta estão os tamboretos, caixotes ou tinas invertidas (...). As prateleiras de madeira rude estão carregadas de canecas, vasilhas e outras louças, e, dos dois lados, de garrafas cheias e vazias, de pé ou deitadas. Pelo chão estão caixas de sal, barriletes de açúcar grosso e feijão, uma caixa ou duas de milho, mantas de toucinho, a popular carne-seca, uma corda de fumo preto enrolada num pau e latas e garrafões de parati local. A mercadoria consiste em chapéus-de-chuva, ferraduras, chapéus, espelhos, cinturões, garruchas, espingardas, munições e armarinho; realmente, tudo que pode ser necessário aos homens e mulheres do campo. A venda tem geralmente um quarto em que os estranhos são hóspedes, com uma grande gamela para as abluções, um catre de madeira, uma mesa de pés compridos e um banco baixo” . (Burton apud Goulart, 1961:145)

Os comerciantes, percorrendo os precários caminhos do Brasil colonial, levavam suas mercadorias aos mais distantes pontos. O transporte, realizado em lombo de muares ou carretas, limitavam o acesso a um mobiliário mais requintado, por serem estes objetos volumosos e pesados. Ao contrário, os objetos de pequenas dimensões como aparelhos de jantar, bebidas, roupas, etc., muitas vezes transportados por índios e negros para garantir que não se quebrassem, eram levados aos mais distantes pontos. (Sousa, 1995)

Em 1809, o comerciante inglês Mawe (1978) relatava que estas mercadorias européias, trazidas para o sul neste período, acabaram muitas vezes sendo leiloadas por preços baixos, uma vez que estavam encalhadas em um mercado saturado.

Alguns viajantes eram contratados nos centros urbanos, para comercializar as mercadorias européias de porta em porta.

O viajante belga A. Baguet atravessou o Rio Grande do Sul em direção ao Paraguai, por volta de 1845 e esteve na região em 1845. Acabou descrevendo que o transporte de pessoas e mercadorias era feito em carretas, comum no período. (Baguet, 1997)

Seidler (1951), também relatou em sua travessia pelo sul durante serviço militar no conflito do Prata, em 1828, que unindo-se ao seu comboio militar havia grande quantidade de carretas de comerciantes, favorecidos pela proteção em uma área que, embora de conflitos, ainda assim necessitava de seus artigos. O autor descreveu “Partimos, pois, a 7 de janeiro de 1828; longa coluna de viaturas com víveres seguia o exército, como também quantidade de carretas de particulares carregadas de artigos de comércio”.

Os tropeiros, levando cavalos, mulas e bois, através dos caminhos, realizavam também o comércio de diversos artigos que iam sendo vendidos ao longo das estradas percorridas. Segundo Goulart (1961), uma enorme variedade de produtos e mercadorias eram transportados pelas tropas. Entre elas, baseado no depoimento do Barão de Pati do Alferes, o autor cita as mercadorias que as tropas levavam para as grandes cidades, sendo elas o sal, a farinha, azeite, vinhos, querosene, espelhos finos e decorados, balcões de ferro forjados, tecidos, pregos, ferramentas, aparelhos de chá e jantar, medicamentos e extratos, e uma variedade de artigos. (Ognibeni, 1998)

A partir desses dados verifica-se que as áreas rurais não permaneciam isoladas, principalmente os assentamentos que localizavam-se à beira dos caminhos, por onde transitavam tropeiros e comerciantes e onde se estabeleciam as vendas.

No estudo realizado por Mayo (1996), sobre as pulperías da área de Buenos Aires, compreendendo os períodos de 1740 a 1830, o autor arrolou os artigos encontrados em diversos destes estabelecimentos e o

ano em que foram listados pelos pulpeiros. Neste arrolamento, louças em pó-de-pedra (*loza de piedra*) ou faiança fina, foram arroladas em 1793, constituindo por um conjunto de pratos e xícaras. As louças em faiança fina ou pó-de-pedra foram arroladas juntamente com as louças de Sevilha (faianças espanholas), painéis de barro, louças da terra e louças ordinárias. Deste modo, pode-se certificar, pelos tipos descritos que as louças em pó-de-pedra constituíam-se de faianças finas na medida em que as faianças e outras cerâmicas estavam sendo descritas de forma diferente. (Ognibeni, 1998)

Este estudo de pesquisadores argentinos em documentos onde foram arrolados os produtos das pulperias ou armazéns rurais da região de Buenos Aires, aponta dados que inferimos em nosso estudo, baseados nos relatos dos viajantes e na cultura material escavada nos sítios arqueológico de São Martinho da Serra. Em conformidade com Mayo, entende-se que houve, na área urbana ou semi rural, um comércio onde mercadorias eram adquiridas e agregadas a tralha doméstica, trazendo aos poucos, novos itens de consumo e novo aparato nas casas de indivíduos com médio poder aquisitivo. A forma como estes artigos, principalmente a louça em faiança fina, objeto deste estudo, chegam nos ambientes domésticos da região, parece ter se processado em duas vias: o comércio lícito e o de contrabando. Deste modo, os artigos principalmente ingleses, proibidos de serem comercializados devido as leis monopolistas, penetram nesta região com maior facilidade por meio do contrabando.

No período colonial, na região sul, havia os homens que por terra ou pelos rios, viviam exclusivamente do comércio clandestino.

O comerciante inglês John Mawe, que esteve no Rio Grande do Sul em 1809, descreve "(...) nos últimos quatro anos estabeleceu-se um comércio lucrativo com os espanhóis, que, em grande número, e com a maior avidez, compravam, por preços elevados, o tabaco e as

manufaturas inglesas, que podiam ser transportadas à cavalo. Assim, o Rio Grande e seus arredores tornaram-se locais invejáveis, onde se fizeram fortunas consideráveis em curto espaço de tempo, pois as mercadorias compradas, embora de contrabando, eram muito procuradas e pagas em espécie”.

John Mawe, escreve sobre a abertura oficial ao comércio, continua “Este comércio está agora inteiramente arruinado, devido à avidez de nossos especuladores em abarrotar os mercados e vender por dois o que teria sido ansiosamente comprado por seis.”

Os produtos ingleses, no momento em que se abre o comércio legal entram com toda força no mercado a baixo custo e de maneira massificante, respondendo a anseios de um mercado que já se mostrava ávido por consumir estes produtos.

O relato de Mawe foi elaborado apenas um ano após a abertura dos portos e deixa antever como o comércio de contrabando de produtos ingleses já era intenso e como estas mercadorias, antes de sua massificação, estavam valorizadas neste mercado paralelo.

Outrora são ainda os viajantes, na maior parte das vezes, comerciantes tentando a sorte nos mercados do sul que, em seus relatos, deixam transparecer a situação das mercadorias inglesas dentro dos ambientes domésticos do período, muitas vezes já saturados destes produtos antes mesmo do início do comércio oficial e da entrada em massa de produtos ingleses nos mercados das cidades brasileiras.

Em 1808 houve a abertura oficial dos portos, porém o comércio de contrabando persistiu, uma vez que devido aos entraves fiscais e ao alto custo de algumas mercadorias, este ainda era a melhor forma de ter acesso a estes bens.

Gilhermino César (1978) coloca que na época da mudança da

família real e da abertura dos portos o “comércio brasileiro era já um poderoso rival da Metrópole, ameaçava-lhe a hegemonia, enquanto a Inglaterra, com seus barcos e soldados, se preparava para invadir ousadamente o prata. (...) Em torno da terra gaúcha, por conseguinte, firmou-se uma área econômica fortemente imantada pelo imperialismo inglês, pelo seu comércio - que tão fundas raízes mergulharia no porto de Rio Grande, ali permanecendo muito ativo durante mais de um século. (...) Contudo, a organização fiscal não acompanhou essa evolução. De modo que o contrabando, outrora circunscrito ao gado *vacum* e cavalar e muar, desdobrou-se, cresceu, diversificando suas práticas e naturezas de seus produtos” (Cesar, 1978:17).

Um aspecto importante levantado por Cesar foi sobre as invasões inglesas, quando a praça de Montevideú ficou abarrotada de mercadorias que podiam ser vendidas a preços muito baixos, oferecendo concorrência às mercadorias espanholas (Zum Felde apud Cesar). Para mitigar os efeitos desta concorrência, o vice-rei Liniers onerou os impostos sobre as mercadorias inglesas fazendo com que estas fossem enviadas para outros mercados, via contrabando, chegando ao Rio Grande do Sul (Cesar, 1978).

Em relação às mercadorias contrabandeadas, as mais comuns foram as louças em *creamware*, provavelmente foram as primeiras faianças finas que chegam ao mercado sul-rio-grandense.

Produzidas na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, as louças significam além de uma inovação nos ambientes domésticos do período, uma característica peculiar de representar uma melhor condição social de quem as possuía, em relação a determinados contextos em que estavam sendo introduzidas. Estas louças parecem ter sido buscadas no mercado, antes mesmo da abertura dos portos brasileiros, sendo que, quando os comerciantes ingleses chegavam ao Brasil Meridional com seus navios abarrotados destes produtos,

deparam-se com um mercado que já se encontra saturado.

Ognibeni em sua dissertação de mestrado levantou dados referentes à presença dessas louças, principalmente nos escritos do comerciante inglês Luccock, que ao alugar uma casa na cidade de Rio Grande em 1809, ficou obrigado pelo contrato a guardar uma canastra reforçada com ferros e duas fechaduras, pertencente ao seu senhorio que estava ausente (Luccock, 1975).

O viajante relata "(...) Logo transportei a canastra fora da sala, convertendo-a em cama para meu criado. Poucos dias depois, a pessoa de quem alugara a casa, vindo vê-la e não dando com a canastra perguntou o que dela fora feito. Levei-o aonde se achava no momento, perguntando-me aflito como tinha eu conseguido transportá-la; quando soube que tinha sido por simples arrastamento, fato de que o soalho riscado dava amplas provas, ergueu as mãos consternado para o céu e saiu sem dizer palavra, deixando-me em não pequena perplexidade por saber o que podia bem conter o cofre misterioso. Minha perplexidade não durou muito; dentro em pouco voltava o homem, que abriu o cofre e com grande alívio verificou estar indene o tesouro. Consistia este de uma terrina e concha de louça grossa amarela, alguns pratos, travessas, xícaras e pires e, se bem me lembro, bule do mesmo material. Não pude conter o riso, mas o homem levou a cousa a sério, discorrendo sobre o valor imenso da baixela. Jamais serviço de porcelana fina mereceu de uma bela dama tantas atenções quanto estes pratos ingleses desse velho cavaleiro. E tanto lhe assistia razão como a dama fidalga, pois que nossas idéias de opulência e esplendor dependem quase que inteiramente das circunstâncias. Era, talvez, o único serviço de mesa e de chá dessa espécie que se pudesse encontrar na região, e fazia muito tempo que não via uma palangana amarela de meia canada vendida por um dólar, nem um bulezinho da mesma cor por dois" . (Luccock, 1975:125-126)

Assim Luccok, descreve um fato de como tinha valor dentro do contexto histórico do período na região sul destes objetos, considerados de alto valor por indivíduos de melhores condições sociais ou que ansiavam ascender socialmente.

Em 1809 a louça inglesa, conforme relato de Luccock, já está presente em meio aos objetos domésticos de certa classe de indivíduos no sul. Ao mencionar o tipo de louça inglesa tão bem armazenado, constituído por um conjunto de louça amarela ou *creamware*, já fora de moda na Inglaterra deixa transparecer que, para sua surpresa, este é muito valorizado entre os indivíduos abastados, no final da primeira década do século XIX, no Brasil meridional.

Luccock, com sua visão européia de mundo, onde a industrialização já colocava no mercado inúmeros artigos que superavam estas faianças finas amarelas em valor e beleza estética, na medida em que neste período louças decoradas já fazem parte dos ambientes domésticos ingleses, consegue, em sua análise vislumbrar a condição do contexto em que estes objetos estão inseridos. (Ognibeni, 1998)

Deste modo, Ognibeni coloca que o valor de determinados artefatos, enquanto indicativos da condição sócio-econômica dos antigos ocupantes de um determinado sítio arqueológico, não pode ser avaliado fora de seu contexto histórico específico. Da mesma forma, deve-se considerar também que a prática do contrabando na região sul do Brasil é uma questão importante de ser avaliada ao se discutir o acesso a bens de consumo durante o período colonial nesta área, podendo levar a novas interpretações da cultura material resgatada em sítios históricos da região. (1998)

Cacos, fragmentos... o que dizer sobre eles?

Outro aspecto a ser exposto é talvez o mais complexo de se

tratar pois na maioria dos trabalhos em arqueologia histórica, a louça e muitas vezes fragmentos de louças, passam a ser os principais referenciais cronológicos dos sítios.

A maioria dos arqueólogos associa a vinda da corte real como fator determinante do modo de vida burguês. Conforme Sodré, a chegada da corte determina importantes transformações aos valores da colônia. A abertura dos portos às nações amigas possibilita uma grande diversificação nos bens de consumo, até então restritos, em virtude das práticas monopolistas e dos entraves à sua produção no país. O rompimento do pacto colonial traz um forte incremento à atividade comercial e substanciais mudanças nos hábitos de vida da população. Alicerçada nas relações escravistas, a sociedade brasileira à essa época tem como classe dominante os senhores de terras, e como classe subalterna, os escravos, com uma camada intermediária apenas incipiente. (Sodré, 1985:23)

Considerando que a louça seja uma parte importante da vida doméstica e cotidiana dos atores sociais em qualquer contexto, percebemos que ela pode ser ao mesmo tempo um elemento complicador.

Verifica-se que a louça é uma necessidade e não um luxo, principalmente para a sociedade consumista martinicense, ela não pode ser tratada como um elemento de referência econômica e nem cronológica, pois as pessoas adquirem louças para satisfazer uma necessidade utilitária. Por exemplo, no interior do RS, as pessoas comiam em pratos esculpidos na madeira, com o advento da louça branca se tornou mais fácil comprá-la já que ela estava disponível e barata.

Em relação a outro aspecto determinante em muitos trabalhos de arqueologia histórica, especificamente os de Porto Alegre e Rio de Janeiro, verifica-se que a associação de fatores como comportamento

e ascensão de uma determinada classe emergente burguesa é sempre ressaltada, porém para a regional história de uma região do interior do RS, que não está fora deste contexto colonial, identificamos que o elemento “padrão de comportamento” não se enquadra.

Para Lima “(...) o desejo da diferenciação e da ascensão graças à crescente diversificação de atividades marcando o surgimento de novos comportamentos sociais. Essa pequena burguesia prematura torna-se cada vez mais expressiva numericamente, composta por profissionais liberais, pequenos comerciantes, servidores públicos, civis, militares, artesãos, religiosos, letrados, pequenos proprietários.” (1989)

Nesse contexto, o Mello se enquadra, podendo ser caracterizado como um importante personagem da política gaúcha, ocupando e criando espaços devido ao seu *status* econômico.

Em se tratando do comportamento social que se adaptam às novas condições, as atitudes à mesa também se modificam. Anteriormente só a faca era utilizada, com o seu uso limitado aos homens chefes de família. Comia-se com os dedos, o polegar, o indicador e o médio ou sorvia-se o alimento, em geral pastoso ou líquido, diretamente das malgas. As elites dominantes possuíam garfos, facas e colheres de prata, porém sempre guardados, sendo considerados mais como investimento do que como utensílio. Gradativamente os talheres são introduzidos nos estratos pequenos burgueses, sendo a utilização simultânea do garfo e da faca conhecida como à inglesa, marcando bem a origem do costume (Cascudo, 1983; Luccok, 1975; Freyre, 1951).

Os hábitos alimentares, segundo pesquisas de Lima, até então calcados na culinária portuguesa, adaptada aos gêneros aqui disponíveis, muitos dos quais absorvidos dos indígenas consistiam em caldos, cozidos, mingaus, feijões, farinha de mandioca, compotas de

frutas regionais, canjicas, melados, arroz-doce, bolos e doces à base da goma de mandioca (Luccok; Cascudo). Por volta de 1820 e 1830 chegam ao Rio os italianos e franceses oferecendo seus serviços de confeitários e sofisticando a culinária local. (Silva, 1984 apud Lima, 1989).

Para o interior do RS, a dieta alimentar é alicerçada na carne bovina ou ovina, como churrasco, mocotó ou carreteiro, certos costumes só vão se alterar no início do século XX.

Com a presença da louça, verificamos que a moda de comer foi significativa, pois onde era o prato de madeira, agora é de louça, porém o uso se restringiu apenas a cozinha e aos agregados a ela.

Na situação do boticário e dos Mello, a presença de escravos domésticos é evidente. Como encontramos cerâmica africana, atestamos que essas vasilhas serviam para cozinhar e a louça para ser servida na mesa da sala de jantar.

As louças em faiança fina, constituindo uma inovação no ambiente doméstico, assim como o hábito do consumo do chá copiado dos ingleses, estavam carregadas de significação, uma vez que serviam como indicador do nível social de seu proprietário. As louças possuíam um papel social de mediação, servindo muitas vezes para transmitir mensagens. Considerando-se que toda cultura material possui um significado que está intrinsecamente ligado ao contexto em que está integrada, as louças refletiriam um momento de transição quando inicia uma maior individualização, uma diferenciação do público e do privado, ao longo do século XIX. (Lima, 1995)

Lima (1995) considera ainda que “(...) as alterações no modo de servir e na estrutura da refeição: as formas de comportamento à mesa e a sofisticação do seu equipamento. Todas essas mudanças na cultura material foram partes de um mesmo processo, tendo sido socialmente produzidas para transmitir mensagens”.

Porém, em alguns casos, denota-se uma importância pouco pragmática a cultura material, aqui representada pela louça. O grupo social ou até mesmo o indivíduo, tem papel denominador, ou seja, cidadãos do interior do RS, com um poder aquisitivo alto, mas sem nenhum poder intelectual, como faria o ritual do chá ou até mesmo, conforme o cotidiano diário, fariam chá? Para essa região, estamos tratando de pessoas onde o chimarrão poderia sim ocupar um significado ritualístico.

Ognibeni escreve que as alterações nas mesas e no aparato doméstico de determinados grupos sociais no meio rural, deram-se aos poucos, sendo que as novas louças industrializadas dividiram espaço, durante um primeiro momento, com as rústicas faianças e cerâmicas vidradas. (1998)

Um quadro que está configurado nas pesquisas em arqueologia histórica é de associação da cultura material ao indivíduo. No que se refere à coleção arqueológica de São Martinho da Serra, podemos ver, por exemplo, que os soldados guaranis da guarda militar deixaram um pouco de cerâmica, restos de alimentação, pederneiras e armas e o boticário Salém deixou evidências de sua estada como vidros de remédios, vidros de venenos, vidros de perfumes, tinteiros de vidro e grês, louças de todos os tipos (fina e barata), bijuterias como anéis e brincos, elementos de cavalaria e armas, bomba de chimarrão e outros.

Outro ponto que merece destaque numa discussão acerca do tema arqueologia histórica, são as inúmeras possibilidades de se tratar um sítio histórico com ou sem a contribuição da documentação histórica. Alguns pesquisadores não ultrapassam os limites dos dados que os documentos fornecem, tornando a pesquisa arqueológica incipiente em termos de relações do sítio arqueológico estático com dados históricos.

De certa forma, se considerarmos um sítio histórico como sendo um sítio arqueológico dentro dos padrões estabelecidos com estruturas e micro estruturas e suas relações espaciais, não teríamos o porquê nos preocuparmos com questões de enquadramento nos dados escritos.

Existem exemplos interessantes acerca da não relação de estruturas e evidências de um sítio histórico, com os dados escritos.

Enfim, através dessas indagações e reflexões exponho aqui dois sítios arqueológicos, que possuem uma cultura material significativa e representativa do século XVIII e XIX.

Um sítio arqueológico histórico missioneiro ou semi-rural - Guarda de San Martin – São Martinho da Serra – 1756

Este sítio, em princípio de ocupação militar, foi um acampamento de soldados guaranis com comando espanhol e possui uma cultura material diversificada. Estratificamente não existe nenhuma relação cronológica, pois é possível encontrar fragmentos de cerâmica guarani-missioneira no mesmo nível das louças européias. Se fossemos nos remeter a documentação histórica não encontraríamos registros dessas louças.

Porém, conforme dados orais e alguns dados esporádicos nos documentos escritos, há o registro de que por volta da metade do século XIX, vem residir em São Martinho da Serra, um boticário sírio³⁵ e este ocupa um dos antigos quartéis da guarda, no período em ruínas. Ali constrói sua casa, posteriormente, vai residir num casarão, hoje destruído, construído a uns 100 m desse quartel.

E na tentativa de relacionar ao um aspecto de comportamento cultural, acredita-se que este personagem tenha ocupado as antigas ruínas do quartel da guarda como depósito do seu lixo. Aí então a

explicação para os inúmeros recipientes de remédios, poções, tinteiros, louças e outras evidências como uma coleção de artefatos em metal como bombas de chimarrão, bijuterias, colheres e garfos...

Contudo, a busca constante pela relação dos dados históricos e da cultura material de um sítio arqueológico é pertinente, mas não deve ser atenuante no que tange a explicação do sítio arqueológico em si.

Um sítio arqueológico histórico semi-rural ou urbano - Casarão dos Mello - São Martinho da Serra – 1812³⁶

Este sítio arqueológico, espacialmente tem revelado aspectos que ultrapassam a qualquer registro escrito.

Até o momento foi possível identificar as seguintes estruturas: casarão, porão, senzala (XIX), cozinha (XX), áreas de despejo, área de captação de água – poço, área de convívio dos negros escravos (XIX), antiga cozinha dos escravos do casarão.

O tipo ou estilo arquitetônico do casarão, considerando a organização das peças da habitação e os elementos que compõem a construção, é de uma construção típica do início do século XIX, em estilo missioneiro. A utilização de pedras (rochas de arenito silicificado e basalto) de diferentes tamanhos misturado com tijolos manuais e preenchidos com cacos de telhas em canaleta e adobe identifica o mais puro estilo missioneiro do interior do RS.

Nesse sentido, acreditamos que sítios históricos revelam um manancial de dados que ultrapassam qualquer evento escrito. Tanto o casarão quanto o sítio da guarda vem a dizer que as evidências

³⁵Miguel Assad Salém formulou vários medicamentos que foram aprovados pelo departamento nacional de saúde pública.

³⁶O primeiro João Batista de Oliveira Mello foi comandante superior da guarda nacional, provável construtor do casarão, em 1846 nasce João Manoel de Oliveira Mello, este foi oficial na guerra do Paraguai e eleito o primeiro deputado provincial.

arqueológicas, as micro-estruturas e as macro-estruturas quando relacionadas correspondem a uma dinâmica que vai além do documento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os vários anos de pesquisa intensa, havendo uma interação entre atividades de campo e atividades de laboratório que envolvem discussões e exaustivos levantamentos bibliográficos, podemos identificar e verificar que um trabalho científico nunca está totalmente acabado e concluído.

Para muitos, recuperar a história de um grupo humano é recuperar sua memória coletiva, dando-lhe um sentido de identidade que o faz ser ele mesmo, enquanto indivíduo e como parte do coletivo.

Assim, tentou-se reconstruir uma história regional a partir de fragmentos da cultura material de grupos sociais e de certos elementos que compõem a paisagem, como as estruturas arquitetônicas, em seu contexto de construção norteados pela história e sua trajetória.

Não distante desse ponto, optou-se buscar uma metodologia e as interpretações a partir das escavações e análises, contar e escrever uma parte da história de formação do Rio Grande do Sul dentro da ótica dos regionalismos culturais.

Considerando que a história do RS ainda se faz a partir dos grandes momentos, a arqueologia vem nesse momento demonstrar que é possível cuidar e levantar hipótese acerca de como funcionou a economia e determinados comportamentos no interior deste estado tão vasto, geograficamente falando.

Foram elementos de uma micro história, que a arqueologia veio completar, transformando a história a partir dos dados materiais.

Ainda hoje vê-se que apenas parte do RS tem seus momentos verificados e analisados. A região central do RS, mesmo tendo sido área

de fronteira de interesses ibéricos, permanece algumas lacunas a respeito de sua população e de suas atitudes em momentos outros que não o da guerra. E é nesse ponto que os dois principais sítios arqueológicos estudados se referem e levantam situações acerca do final do século XVIII, XIX e parte do XX.

Todo o projeto arqueológico envolveu um sistema de fontes, entre elas coleções de cultura material, documentação histórica e relatos orais.

A cultura material, alicerçada de fragmentos arqueológicos tanto de momentos belicosos como do cotidiano doméstico, foi considerada e interpretada de maneira a complementar os dados históricos.

Porém as fontes arqueológicas são a parte fundamental do trabalho, pois o documento escrito se esgota em si, mas a documentação material pode ser alvo de inúmeras reflexões.

Através dessa coleção que envolve desde material do cotidiano de guerra e delimitação de fronteiras até bijuterias e vidros de botica, vem a corroborar a hipótese inicial de que o RS do interior foi formado e redimensionado de maneira peculiar e mesmo no alvorecer do século XIX, um momento de organização do espaço privado, o interior estava se moldando dentro de suas particularidades e contexto próprio.

Consideramos, afinal, que esse contexto geo-político nacional foi fundamental para organizar uma sociedade baseada na economia agropastoril gaúcha típica do século XIX.

Para o interior do RS, em se tratando da região central, parte-se do pressuposto que as cidades se formaram nessa economia matriz, porém alguns municípios se construíram também na situação do comércio e em posições políticas e burocráticas.

A importância

Ao mesmo tempo em que se desenvolve uma pesquisa alicerçada nos padrões teóricos e metodológicos da arqueologia histórica recuperada da memória através da cultura material e das estruturas, vem a mente situações em que muitas vezes o pesquisador sente-se isolado e preocupado com as questões acerca do resgate do patrimônio cultural de um grupo.

O grupo social em questão, cidadãos de São Martinho da Serra, em princípio não se sentem parte dessa história levantada. Durante o desenvolver das pesquisas, o que ficou marcante foi durante a escavação da senzala e do quintal onde descendentes dos escravos se sentiram ligados com seus antepassados e a equipe foi agraciada com visitas dessas pessoas.

A história desse município talvez, aos olhos de historiadores e arqueólogos, seja uma das mais completas e interessantes do RS. Ela perpassa momentos únicos desde a presença de índios pré-coloniais, os primeiros contatos interétnicos entre jesuítas espanhóis e guaranis, a inserção dos índios guaranis na sociedade militar de fronteira como soldados da guarda, a presença marcante dos primeiros colonizadores da região, os tropeiros, o alvorecer de uma cidade importante politicamente e estrategicamente, com uma estrutura de cidade, os primeiros comerciantes, enfim trata-se de uma história cercada de guerra, limites, ocupações, contatos diferentes grupos sociais.

Os objetivos dos colonizadores nem sempre eram os mesmos, mas acabaram se afunilando num só: a construção de uma cidade importante em termos ideológicos para a história gaúcha.

Porém, apesar de todos os manifestos e atitudes acerca da importância do que se estava estudando a comunidade atual pouco se interessou. Sabemos que nem sempre as pessoas identificam o que é

seu de fato ou sua história. Tentativas inúmeras de conscientização e informação foram feitas. Projetos de educação patrimonial, palestras nas escolas, conversar de casa em casa, publicações na imprensa local e estadual ressaltando as pesquisas e seu valor histórico, mas nada foi suficientemente forte a ponto de sensibilizar a comunidade para preservar seu passado e seu patrimônio.

Mia Couto, um escritor moçambicano em poucas palavras consegue explicar a situação pois *"o que mais dói na miséria é a ignorância que ela tem de si mesma"* (1995).

O poder político local sempre manifestou boas intenções para os projetos de arqueologia e se colocou a disposição para todo tipo de apoio. Tanto que umas das melhores atitudes foi o de adquirir o casarão e cerca-lo. O que não alterou muito o comportamento de vândalos, que pensam no interessante porão como latrina.

O governo do estado do RS, pela FAPERGS, e o governo federal, pelo CNPq também manifestaram interesses na forma de verbas e bolsas de iniciação científica para estudar a história desse povo e seus antepassados.

Porém só se constrói uma história autêntica e capaz de modificar o presente e respingar em atos do futuro quando valorizamos nosso passado e isso a comunidade martinheense não conseguiu ainda alcançar. Quem sabe as inúmeras crianças das quartas e quintas séries, futuros vereadores, prefeitos e professores consigam reverter esse processo.

Os Escravos

A presença do negro escravo também ficou marcada nessa pesquisa. Até então o elemento africano havia sido estudado ou citado apenas em livros de caracter regional ou historiográfico para a

região central do sul do país.

Com as pesquisas arqueológicas identifica-se um afro-brasileiro em situação de escravidão, mesmo que doméstica. Esse escravo doméstico fazia parte de um sistema urbano emergente. Mas que tinha papel fundamental no cotidiano e na organização da vida dos burgueses emergentes de São Martinho da Serra.

As evidências arqueológicas atestam uma realidade que poderia representar o modo de ser “rico” ou ter poder aquisitivo alto. Na área onde foi encontrado o piso de “chão batido” com as evidências, fragmentos de panela de barro, é possível que tenha sido um local afastado do casarão ou um anexo, onde se fazia a comida e todas as outras “lidas”.

Outro motivo que nos leva a identificar um cotidiano com a presença do negro é o cachimbo modelado. Esse cachimbo significa um comportamento individual, pois só pessoas mais velhas e com uma certa vivência “cachimbavam”.

Conforme relatos de descendentes desses escravos, contam que passaram parte da infância no casarão, pois mesmo depois da abolição os negros permaneceram como empregados; a situação do negro era difícil e cabia a eles entre outras responsabilidades a de mensageiro ou de guarda do intendente.

O começo - O projeto de levantamento arqueológico

Inicialmente deve-se realizar uma retrospectiva sobre o projeto de Resgate Histórico e arqueológico em São Martinho da Serra.

Vários estudos sobre as análises dos objetos materiais e suas representações, inseridos numa ótica de tentativa de identificação e reconstituição do cotidiano e da vida privada dos indivíduos estão sendo pesquisados. Esses projetos são interligados com o contexto

político e econômico sul-riograndense do século XIX e principalmente com o início da urbanização no RS nesse período.

A leitura crítica e contextual do meio político e geográfico é de fundamental importância para o entendimento da recomposição de esferas particulares, bem como do uso social dos espaços, considerando os fenômenos da macro história e meso-história.

O estudo da cultura material de São Martinho da Serra foi sendo levado a efeito pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Os primeiros trabalhos científicos realizados na região, sob responsabilidade do arqueólogo Saul Milder fizeram reavivar uma prática em arqueologia: escavar um sítio arqueológico considerando todos seus elementos, sem idéias prévias (cita-se aqui documentos históricos). A pesquisa em arquivos só foi realizada após alguns meses de trabalhos de campo. Assim, Milder conseguiu resgatar inúmeros elementos que ora não tem grande significado, ora podem desencadear uma série de interpretações.

A documentação gráfica realizada durante os primeiros trabalhos de campo é digno de destaque. Apesar de os locais escolhidos a sofrerem intervenções, já terem sido perturbados por vários pós deposicionais antrópicos ou naturais (arado, enxada, abertura de canais de drenagem, abertura de fossas, construção de pocilgas e galinheiros, tudo durante o século XX).

Na fase preliminar da pesquisa, buscou-se levantar a presença da Guarda Espanhola de São Martinho na historiografia riograndense. A guarda insere-se num contexto pós-missioneiro e de guerras de fronteira entre os impérios coloniais ibéricos no território do atual Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Depois de dez anos de projeto, verificamos que nem os primeiros artigos e comunicações em eventos científicos, nem a monografia de especialização dessa que escreveu a tese, nem a dissertação de mestrado de Macedo e muito menos esse trabalho a ser avaliado conseguiram em sua plenitude alcançar e escrever sobre o brilho da colonização humana e seus comportamentos ao longos dos tempos na região do monte grande (São Martinho da Serra).

As reflexões

Sentimentos como caos e arrogância surgem a mente quando do levantamento bibliográfico realizado para preencher o objeto de estudo em questão: sítios arqueológicos históricos.

A partir desses levantamentos foram observados situações gerais, mas que de forma algumas explicam comportamentos individuais em contextos regionais como: os “aspectos não conscientes” de um grupo e as várias formas de atividades cotidianas e anônimas dos grupos humanos. No que concerne a descarte, não podemos rotular como inconsciente pois, o descarte é funcional; se algo (coisificado) não é mais utilizado, deve ser descartado. Ou guardado como é o caso de imigrantes alemães que muitas vezes guardam sua tralha doméstica em porões e sótãos, como uma forma de descarte ou como simples recordação de um tempo.

O lixo e seus padrões de comportamento: “a feição sócio econômica de uma população transparece claramente em seus dejetos...”, onde a relação de “coisas” a serem jogadas fora, não é reflexo do comportamento do sujeito que as descartou.

A arqueologia histórica é vista de forma muito genérica, torna-se difícil tratar de estudos de casos e interpretar com generalizações.

Entender aspectos da sociedade como ações, situações

cognitivas, manifestações sociais a partir da louça ou seja entender o cotidiano unicamente a partir da louça é restringir os aspectos sociais e econômicos dos grupos em foco, deve-se perceber a arquitetura e a distribuição e uso do espaço, onde é possível aproximar da realidade as atitudes refletidas na ocupação e alterações do espaço construído.

Dessa forma, sobre o ato de alimentar-se, na maior parte dos trabalhos analisados é dado ênfase as alterações ocorridas: às regras à mesa e etiquetas, atribuindo à louça as mudanças. Verifica-se que um conjunto de elementos como economia/industrialização é que vai refletir nas atitudes comportamentais e sociais do século XIX. Assim com o processo de industrialização, algumas atitudes que faziam parte do cotidiano, antes, continuam presentes no decorrer do século XIX. Não foi especificamente a louça que alterou o comportamento do grupo ou indivíduo. E mais, a louça não representa a dieta alimentar, pois é característica do indivíduo a utilização e reutilização dando multifunções a determinados objetos do cotidiano.

A coleção arqueológica de São Martinho da Serra

Os mais de 12 mil fragmentos de evidências arqueológicas, apresentam situações do cotidiano de contato, guerra, político e doméstico do povoado de São Martinho.

De certa forma, os milhares de cacos, vistos a partir de reconstituições gráficas podem remontar um passado sem registro escrito.

Considerando que, a maior parte desses documentos arqueológicos são fragmentos sem possibilidades de reconstituições ou montagem da peça original, é que pensamos numa leitura do conjunto e o que as peças com possibilidades de interpretação tem a nos dizer enquanto componentes de uma esfera.

As cerâmicas indígenas, mais precisamente as cerâmicas de fabricação guarani, fazem parte de um universo de pré contato e pós contato (Missão Jesuíticas Espanhola). A maior parte são fragmentos corrugados e acordelados. Não foi possível fazer nenhuma reconstituição gráfica a partir de borda ou fundo. Aparecem também na coleção cerâmica pintada e com características missioneiras.

As louças³⁷, são em sua maioria brancas e policrômicas. Conforme as poucas reconstituições gráficas realizadas verificamos que a coleção possui em maior quantidade pratos fundos e tigelas para servir. (principais selos *davenport*, *ironstone ware*, *Johnson Bros – England*, *baker & Co*, *J. Meir & Son*, *Spode*, *Enoch Wood & Sons*)

Em relação aos metais, os artefatos metálicos caracterizam-se de forma geral, por estarem parcialmente inteiros ou com parte significativa de suas estruturas preservadas. Para um melhor contextualização os metais foram divididos em tralhas militares (espoletas, lâminas de arma branca, cartuchos, lança...), domésticas (cadeados, chaves, colheres...), construtivas (cravos, pregos...), monetárias (moedas), indumentária (insígnias, abotoaduras, botões), adornativa e de uso pessoal (anéis, tesoura, dedal, brincos) e eqüestre (estribos, freio de montaria, esporas, cabeça de serigote...).

Quanto aos restos biológicos ou faunísticos, do sítio da guarda, o material pode ser associado ao momento militar, ou seja, de ocupação por parte dos índios soldados, pois os restos de gado vacum estão em contexto com as cerâmicas guaranis. Já no sítio do casarão, a maior parte do material está relacionada ao contexto de ocupação do final do século XIX.

³⁷Foi preferido o termo louça, pois representa utensílios para uso doméstico.

Já os líticos estão relacionados às pederneiras ou “pedras de fazer fogo”. A cerâmica dos negros está relacionada ao momento da escravidão doméstica do casarão.

Vislumbrando o potencial

Com os dados descritos nas páginas anteriores seria conveniente e de suma importância a realização de uma análise global e sistemática sobre os conceitos e dados visualizados aqui.

Há outros fenômenos relevantes no processo decorrente da ocupação do interior do RS. É talvez uma utopia acreditar em apreendermos de forma total o contexto do cotidiano e sua historicidade, pois estamos circunscritos à nossa realidade e individualidade do tempo, principalmente.

Não temos dúvida de que o processo de colonização e a inserção de um sistema econômico complexo modificaram e modificam de modo radical as relações entre grupos diferenciados, transformando ou transfigurando a cultura das sociedades, modificando seu modo de ser e viver.

São Martinho da Serra pode significar para muitos o exemplo da estruturação e decadência de “cidadezinhas” do interior do Brasil. Foram inúmeros os entraves históricos que ocorreram em solo martinense. Tentamos não pensar nas micro situações, porém torna-se difícil alcançar o todo sem passar pela louça da Dona Chantala³⁸ trazida pelo mascate Salim, pela vasilhas em argila de consumo diário dos índios guaranis soldados da guarda, pelos tinteiros dos comandantes da guarda e outros do boticário, nos recipientes em vidro das poções e remédios do boticário, nos cartuchos estourados em batalhas, nas pederneiras das armas antigas dos soldados, nas paredes

do casarão já destruído, nas tesouras e dedais da esposa do boticário, nos alicerces da guarda hoje pocilga.

Dessa forma, entender todo o processo de formação de um lugarejo do interior gaúcho é pensar no avanço das fronteiras, na briga entre espanhóis e portugueses, na luta dos jesuítas em defender os indígenas e manter seus poderes, na vinda de imigrantes libaneses para ocupar espaços de guerra, nos afazeres domésticos e no avanço do capitalismo, na angústia da dona de casa com dinheiro mas sem mercado, nos escravos do casarão, no cotidiano da cozinha e do pátio, seus negros e seus cachimbos, nos projetos realizados no Clube Republicano, nas paredes do casarão que “ouviam” planos para matar os maragatos, na briga dos vereadores, reuniões na sala do casarão indo até ao anoitecer, no papel do acendedor dos treze lampiões “Henriquinho”, também sapateiro, nos redatores do jornal (órgão do partido republicano), nas longas horas de reuniões na loja maçônica instalada no casarão, no cemitério que muito foi usado para enterrar os padres doentes ou os que “não observavam as prescrições canônicas, de vida irregular”, nos tropeiros que iam e vinham, alguns permaneciam, constituindo família, na chegada dos primeiros imigrantes italianos, no auge do desenvolvimento e da modernização: as linhas de trem e o fim da importância estratégica do município.

Pensar em todos esses momentos e nos atores importantes como o deputado ou os carregadores de mulas “rolando léguas na longa viagem, os irmãos Guaçupi e Toropi, seguem a saga do rio Ibicui” ³⁹ torna essa história regional parte fundamental para preencher as lacunas da história de formação do Rio Grande do Sul.

³⁸Dona Chantala ou Joana Francisca de Chantal foi casada com o capitão e deputado provincial João Manoel de Oliveira Mello, morou no casarão até a instalação da Câmara de Vereadores.

³⁹ Trecho do hino de São Martinho da Serra.

Tudo o que podemos dizer com intuito conclusivo a respeito das relações sociais e cotidianas do interior do RS a partir da arqueologia, é que não devemos refutar situações regionais mas que integram culturalmente os grupos envolvidos ao sistema mundial.

Anexo 1 Material sobre Educação Patrimonial

Projeto Educação Patrimonial em São Martinho da Serra – RS

Durante os dez anos de desenvolvimento intenso do projeto de pesquisas arqueológicas em São Martinho da Serra foram realizadas inúmeras atividades com o enfoque de conscientização da população em relação ao seu patrimônio histórico e arqueológico.

Foram realizadas exposições, palestras e projetos envolvendo educação patrimonial.

Em 2003, o professor André Soares e alunos bolsistas⁴⁰ publicaram um livro sobre as experiências e os resultados de mais de dois anos do projeto-piloto “Interface para valorização da Memória e Identidade Cultural de São Martinho da Serra, RS: um programa de Educação Patrimonial”⁴¹, que foi desenvolvido por meio de um convênio firmado entre a Universidade Federal de Santa Maria e a Prefeitura de São Martinho da Serra, objetivando uma retomada de crescimento do município, recentemente emancipado, por meio da implantação de ações de pesquisa e extensão, o que ocorreu desde os primeiros contatos, nas reuniões pedagógicas, com educadores (outubro de 1998).

Os projetos de pesquisa, ensino e extensão ocorreram de maneira geral, concentrados nas áreas de Educação Patrimonial, por intermédio das atividades em História e Arqueologia. Inicialmente elaborou-se este projeto específico de Educação Patrimonial para

⁴⁰SOARES, André L. R. (Org.) Educação Patrimonial: Relatos E Experiências. Santa Maria: Ed UFSM, 2003 120p.

⁴¹Em 1994 o arqueólogo Saul Milder inicia o projeto Arqueologia Espacial Em São Martinho Da Serra: Uma Proposta De Prospecção Intensiva, registrado no IPHAN – 12ª e na Universidade Federal de Santa Maria. Desde então outros sub projetos foram sendo anexados e desenvolvidos. Em 2003 o projeto foi encerrado no IPHAN.

possibilitar tanto a construção do conhecimento científico da população quanto a formação de uma identidade local, segundo Soares. O sentimento de pertença, estimulado pela identidade local, proporcionou à população a procura, a preservação e a valorização do patrimônio como identidade. (Soares, 2003)

Neste sentido, o trabalho foi apenas um começo, posto que alguns resultados significativos foram apresentados como exemplos de proposta, andamento e construção de uma abordagem da Educação Patrimonial. Sendo um município pequeno (menos de 5.000 habitantes), as iniciativas que envolvem as escolas municipais e a única escola estadual podem abarcar percentagens representativas da comunidade. (Soares, 2003)

O município emancipou-se em 1992. Para Soares e outros a Educação Patrimonial apresentou-se como uma possibilidade de construção de identidade, participação, democracia e cidadania. Ao mesmo tempo, valorizando o patrimônio local, sendo possível manter a população rural no campo, vislumbrando outras alternativas de desenvolvimento sustentável que diminua o êxodo.

O livro de Soares e outros é a coletânea dos projetos, artigos e resultados das atividades, ao longo do período de outubro de 1998 a maio de 2001; é também a introdução de uma prática pouco conhecida que visa à construção do conhecimento conjunto, apropriado e elaborado coletivamente por todos os partícipes do projeto. Se, por um lado, é o resultado de um projeto acadêmico de pesquisa ou extensão; por outro não visa ser escrito para acadêmicos, mas para todos aqueles que, vendo na Educação Patrimonial uma forma de construção da cidadania, dele possam se apropriar como exemplo e práxis pedagógica. (Soares, 2003)

Construir propostas que valorizem o patrimônio e que busquem

alternativas para a Educação Patrimonial foi o maior objetivo do projeto. A Educação Patrimonial foi a forma para, além da teoria, realizar a prática.

Um dos capítulos do livro de Soares e outros é focado a educação patrimonial como valorização da memória, construção da cidadania, formação da Identidade cultural e desenvolvimento regional.

No mesmo ano da emancipação do município, a Universidade Federal de Santa Maria iniciou, juntamente com a prefeitura e a comunidade, um projeto-piloto denominado “Resgate Histórico Cultural de São Martinho da Serra”. Dentre os objetivos do projeto destacava-se aquele de reconstruir a história do município, a fim de que ocorresse a consolidação do processo de emancipação política, social e econômica.

Nesse sentido, diversas atividades buscaram evidenciar a importância histórica do município no intuito de reafirmar sua identidade. Em um primeiro momento, a Arqueologia foi a ciência escolhida para incentivar as propostas de valorização cultural nos estágios iniciais; posteriormente, ocorreu uma conjugação entre a Arqueologia e a Museologia.

Essas atividades envolveram diversas exposições das evidências da cultura material ligadas à história desconhecida de São Martinho da Serra. Os trabalhos, desenvolvidos pela Equipe de Arqueologia do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) desde 1994 resgataram um conjunto de evidências arqueológicas que foram objeto das exposições.

A ocupação histórica do município de São Martinho da Serra segundo Soares e outros é objeto de estudo por sua importância na história missioneira, por ter sido, acesso às Missões da Banda Oriental

pela Depressão Central de ocupação portuguesa. São Martinho da Serra tem uma história muito mais antiga que a de Santa Maria, pois remonta à fundação de um forte espanhol do século XVIII que por estar em posição privilegiada, foi motivo de disputas e litígios coloniais, que perduraram até o final da Guerra Guaranítica. Contudo, tanto esta história quanto o patrimônio que repousa sob o solo são desconhecidos da população.

Em agosto de 1998, a prefeitura de São Martinho da Serra, por intermédio da Secretaria da Cultura, solicitou ao Núcleo de Educação Patrimonial (NEP) do Centro de Educação da UFSM e ao LEPA, que realizasse um projeto de Educação Patrimonial, envolvendo os diversos aspectos da história e da cultura de São Martinho da Serra.

Todas as atividades foram desenvolvidas com objetivo de mostrar os diversos patrimônios e as possibilidades de “exploração econômica” desses através do turismo e evidenciar parte da cultura material que apresenta relevância histórica e arqueológica para o município.

A partir de 2001 até 2003 o arqueólogo Saul Milder desenvolveu, entre outros projetos, o projeto de extensão – FLEX “Memória e Arqueologia em São Martinho da Serra: Valorização do Patrimônio Cultural”, pela Universidade Federal de Santa Maria.

Segundo o relatório final de 2003 “Este projeto de Valorização do Patrimônio Cultural de São Martinho da Serra objetiva aproximar a comunidade de sua história, cultura e identidade. Para que haja valorização é preciso que, primeiramente, se conheça o patrimônio que nos pertence, e o presente trabalho propiciou a aproximação dos moradores de São Martinho com a cultura que lhes foi legada.

Objetivando proporcionar a apropriação, por parte da comunidade, do seu patrimônio cultural e a conseqüente preservação

do mesmo, o trabalho de valorização patrimonial é constituído por atividades diversas.

No presente ano, essas foram caracterizadas como palestras, escavações, mostra de material e visitas orientadas ao sítio arqueológico pesquisado.

A primeira atividade do ano consistiu numa visita à Escola Estadual de Educação Básica Professora Leila Ribeiro no município de São Martinho da Serra, com o objetivo de realizar uma palestra para os professores, alunos e funcionários do curso de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

O convite para a visita surgiu, indiretamente, por parte dos próprios alunos, que desejavam conhecer a história do município e pediram para as professoras informações a esse respeito. Assim, as professoras entraram em contato com a equipe do LEPA, quando então foi marcada a palestra para os interessados no assunto.

Nesse sentido, a palestra foi ministrada no dia 28 de Outubro com o tema: “Patrimônio Histórico de São Martinho da Serra”.

Com a utilização de recursos didáticos como o retroprojetor e a exposição dialogada do conteúdo, os alunos tomaram conhecimento da história de São Martinho da Serra a partir dos sítios arqueológicos escavados pelo LEPA na região.

Além do trabalho arqueológico e da própria história da região, conceitos como patrimônio, identidade e memória foram resgatados, objetivando sensibilizar os ouvintes para a preservação e valorização do patrimônio cultural martinense.

Algumas lâminas com fotos das outras atividades de Valorização Patrimonial desenvolvidas com as crianças também foram expostas, com objetivo de informar a comunidade mais geral sobre as atividades

do LEPA no local.

Dando continuidade aos trabalhos, uma nova escavação arqueológica foi realizada no mês de novembro do presente ano, no sítio Casarão dos Mello pela equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFSM.

Durante as escavações, muitos vinham conferir o que a equipe de pesquisadores realizava em um local tão próximo, mas que permanecia desconhecido.

A todos que foram até o Casarão nos dias de escavação foi dada uma explicação à cerca do significado do trabalho ali realizado. A partir disso, houve uma melhor comunicação com a comunidade, sendo respondidas algumas dúvidas dos moradores.

Desse contato com a comunidade representada por algumas pessoas que acompanharam, por interesse próprio, o processo de resgate minucioso do material surgiu a idéia de fazer um trabalho de reconhecimento e valorização do patrimônio no próprio Casarão.

Pretendia-se conhecer as estruturas do sítio, a história que as mesmas comportam, o material resgatado durante as escavações, bem como as estruturas evidenciadas durante as mesmas.

Dessa forma, propiciou-se à comunidade um esclarecimento a cerca das atividades arqueológicas (o que é arqueologia, seus objetivos, métodos e técnicas) a partir da visualização das estruturas do Casarão bem como aquelas evidenciadas durante as escavações. Desenvolveu-se, portanto, um trabalho de resgate da cultura material e sua exposição para a comunidade, destacando o valor histórico e cultural desse patrimônio.

Ainda conforme o relatório final, pretendendo estender o projeto a um maior número de participantes, bem como buscando uma nova

forma de estabelecer tais relações, as atividades foram concentradas no próprio Casarão pesquisado. Localizado na área central da cidade, é monumento visível a todos que passam por São Martinho, no entanto, poucos se interessam em conhecer a fundo tais estruturas, e tudo que nos revelam.

Sendo assim, foram convidadas três turmas do Projeto de Educação de Jovens e Adultos da cidade para fazerem uma visita orientada ao Casarão dos Mello. Cerca de 70 pessoas, divididas em grupos, conheceram o interior do Casarão, seu padrão construtivo, as várias peças com fins específicos e, principalmente, verificaram que o estado de destruição é ainda maior no interior do que na fachada do antigo prédio. Orientadas acerca do período de construção e o contexto de urbanização, priorizou-se o enfoque da preservação, portanto, valorização de tal cultura.

A presença da comunidade no local de escavações podendo visualizar estruturas, os níveis da última escavação e, ainda, o material recuperado e exposto no próprio local é o que confere ainda maior inter-relação entre os mesmos. O local visitado passa a ser mais do que uma simples estrutura em ruínas (e recurso para depósito de lixo, ou local propício para brincadeiras de criança) para ser entendido como parte da História do Município. Reconhecida tal importância, constrói-se a base para uma possível e necessária preservação.

Junto ao pátio do Casarão, ao lado da senzala e demais áreas que já foram escavadas pela equipe do LEPA, e das quais a comunidade teve uma perspectiva de funcionamento e relações travadas no século XIX, foi exposto o material arqueológico resgatado daquelas estruturas. Este também é elemento que evidencia o cotidiano, a vida dos moradores daquela casa e, portanto, é expressão e história do povo de São Martinho da Serra.

O material exposto não foi muito numeroso devido as dificuldades de transportá-lo até a cidade, bem como a falta de um local amplo e específico para tal atividade no pátio do Casarão. Constitui-se, conquanto, numa amostra de todos os materiais já encontrados e analisados, que relacionados á história dos moradores do Casarão revelam aspectos de tal vivência, bem como as rotas de acesso que possibilitam a presença de tais materiais em São Martinho à cerca de 200 anos atrás.

Sendo assim, os moradores de São Martinho da Serra puderam conhecer as estruturas que sempre estiveram bem próximas, mas cujo significado e valor o eram ainda desconhecidos. Também visualizaram as evidências de uma atividade de escavação e toda a cultura material resgatada a partir da mesma. Trata-se, portanto, de um trabalho de reconhecimento e valorização do patrimônio, mas que só o é reconhecido como tal a partir de atividades como essa, a partir do momento em que se sabe a importância histórica e cultural de lendas, histórias ou estruturas.

Para os pesquisadores, as pesquisas realizadas na região, as várias escavações, bem como a cultura material analisada em Laboratório, propicia um retorno à comunidade. O interesse pela história de São Martinho da Serra foi revelado pelas pessoas que se fizeram presentes nas atividades realizadas nas estruturas do Casarão. Essas pessoas vêem aí revelada a história de seus antepassados e, portanto, a sua história, elementos da sua vida e cultura.

Conhecer o passado é condição para valorizá-lo. Valorizar o passado propicia uma melhor compreensão das ações presentes, a manutenção de ideais, bem como a percepção de que todos somos agente de nossa vida e construtores da história que hoje se faz presente.

Segundo o relatório, pretende-se a continuidade do projeto tendo em vista o desconhecimento da maioria da população, não apenas da cidade de São Martinho da Serra, do trabalho arqueológico e, fundamentalmente, dos elementos que constituem sua própria identidade cultural. Atividades como as realizadas no Casarão dos Mello são propícias para essa aproximação da comunidade acadêmica com a comunidade a qual pertence o histórico revelado. Atividades de Educação Patrimonial propiciam, fundamentalmente, o conhecimento e valorização do que constitui a memória, identidade e cultura de dada comunidade.” (Relatório Final enviado para FLEX, Pró reitoria de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Santa Maria, 2003).⁴²

Além de todos os dados acima relacionados sobre o exaustivo trabalho de educação patrimonial é necessário apresentar as publicações científicas:

MILDER, S. et al. Memória e Arqueologia em São Martinho da Serra: uma proposta para valorização do Patrimônio Cultural. Caderno de Resumos do XX SEURS, Pelotas – RS, p.62, 2002.

MILDER, S. et al. Memória e Arqueologia em São Martinho da Serra: uma proposta para valorização do Patrimônio Cultural. Revista em CD editada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas, vol.7, Edição Especial, 2002

MILDER, S. et al. Valorização do patrimônio cultural a partir da cultura material do sítio Casarão dos Mello. Anais da V Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisas da UNIVATES e Salão de iniciação Científica – Lajeado : 2002.

MILDER, S. et alli. Educação Patrimonial: uma proposta para a

⁴² É de fundamental importância agradecer a professora Márcia Volkmer, pesquisadora do LEPA, pelo encaminhamento do relatório final e por todas as dúvidas

valorização da identidade e do patrimônio cultural. Cd da 8ª Jornada Nacional de Educação. Formação de professores: atualidades e diversidade. Centro Universitário Franciscano, 2002.

MILDER, S. et al. Educação Patrimonial em São Martinho da Serra, RS. II Salão Internacional de Iniciação Científica e II Mostra Científica Internacional – Uruguaiana: Campus Uruguaiana – PUCRS, 2002.

Imagens das atividades

Figura 167 - 168 Alunos do curso de História e bolsistas do LEPA, num trabalho com estudantes das escolas municipais e estaduais. Projeto "Arqueólogo por um dia". (2000) Acervo LEPA.

Figura 169 – 170 Alunos das escolas municipais e estaduais orientados por bolsistas de iniciação científica do LEPA. Palestras e conversas sobre o Patrimônio Histórico e como funciona a pesquisa em arqueologia. (2001- 2002) Acervo LEPA.

Figura 171 – 172 estudantes martinenses no LEPA, participando da segunda etapa do "Arqueólogo por um dia". (2002) Acervo LEPA.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRANTES, Dalva. Chinoiserie no barroco mineiro. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1982. (dissertação de mestrado)
- AGOSTINI, Camila. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. In: Revista de História Regional. V. 3. n. 2, 1998.
- ALBUQUERQUE Paulo Tadeu; VELOZO, Jango N. A faiança fina inglesa dos sítios arqueológicos históricos brasileiros. Recife: Clio, Série arqueológica, n. 9, 1993, p. 81- 96.
- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu. A faiança portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN. Recife, 1991. (dissertação de mestrado)
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. V. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALGRANTI, Leila M. Famílias e vida doméstica. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.
- ALVES, Francisco das Neves, TORRES, Luiz Henrique. Visões do Rio Grande. Rio Grande: URG, 1995.
- ANDREATTA, M. D. Arqueologia histórica no município de São Paulo. Anais do Museu Paulista, São Paulo: v. XXVIII, 1981-1982.
- ARAÚJO, Astolfo; CARVALHO, Marcos R. R. A louça inglesa do século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu. Dédalos, São Paulo: n. 3, 1993.
- ARIÊS, Philippe. Por uma História da Vida Privada. In: História da Vida Privada, v. III, São Paulo: Cia. das Letras, p. 7-19.
- ATAÍDES, Jesus Marco; MACHADO, Laís Aparecida; SOUZA, Marcos A. Torres. Cuidando do Patrimônio Cultural. Goiânia, Ed. UCG, 1997.
- BAGUET, A Viagem ao Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

- BANDEIRA, Carlos M.; GONÇALVES Sérgio B.; RAMOS, Renato R. C. A classificação da louça antiga no Brasil In: 1º simpósio brasileiro de pesquisas e arqueologia histórica. Rio de Janeiro.
- BARDI, Pietro M. Mestres, artífices, oficiais e aprendizes no Brasil. Sudameris, 1981.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à história contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.
- BARROS, Reinaldo de. Faiança portuguesa - séculos XVI e XVII. Lisboa.
- BEAN, Michele Armas e armaduras. Editora Globo. Rio de Janeiro. 1990.
- BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria: UFSM, 1989.
- BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho. V. 1 (1787-1930). Santa Maria: Editora Pallotti, 1958.
- BOURDIEU Pierre. O poder simbólico Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, (1989). Cap. V. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. p. 107-132.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de Classe e Estilos de Vida. In: Bourdieu, org. Renato Ortiz, São Paulo: Ática, 1994.
- BRANCANTE, Eldino da F. Achegas sobre cerâmica do século XIX no Brasil - a louça mineira. São Paulo: Paulistania, n. 79, 1975, p. 63-83.
- BRANCANTE, Eldino da F. O Brasil e a cerâmica antiga. São Paulo: Lithographia Ypiranga, 1980.
- BRANCANTE, Eldino da F. O Brasil e a louça da Índia. São Paulo: Pocaí – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1950.
- BREITBACH, Áurea de Miranda. Estudo sobre Conceito de Região. Porto Alegre: FEE-TESES, n. 13, 1988.
- BREWER, C. W. Ancient methods of metal fabrication. In: The conservation & restoration of metals. Proceedings of Symposium held Edinburgh, March 1979. Edinburgh, Scottish Society of Conservation & Restoration, University of Edinburgh. Extra Mural Department, 1970, p. 1-9.

- BRONOWSKI, Jacob. A escalada do homem. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BUSHBINDER, Pablo. La historiografía rioplatense y el problema de las orígenes de la nación. Cuadernos del CLAEH, nº 69. Montevideo, 2º série, 1994/1.
- CAMPOS, Marizilda C. Arqueologia Histórica: Casa da Marquesa de Santos. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 1, v. 2, 1995-1996, p. 409-416.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro. Pratos, xícaras e tigelas: um estudo de arqueologia histórica em São Paulo, séculos XVIII e XIX. São Paulo: USP, 1999. (dissertação de mestrado).
- CASAL, Juan Manuel. La frontera colonial: ocupación territorial de la Banda Oriental del Río de La Plata. (Siglos 16, 17 y 18). In: LEHNEN, Arno e outros. Fronteiras no Mercosul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- CESAR, Guilhermino. O contrabando no sul do Brasil. Caxias do Sul: UCS, EST, 1978.
- CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul-Período Colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- CESAR, Guilhermino. Ocupação e Diferenciação do Espaço. In: RS: Economia & Política. José Hildebrando Dacanal e Sérgio Gonzaga (orgs.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- CESAR, Guilhermino. Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1805). Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.
- CHARTIER, Roger. A história cultural, entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIARAMONTE, José Cartós. El problema de las orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. Porto Alegre: Anos 90, V.1, nº 1, maio 1993. p. 49. (CPG em História da UFRGS)

- CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. In: Revista da FAPA, n. 27 (jan. /jun. 2000), p.49 – 57.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. RS. Latifúndio e Identidade Regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- COUTO, Mia. Vozes anoitecidas. Lisboa: Editorial Caminho, 1987.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- DEAGAN, K. Avenues of Inquiry in Historical Archaeology. Advances in Archaeological Method and Theory. v. 5, 1982. p.151-177.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- DEETZ, J. In Small Things Forgotten. Garden City. New York: Anchor press/Doubleday, 1977.
- DREYS, Nicolau. Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro. Porto Alegre: EDIPUCRS, Nova Dimensão, 1990.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FARIA, Sheila de Castro. Fontes Textuais e Vida Material: Observações Preliminares Sobre Casas de Moradia nos Campos dos Goitacases, Sécs. XVIII e XIX. In: Anais do Museu Paulista. Nova Série. n. 1, 1993.
- FERREIRA FILHO, Arthur. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.p.190.
- FREITAS, Décio. O Capitalismo Pastoril. Caxias do Sul: EST-UCS, 1981.
- FLANDRIN, Jean-Louis. A distinção pelo gosto. In: História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, V. III, 1991, p. 267- 309.
- FONTANA, Bernard. O significado da arqueologia dos sítios históricos. American Antiquity. V. 31. N. 1, 1965.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Forense Universitária, 1995.

- FREGA, Ana. Los pueblos y la construcción del Estado en el crisol de la Revolución. Apuntes para su estudio en el Rio de la Plata (1810/1820). Cuadernos del CLAEH, n. 69. Montevideo, 7ª série, 1994/1.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- FREYRE, Gilberto. Ingleses no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- FUNARI, Pedro P. A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural do Brasil. In: Trabalhos de Antropologia e Etnologia. n. 41, Portugal, 2001
- FUNARI, Pedro Paulo (org.). Cultura material e arqueologia histórica. Campinas: UNICAMP, 1998.
- GARBINATTO, Valeska. Ensino de história e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e da cidadania. In: Revista da Fapa, n. 27 (jan./jun. 2000), p. 37 – 47.
- GOMES NETO, Alvaro de Souza. Expansão Portuguesa na Região Oriental do Prata. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.
- GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. Aspectos da cultura material e espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828-1905). Um estudo de caso em arqueologia histórica rural. Porto Alegre: PUCRS, 2001. (dissertação de mestrado).
- GOMES, Flamarion, CEZAR, Tadeu e MILDER, Saul Eduardo Seiguer. "Know-how para tratamento químico de metais em arqueologia e leitura histórica dos artefatos arqueológicos da Guarda de São Martinho". In Revista do CEPA, V.21 , 1997, p.7-19.
- GONZALEZ CASANOVA (org.). América Latina. História de meio século Brasília Editora UnB, 1988.
- GOULART, José Alípio. Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

- GUTIERREZ, Esther J.B. Negros, Charqueadas e Olarias. Um estudo do espaço pelotense. Porto Alegre: PUCRS, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- HOLANDA, Sérgio B. de. Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- HORMEYER, Joseph. O Rio Grande do Sul de 1850. Porto Alegre: EDUNISUL, 1986.
- HORTA, Maria de Lourdes P. Fundamentos da educação patrimonial. In: Revista da Fapa, n. 27: (jan./jun. 2000)
- ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. Educação Patrimonial. A experiência da 4ª Colônia. Santa Maria, Pallotti, 1998.
- JACOBUS, André L. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. In: Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul: v. 20, n. 23, 1996, p. 7-58
- JACOBUS, André Luiz. Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS). Porto Alegre: PUCRS, 1997. (Dissertação de mestrado).
- KERN, Arno. A Cultura Material, a História e a Arqueologia. Trabalho apresentado na V Reunião da Junta Regional de História (12-14 de outubro). Montevideo, Uruguai, 1990.
- KERN, Arno. Método e Teoria no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira. In: Kern, Arno Alvarez (org.). Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996a. v. I. p. 181-202.
- KLEIN, Terry H. Nineteenth-century ceramics and models of consumer Historical Archaeology, v. 25, n. 02, 1991.
- LAPA, José R. do A. A Bahia e a Carreira das Índias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- LAYTANO, Dante de. Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro; EST, 1983.
- LE GOFF, J., DUBY, G., ARIES, P., LA DURIE, E.L. História e História Nova. Lisboa: Teorema, 1989.

- LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEITE, M. M. A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: HUCITEC - Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- LEMOS, C. A. C. Alvenaria burguesa. São Paulo: Nobel, 1989.
- LEMOS, C. A. C. Transformações no espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. Anais do Museu Paulista, v. 4, 1996, p. 95-106.
- LEMOS, Carlos A. C. A casa da Marquesa de Santos, em São Paulo. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 4, 1968, p. 07-14.
- LEMOS, Carlos A. C. Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço na casa paulista. 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LEMOS, Carlos A.C. História da Casa Brasileira. São Paulo: Contexto, 1996.
- LEMOS, Carlos A.C. Transformações no Espaço Habitacional Ocorridas na Arquitetura Brasileira do Século XIX. São Paulo: Anais do Museu Paulista. Nova Série, n. 1, 1993.
- LEMOS, Carlos. O que é Patrimônio Histórico. ed.: Brasiliense, 1987.
- LIMA, Tânia A. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). São Paulo: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, n. 4, 1996.
- LIMA, Tânia A. de et ali. Aplicação da fórmula South a sítios históricos do século XIX. São Paulo: Dédalo, n. 27, 1989, p. 83-97.
- LIMA, Tânia Andrade et al. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. São Paulo: Dédalo. V. 1, 1989.
- LIMA, Tânia Andrade et al. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ (exploração arqueológica e museológica). São Paulo: Anais do Museu Paulista. n. 1, 1993.
- LIMA, Tânia Andrade. A Arqueologia Histórica na Encruzilhada: Processualismo ou Pós-Processualismo?. In: Kern, Amo Alvarez (org.).

Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Coleção Arqueologia 1. Porto Alegre.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. Revista Clio, Série Arqueológica, n.5. UFP, Recife, 1989.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. Iº Seminário de Arqueologia Histórica. Rio de Janeiro: SPHAN/FNPM, 1985.

LIMA, Tânia Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. 2000. Pre Print.

LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: Louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. Anais do Museu Paulista. V. 3. São Paulo: USP, 1995.

LUCCOCK, John. Notas Sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

LYNCH, John. Las repúblicas del Rio de la Plata. In: BETHELL, Leslie ed. História de América Latina 6. América Latina independiente. 1820-1870. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. p. 264- 315.

MACEDO, João Heitor Silva. Garrafas, frascos e pontas de flecha. Considerações sobre o vidro do sítio da Guarda de São Martinho. Revista do CEPA. V. 21.n 26. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1997.

MACEDO, João Heitor. São Martinho. Da Guarda ao Povoado – Um perfil histórico–arqueológico sobre a formação da vila de São Martinho – RS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1999.

MACHADO, Carlos. Historia de los orientales. De la Colonia a Riveira y Oribe. Montevideu: ediciones de la Banda Oriental, 1997, tomo I.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Reflexões sobre a arqueologia histórica do RS - As arqueologias pós descobrimento: Arqueologia urbana, arqueologia rural, arqueologia missioneira e arqueologia semi rural. Revista da Unicruz, 2003.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; Milder, Saul. Cultura material e cotidiano - um estudo de caso - casa dos Mello. IV Congresso Internacional de Estudos Ibero Americanos, Porto Alegre, 2000.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; MILDNER, Saul. Entre fragmentos e restos: cultura material de sítios arqueológicos históricos do século XIX no RS: Sítio Guarda de San Martin e Casa dos Mello – Município de San Martinho da Serra. *Revista da História Unicruz*, Cruz Alta, p. 82-87, 2002.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; MILDNER, Saul. Negros e Coronéis Na Região Central do RS – Um Estudo de Caso: O Casarão dos Mello/São Martinho da Serra. *Anais da UNIVAP*, 2003.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; MILDNER, Saul. O contexto missioneiro e São Martinho da Serra, RS (Séculos XVII e XVIII) – pesquisas arqueológicas e históricas. Congresso Internacional de estudos missioneiros. PUCSP: São Paulo, 2002.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; MILDNER, Saul. Século XIX: cotidiano e cultura material, visto através do casarão dos Mello. In: VI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - SER HISTORIADOR HOJE, Passo Fundo, 2002

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; MILDNER, Saul. Um boticário do século XIX - a cura vista pelos fragmentos da cultura material. *Revista da História Unicruz*, Cruz Alta, 2003.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; MILDNER, Saul; SOARES, André; OUTROS. Educação Patrimonial, Arqueologia Histórica e Memória em São Martinho da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil. In: Cdroom Ciudad Virtual de Antropología e Arqueologia, Argentina, 2001.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Entre guardas militares e casarões: a cultura material e algumas reflexões sobre a arqueologia histórica do RS. In: VII Encontro Estadual de História. ANPUHRs, 2004.

MAESTRI, Mario. O Escravo Africano no Rio Grande do Sul. In: RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993a.

MAESTRI, Mario. O Escravo Gaúcho. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993b.

MAJEWSKI, Terezita & O'BRIEN, Michael. The use and misuse of nineteenth-century english and american ceramics in archaeological analysis. In: *Advances in archaeological method and theory*, 11, 1987, p. 97-209.

- MATTOS, Jane, ETCHEVERRIA, Marcelo e CARLE, Cláudio Baptista. A “noite no museu”. Um olhar sobre o Patrimônio Cultural. Texto apresentado no III Encontro Estadual de História, ANPUH, 1996.
- MAWE, John. Viagens ao Interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.
- MEDRANO, Lilia Ines Zanotti. Un ciclo comercial en la cuenca del Plata (1852-1920). In: Revista complutense de história de América, n. 18, 219-239. Ed. Complutense, Madrid, 1992.
- MELLO e SOUZA, Laura de (org.). História da Vida Privada no Brasil. V. 1. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.
- MENEZES, Ulpiano T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, 115, nova série, FFLCH, São Paulo, 198.
- MILDER, Saul Eduardo Seiguer, CORTELETTI, Rafael. Informe preliminar sobre as pesquisas arqueológicas na guarda espanhola de São Martinho da Serra – RS. In: Revista do CEPA, V. 21, 1997, p. 63-83.
- MILLER, George. Classification and Economic Scaling of 19th. Century Ceramics. In: Historical Archeology, 14, 1980, p. 1-40.
- MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. As principais reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.
- MORENO, Paula. Estudio Tipológico de Bases y Picos de Botellas de la Imprenta Coni y San Teimo. In: Arqueologia Histórica na América Latina. V. 01. 1994, p.103-123.
- MOTTA, Leticia de Barros. A tralha doméstica e o processo de urbanização de Porto Seguro. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 1998.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. Contrabando y control colonial en el siglo XVII. Centro Editor de América Latina, 1988.
- MROZOWSKI, S. Prospects and Perspectives on Archaeology of the Household. Man in the Northeast, 1984, p. 31- 49.
- NEEDEL, Jeffrey D. Belle Époque tropical. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

OGNIBENI, Denise. Cultura material e vida cotidiana no meio rural do Rio Grande do Sul, no final do século XVIII e princípio do século XIX: o Sítio RG-23/Barra Falsa, um estudo de caso. Porto Alegre: PUCRS, 1998 (dissertação de mestrado).

OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORSER JR., Charles E. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

ORTIZ, Renato (org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.

OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de mestrado), 1990.

PADRÓS, Enrique. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. Revista Humanas, Porto Alegre: UFRGS, 1994

PANTALEAO, Olga. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio B. de. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico II. O processo da emancipação 1, 4 ed., São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

PEDRAZZI, Rubens, COSTA, Fermino. São Martinho da Serra: terra e gente. Santa Maria, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O cotidiano da república. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2001

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Porto Alegre: Livraria Selbach. Vol III e IV, 1954.

- POSSOMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em Construção e o Conhecimento Histórico. In: Revista da Fapa, n. 27 (jan. /jun.2000), p. 14-23.
- QUEIROS, José de. Cerâmica Portuguesa e Outros Estudos. Lisboa. 1987
- REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In: Anais do Museu Paulista. V. 4. São Paulo: USP, 1996.
- RÉMOND, René. O século XIX (1815-1914). São Paulo: Cultrix, 1997.
- REVEL, Jacques. Os Usos da civilidade. In: História da vida privada. v. III, São Paulo: Cia. das Letras, p. 169-209, 1991.
- RIBEIRO, Renato J. A etiqueta no antigo regime. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RONCAYOLO, Marcel. Significados da Fronteira. In: Enciclopédia Einaudi. v. 8. Região. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986. p.133-135.
- ROTH, Rodris. Tea-drinking in eighteenth century america: its etiquette and equipage. In: GEORGE, Robert Blair Material life in America: 1600-1860. Boston: Northeastern University Press, 1988.
- SANDÃO, Arthur de. Faiança Portuguesa - Século XIX. v. 2. Porto. 1985
- SCHAVELZON, Daniel. Arqueologia Histórica de Buenos Aires: La Cultura Material Portella de los siglos XVIII e XIX. Corregidor. Buenos Aires. 1991
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII. São Paulo: Cia. Nacional; Brasília: INL/Fund. Nac. Pró-Memória (Coleção, Brasilliana 379), 1984. v. 1.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Comércio Hispano-Lusitano do Rio da Prata, na Crise do Sistema Colonial. Estudos Ibero-Americanos. S/1: 1989. v. 15 (2), p.317-346.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3ª edição. São Paulo Hucitec, 1999.
- SCHÁVELZON, Daniel. Catalogo de Ceramicas Historicas del Rio de La Plata. Apendice Grafico. Universidad de Buenos Aires, Centro de Arqueologia Urbana, Edicion preliminar, 1996.

- SCHMIDEL, U. Derrotero y Viaje a España y las Indias. [1554] 2. ed. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, Argentina. 1950.
- SILVA, Elmar M. da. Ligações Externas da Economia Gaúcha. In: RS: Economia & Política. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 55-91.
- SODRE, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- SOUSA, Ana Cristina. Fábrica de Pólvora e Vila Inhomirim: aspectos da dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (século XIX). São Paulo: USP, 1998. (dissertação de mestrado).
- SOUZA, Laura de M. e. (org.). História da vida privada no Brasil. V. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA, Susana Bleil de. A fronteira do sul trocas e núcleos urbanos - urna aproximação histórica. In: LEHNEN, Amo e outros. Fronteiras no Mercosul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- SOUZA, Susana Bleil de. Os Caminhos e os Homens do Contrabando. In: Práticas de Integração nas Fronteiras, Temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade, Instituto Goethe, AEBA. 1995.
- SYMANSKI, Luís C. A louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul: v. 20, n. 23, mar.
- SYMANSKI, Luis C. As práticas de deposição de refugo em uma unidade doméstica oitocentista: o Solar Lopo Gonçalves. Anais do IX Congresso da SAB, 2000. Anais do IX Congresso da SAB, 2000.
- SYMANSKI, Luis Cláudio P. Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- SYMANSKI, Luis Cláudio P. Grupos domésticos, comportamentos de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves.
- TERMINOLOGIA ARQUEOLÓGICA PARA A CERÂMICA. Cadernos de Arqueologia, ano 1, n. 1, 1976, Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paraná.

TOCCHETTO, Fernanda e outros. A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2001, 168p.

VELLINHO, Moisés. A formação histórica do gaúcho. In: RS: terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1969.

VELLINHO, Moisés. O Rio Grande e o Prata: contrastes. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1962.

VILLALOBOS, Sergio. Comercio y Contrabando en el Rio de la Plata y Chile. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

WESTPHALEN, Cecília. Comércio exterior do Brasil Meridional no século XVIII. Revista da História. São Paulo, v. 100, 1974.

ZAMORA, Oscar M. F. A arqueologia como história. Dédalo, n. 28, São Paulo, 1990, p. 39-62.

ZANETTINI, Paulo E. Arqueologia histórica no Brasil: ela existe mas você desconhece. São Paulo: original datilografado, s.d.

ZANETTINI, Paulo E. Calçada de Lorena, o caminho para o mar. São Paulo: USP, 1998. (dissertação de mestrado)

ZANETTINI, Paulo E. Pequeno Roteiro para Classificação de Louças Obtidas em Pesquisas Arqueológicas de Sítios Históricos. Revista do CEPA. UFPr.1986.